



Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e nove minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 50/2024, sob o registo n.º 1.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição da senhora Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Joel Alexandre Neves Marques (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Deliberação n.º 162/2024 – Proposta n.º 19/2024 – GAP – Aquisição de serviços de manutenção, operação e hosting da suite aplicacional AQUAmatrix, pelo período de 36 meses” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

2. **Deliberação n.º 163/2024 – Proposta n.º 20/2024 – GAP – “Prolongamento das Redes de Água e Drenagem às Ruas Baía do Sado, Montinho da Cotovia e Adjacentes – II Fase” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
3. **Deliberação n.º 164/2024 – Proposta n.º 21/2024 – GAP – “Aquisição de serviços aluguer operacional de viaturas, pelo período de 36 meses” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMSOMP**
4. **Deliberação n.º 165/2024 – Proposta n.º 22/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de limpeza/desobstrução de coletores e órgãos de recolha da rede de drenagem pluvial do Concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
5. **Deliberação n.º 166/2024 – Proposta n.º 23/2024 – GAP – Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal para aquisição de nova ambulância**
6. **Deliberação n.º 167/2024 – Proposta n.º 04/2024 – GADSEA – Estratégia de Educação e Sensibilização Ambiental do Município de Setúbal**
7. **Deliberação n.º 168/2024 – Proposta n.º 05/2024 – GADSEA – Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição do Selo Verde - Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal**
8. **Deliberação n.º 169/2024 – Proposta n.º 06/2024 – GADSEA – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 170/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
10. **Deliberação n.º 171/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de setúbal, Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Incumprimento de contrato de concessão - Intenção de aplicação de sanções**
11. **Deliberação n.º 172/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de setúbal, Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP - Proposta de modificação ao contrato**
12. **Deliberação n.º 173/2024 – Proposta n.º 17/2024 – DOM – CP 13/2024/DOM - Empreitada “BNAUT – Quebedo”- Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público - Candidatura n.º 60378 “Centro de acolhimento e alteração de percursos Setúbal - Palácio Quebedo**
13. **Deliberação n.º 174/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DOM – CP 14/2024/DOM - empreitada “BNAUT – Arronches Junqueiro” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público - Candidatura n.º 60379 – “Alojamentos de transição para vítimas de violência doméstica” sítos na Rua do Eito, Rua Arronches Junqueiro e Travessa Francisco Pereira**
14. **Deliberação n.º 175/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DOM/DIHAB – Proposta de Regulamento Lojas de Bairro – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” /**

Pólo de desenvolvimento das atividades económicas da Bela Vista e zona envolvente

15. ***Deliberação n.º 176/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolo de cooperação com o Clube Naval Setubalense***
16. ***Deliberação n.º 177/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal***
17. ***Deliberação n.º 178/2024 – Proposta n.º 30/2024 – DCDJ/DICUL – Renovação de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Festróia – Programação Cinema Charlot 2024***
18. ***Deliberação n.º 179/2024 – Proposta n.º 31/2024 – DCDJ/DICUL – Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão - Apoio ao 35.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão e Intercâmbios***
19. ***Deliberação n.º 180/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DCDJ/DICUL – Isenção temporária de pagamento de taxa para entrada no Museu de Setúbal/Convento de Jesus e na Galeria Municipal do Banco de Portugal***
20. ***Deliberação n.º 181/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DCDJ – Sociedade Musical Capricho Setubalense - Apoio financeiro para obras na sede social***
21. ***Deliberação n.º 182/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DCDJ – Coral Luísa Todi - Apoio financeiro para obras de beneficiação da sede social***
22. ***Deliberação n.º 183/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DCDJ – Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça – Apoio financeiro***
23. ***Deliberação n.º 184/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DCDJ – Clube Desportivo “Os Pelezinhos” - Apoio financeiro para aquisição de módulos de apoio à atividade***
24. ***Deliberação n.º 185/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DCDJ – Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense - Apoio financeiro para a realização de obras de beneficiação do edifício-sede***
25. ***Deliberação n.º 186/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DCDJ – Rancho Folclórico das Praias do Sado - Apoio financeiro para a realização de obras de beneficiação do edifício-sede***
26. ***Deliberação n.º 187/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DCDJ – Grupo Musical e Desportivo União e Progresso – Apoio financeiro para as obras de requalificação da sede social***
27. ***Deliberação n.º 188/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DCDJ – Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense – Apoio financeiro para obras de reabilitação da sede social***
28. ***Deliberação n.º 189/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DCDJ – Associação de Moradores da Aldeia Grande – Apoio financeiro***
29. ***Deliberação n.º 190/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DA MOCIDADE – Setúbal, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social***
30. ***Deliberação n.º 191/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a CÁRITAS DIOCESANA DE SETÚBAL, para Atendimento e Acompanhamento Social da Medida de Ação Social***
31. ***Deliberação n.º 192/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com o CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO, para Atendimento e Acompanhamento Social da Medida de Ação Social***
32. ***Deliberação n.º 193/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA O SONHO para a Medida de Rendimento Social de Inserção***

33. **Deliberação n.º 194/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO BATISTA SHALOM, para as Medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**
 34. **Deliberação n.º 195/2024 – Proposta n.º 47/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES E AMIGOS DAS CRIANÇAS DO CASAL DAS FIGUEIRAS – Setúbal, para as Medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**
 35. **Deliberação n.º 196/2024 – Proposta n.º 48/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a LIGA DOS AMIGOS DA TERCEIRA IDADE – Setúbal, para as Medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**
 36. **Deliberação n.º 197/2024 – Proposta n.º 54/2024 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de ampliação e de alteração de edifício de apoio social para creche e estrutura residencial para pessoas idosas - Proc. n.º 82/22**
 37. **Deliberação n.º 198/2024 – Proposta n.º 55/2024 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de construção de edifício de restauração e bebidas e dois anexos técnicos, com obras de urbanização - Proc. n.º 455/22**
 38. **Deliberação n.º 199/2024 – Proposta n.º 56/2024 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações ao alvará de loteamento n.º 10/1983 - Proc. n.º 413/22**
 39. **Deliberação n.º 200/2024 – Proposta n.º 57/2024 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 15/76 - Proc. n.º 47/76**
 40. **Deliberação n.º 201/2024 – Proposta n.º 58/2024 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável, relativa a loteamento urbano - Proc. n.º 40/22**
 41. **Deliberação n.º 202/2024 – Proposta n.º 59/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura referente a obras de alteração e ampliação - Proc. n.º 242/22**
 42. **Deliberação n.º 203/2024 – Proposta n.º 60/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura (alterações introduzidas em obra) - Proc. n.º 56/18**
 43. **Deliberação n.º 204/2024 – Proposta n.º 61/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura – obras de alteração e ampliação de edifício e alteração de utilização – Proc. n.º 292/22**
 44. **Deliberação n.º 205/2024 – Proposta n.º 62/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “proibição de exceder a velocidade máxima de 30 km/h”, de “perigo” e outra, na Rua dos Pintassilgos**
 45. **Deliberação n.º 206/2024 – Proposta n.º 63/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “proibido exceder a velocidade máxima de 30 km/h”, na Rua do Alto da Guerra**
 46. **Deliberação n.º 207/2024 – Proposta n.º 64/2024 – DURB/DIMOT – Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 11.

- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 12.
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB) relativos à emissão de alvarás de construção e utilização, conforme documentos anexos registados sob o n.º 13.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Deu nota dos impactos negativos que a obra de requalificação da estrada da Mitrena, iniciada em maio de 2023, tivera na vida de muitos munícipes que utilizavam aquela via, como única forma de aceder ao local de trabalho. Sendo um acesso a um local de forte implantação industrial, com grande intensidade de tráfego rodoviário, quer de veículos ligeiros, bem como pesados de passageiros e mercadorias que abasteciam as empresas e alguns cais do porto de Setúbal. Certamente que os condicionamentos de trânsito intensificaram-se assim como a tolerância dos utilizadores.

Referiu haver trabalhadores que chegavam atrasados ao local de trabalho e que alguns trabalhadores de algumas empresas tinham uma hora mensal para atraso que se esgotava, levando a que algumas empresas tivessem criado na aplicação dos Recursos Humanos a opção “*atrasos justificado por obra*”, e outros trabalhadores, cujo turno terminava às 16h00, chegavam a casa às 20h00.

Disse haver dias em que as filas chegavam ao IPS e ao Alto da Guerra. Mencionou que por diversas vezes já estivera parada naquele troço, cerca de 20 a 30 minutos, mesmo não seguindo na direção da Mitrena, indo para a Manteigada. A situação agrava-se na troca de turno com o pico de afluência. Muitos dos utilizadores daquele troço com quem falaram reportaram que a existência de polícia para controlar o trânsito, não era regular. Reconhecendo a importância da intervenção na melhoria das acessibilidades e segurança das mesmas, tendo a requalificação da estrada da Mitrena um prazo de execução de 400 dias e tendo o município conhecimento de tudo aquilo, disse pretender saber o que o município fez ou equacionava fazer para evitar a continuação das filas intermináveis, com impactos negativos na vida dos trabalhadores, bem como se a execução da obra permitiria ser concluída no prazo previsto.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse ter duas dúvidas que decorriam de contactos com munícipes e com as quais estariam preocupados, sendo que a primeira estaria relacionada com o IMT. Questionou qual o ponto da situação da elaboração do regulamento de isenção de IMT, uma vez que o período de consulta pública e o prazo de execução era muito demorado. A segunda questão prendia-se com uma denúncia de munícipes, relativamente à falta de limpeza e de manutenção nos sumidouros de águas pluviais na baixa da cidade que se fazia sentir nos momentos de maior intensidade pluvial.

Sr. Vereador Paulo Calado – Num contacto que tivera num terminal dos autocarros na Praça do Brasil, alguns dos funcionários levantaram a questão sobre as condições de trabalho em que se encontravam, tendo-lhe transmitido que o senhor Presidente já tinha conhecimento da situação sobre as condições em que as pessoas da bilheteira se encontravam e já lhes prometeu para breve as obras naquele local. Verificou *in loco* que as condições não eram as melhores.

Lamentava o facto de as obras terem sido recentes, sem que tivessem acautelado devidamente aquela situação. Certamente que o senhor Presidente e quem tinha aquela responsabilidade na câmara teria o cuidado, no mais breve trecho, em criar as condições para

que as pessoas que passavam muitas horas naquele local pudessem trabalhar nas condições merecidas.

Relativamente ao terminal dos autocarros, disse existir uma pessoa de uma empresa de segurança privada, que em situações mais difíceis de gerir assegurava um bom ambiente relativamente aos utentes, no entanto, aquela segurança deixou de existir. Disse que seria importante a presença de autoridade no local relativamente a qualquer diferendo ou a qualquer questão que surgisse no dia a dia.

Relativamente ao parque de estacionamento da Várzea, disse que o mesmo não se encontrava nas melhores condições, deixando o repto no sentido de melhorar as suas condições, uma vez que os setubalenses tinham direito a melhores condições naquilo que eram os serviços que a câmara lhes oferecia.

Sr. Vereador Fernando José – Apurados os resultados das eleições legislativas, felicitou a coligação AD, pela vitória obtida nas eleições e felicitou o primeiro-ministro indigitado. No entanto, aquela grande vitória anunciada não se verificara. Disse que houve uma vitória efetiva por parte da AD, mas era uma vitória que representava oito décimas, com uma diferença de 54 mil votos, levando a que no Parlamento o Grupo Parlamentar do PSD tivesse o mesmo número de deputados que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Existia uma enorme responsabilidade não só de quem vencera, do primeiro-ministro que tinha sido indigitado, mas de todos, no sentido de darem respostas efetivas aos problemas que afetavam os portugueses, nomeadamente os setubalenses. Naquelas respostas que tinham de encontrar em breve, não poderiam dar um passo atrás nas conquistas alcançadas.

Disse existirem conquistas alcançadas no âmbito da agenda de trabalho digno, com medidas que estavam naquele momento a ter impacto direto e positivo na vida dos portugueses, na vida dos setubalenses e essas medidas não podiam ter qualquer recuo.

Referiu ser importante que ficasse expresso que aquilo que tinha sido alcançado não podia ter qualquer recuo e que as obras de ampliação no Hospital de São Bernardo e aquilo que estava previsto na valorização do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente no concelho, no concelho em que o Partido Socialista obtivera uma enorme vitória expressa no distrito e em todas as freguesias, não demonstrando em si o enorme descontentamento que fora sendo avocado por muitas forças políticas.

Na verdade, não poderiam ter recuos naquelas medidas que foram sendo colocadas em prática pelo Governo que cessaria em breve funções, mas que tiveram impacto na vida dos setubalenses, sendo que os setubalenses reconheceram no seu voto, pela ampliação do Hospital de São Bernardo, a nova valência da psiquiatria e o reforço de médicos.

No entanto, reconheciam que nem tudo estava bem e que haveria muito mais para fazer, sendo certo que muito tinha sido feito.

Na requalificação do parque habitacional em que a Câmara Municipal de Setúbal tinha vários compromissos assumidos no âmbito do PRR, não poderia haver qualquer tipo de recuo, teriam de continuar a dar passos em frente, não poderiam continuar a arrastar, porque houve uma decisão e o Governo deixara de arrastar os pés. Aquelas decisões feitas teriam que ter continuidade nos acordos feitos e para o qual foram celebrados entre o Governo e a Câmara Municipal de Setúbal.

Na construção de habitação pública, de renda acessível e apoiada, o que seria expresso através do IHRU e também através da Câmara Municipal e de outros protocolos estabelecidos com outras instituições, não poderia ter qualquer recuo, sendo para continuar e para avançar. Os passos foram dados pelo Governo que terminou funções e era preciso continuar, não podiam ter qualquer tipo de recuo.

Na questão do Passe Navegante era importante, no esforço que tinha sido feito entre o Governo e a Câmara Municipal de Setúbal, que não existissem recuos, era importante para o setubalense que em 2015 pagava 120 euros para se deslocar a Lisboa continuasse a pagar os atuais 40 euros. Não poderia haver recuo naquela medida que era importante para quem trabalhava em Lisboa e para quem tinha de se deslocar para Lisboa, também era importante para os estudantes que até aos 23 anos deixaram de pagar o valor do passe.

Disse ser importante que aquela medida continuasse em vigor, era importante que não existisse nenhum tipo de recuo, era importante que continuassem naquele caminho de valorização dos rendimentos das famílias.

Disse ser importante que naquele caminho que tinha sido construído, os manuais escolares continuassem a ser gratuitos, que não existisse recuo naquela medida que fora importante.

Referiu ser importante que não existisse recuo na atribuição dos computadores portáteis aos alunos e o acesso à Internet, contribuindo para a igualdade no ensino, que se pretendia que continuasse a ser público e de qualidade para todos. Aquele caminho não poderia ter recuo, teriam de continuar a densificar aquele caminho que fora trilhado.

Mencionou que a requalificação do parque escolar era um problema há muito identificado, mas que o Governo que iria cessar funções identificou como tendo escolas que teriam de ter intervenção urgente, muito urgente e prioritária. Depois de muitas críticas tinha sido encontrado financiamento no âmbito do PRR.

Disse terem em Setúbal escolas identificadas, como a Escola Secundária de Bocage, a Escola Básica 2/3 de Aranguez, a Escola Básica 2/3 de Bocage e a Escola Básica 2/3 de Azeitão. Estando identificadas como de intervenção, umas de muito urgente e outras de intervenção urgente. Naquele sentido tinha sido encontrado financiamento no âmbito do PRR e não podiam ter qualquer recuo.

Referiu que a nível do distrito muitos dos concelhos já tinham avançado com a inscrição na plataforma, no sentido das suas escolas serem requalificadas. Setúbal fazia aquele esforço, a fazer aquele trabalho, não introduzira ainda nenhuma escola no âmbito da plataforma, estava naquele momento a concluir ainda os projetos.

Disse que não era nenhuma crítica à câmara, seria normal que assim fosse. Disse fazer os seus projetos, alguns deles foram difíceis, porque nem sequer conseguiam as plantas que seriam necessárias, havia um esforço enorme feito e que não poderia ter recuo. Pelo facto de a Câmara Municipal de Setúbal não ter ainda introduzido na plataforma não poderia ter recuo e teriam que continuar no caminho de valorização da escola pública.

Questionou o senhor Presidente qual seria o ponto de situação dos projetos relativamente às escolas identificadas e para as quais já tinha encontrado financiamento, sabendo que os mesmos estariam a ser concluídos.

Relativamente às obras na Rua da Nova da Jardía e na Rua da Padaria em Brejos de Azeitão continuavam a ter a degradação de dia para dia, daquelas vias, sem que existisse qualquer tipo de intervenção à vista. Disse saber que o senhor Presidente tinha estado recentemente em Azeitão, numa eloquente intervenção junto da população.

No que se referia àquelas duas vias questionou, qual seria o ponto de situação e para quando se previa as obras há mais de dez anos anunciada. Disse que quem residia em Brejos de Azeitão e passavam por lá todos os dias, continuava à espera daquelas obras haver mais de dez anos foram anunciadas, mas que nunca mais se concretizavam.

Disse que a Estrada de São Gonçalo continuava na mesma, apesar do bonito “Post” e da fotografia colocada na página do Município, na qual fora dada como inaugurada, reaberta novamente à população, quando, na verdade, aquela estrada estava a abater. O senhor Presidente residia em Azeitão e certamente conhecia bem aquilo que lhe falava. Ainda naquele dia com a chuva que caíra a estrada ficara praticamente intransitável. Após a fotografia colocada na página do Município, dando nota daquela grande inauguração, questionou o senhor Presidente sobre o que aconteceu, uma vez que a situação estava pior do que anteriormente e também questionou, para quando uma resolução final daquele problema que se arrastava e parecia nunca mais ter fim.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não pretendia falar novamente sobre as legislativas, uma vez que já tinham falado na anterior reunião, mas o senhor Vereador Fernando José, ex-deputado, resolveu trazer de novo aquela matéria à discussão por duas razões, sendo que a primeira razão era a de que estaria convencido há quinze dias que o Partido Socialista iria ganhar as eleições, quanto à segunda razão, o senhor vereador ficou muito contente por haver uma margem muito estreita entre a AD e o PS.

Disse ser fantástico como o senhor Vereador Fernando José não sabia que o Partido Socialista, a nível nacional, tinha perdido cerca de 500 mil votos. Significava que houve 500 mil portugueses que deixaram de votar no Partido Socialista. Sugeriu que o senhor Vereador Fernando José colocasse aqueles números na cabeça e os decorasse, porque aquilo foi uma realidade. No que referia ao distrito de Setúbal houve 40 mil cidadãos que deixaram de votar no Partido Socialista, porque não sentiam confiança para votar no Partido Socialista. Tratava-se de 500 mil a nível nacional e 40 mil a nível distrital que deixaram de votar no Partido Socialista e o Partido Socialista perdeu as eleições. O PSD não fazia daquilo uma festa nem faziam daquilo um acontecimento que os alegravam, antes pelo contrário, estavam preocupados com os problemas que os senhores governantes deixaram para o novo Governo resolver, sendo as escolas um deles.

Quando o Governo ainda era do Partido Socialista o senhor vereador Fernando José viera reivindicar uma série de coisas que não resolveram durante dois anos, ainda eram Governo e continuavam a não resolver. Não percebia o porquê de todas aquelas chamadas de atenção, certamente deveria ser contra o fascismo. Desconhecia no que iria na cabeça do senhor Vereador Fernando José, mas era qualquer coisa de estranho.

O senhor Vereador estaria a sofrer de um problema, certamente estaria a sofrer da síndrome de ressaca da derrota. A única coisa que lhe poderia desejar era umas rápidas melhoras, para poderem retomar a normalidade do trabalho. Desejava as melhoras rápidas daquela síndrome que afetava profundamente o senhor Vereador Fernando José.

Sr. Presidente – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, que a Estrada da Mitrena há uns 15 anos que precisava de ser intervencionada e requalificada.

A Câmara Municipal de Setúbal dirigira-se junto das respetivas entidades, a Estradas de Portugal e atualmente o Instituto de Estradas, tendo em conta a dimensão do tráfico que circulava e na maioria de tráfego pesado. Sempre lhes informaram que aquela estrada foi retirada do plano rodoviário nacional e que a respetiva entidade não iria fazer qualquer intervenção.

As estradas que eram retiradas do plano rodoviário nacional eram entregues às autarquias locais, pelo que sempre continuariam a discordar. A estrada da Mitrena era uma das estradas nacionais que tinha maior número de tráfego e sobretudo de tráfego pesado, que servia uma zona industrial que tinha uma componente da contribuição para a economia nacional extremamente importante, por essa razão considerava que a Câmara Municipal não deveria assumir aquela responsabilidade.

Disse que de Governo para Governo a situação mantivera-se. Quanto tomara posse em 2021, estava praticamente há dez dias, recebera um telefonema no qual o informaram da parte da Administração Central que existiam dois milhões para a intervenção da referida estrada e caso pretendesse os dois milhões fariam o contrato e os respetivos procedimentos, caso contrário entregariam os dois milhões para outra entidade, tendo apenas 15 dias para confirmar a sua decisão, ficando quase como que “*encostada à parede*” dada que a decisão passava por receber os dois milhões.

De acordo com o projeto existente, a referida obra rondaria os cinco milhões, o que significava que a Câmara Municipal aceitava os dois milhões e tinha que avançar com três milhões.

Considerando a situação daquela estrada e os riscos para quem a utilizava, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara “*encostado à parede*” foram obrigados a solicitar os dois milhões, para poderem avançar com o concurso.

Abriram o procedimento, alteraram o projeto, porque perante aqueles valores a Câmara Municipal não tinha capacidade orçamental para dar resposta, posteriormente lançaram o concurso e a obra avançou.

Disse que as entidades competentes sabiam claramente que a península da Mitrena era um território de risco, mas nunca ninguém se preocupou com aquela situação. Tinham uma única estrada que servia aquela zona industrial de risco.

A Câmara Municipal lançou a obra e certamente que os impactos seriam evidentes, bem como os seus riscos, porque caso surgisse algum problema naquela estrada com a obra, não existia uma estrada alternativa viária. Para falarem daquela obra e daquela intervenção da Câmara Municipal teriam de fazer um enquadramento ao que estava em causa, mesmo que limitado, de quem tinha as responsabilidades, de quem ao longo de tantos anos recebiam receitas daquelas atividades económicas e que tinham responsabilidades de fazer a intervenção a nível nacional.

A Câmara Municipal iniciou a obra em articulação com as empresas, as quais compreenderam a situação financeira e aceitaram fazer às suas suspensas as áreas de intervenção de acesso da estrada às suas unidades industriais, tendo ajudado a resolver o problema financeiro.

Mais tarde e num outro processo, conseguiram ainda garantir mais uns financiamentos comunitários para fazer aquela obra, tendo a situação ficado resolvida, mas mantinha-se a situação de não haver uma via alternativa. Todos consideravam serem importantes as obras, mas quando as obras decorriam existiam aquelas situações que ninguém gostava.

Informou a senhora vereadora Patrícia Paz que contrataram a GNR para fazer o controlo do tráfico e a gestão da obra. No dia 12 de março a GNR não trouxera os equipamentos de comunicação, tendo sido um dia para esquecer, porque nada daquilo funcionara, tendo levantado uma preocupação maior relativamente à obra.

A câmara avaliou a situação e falou com o senhor Comandante da GNR, o qual informou que os guardas eram deslocados de vários concelhos da região e muitas vezes desconheciam a função a que estariam destinados, tendo sido aquela a explicação para a situação que decorrera no dia 12 de março.

A câmara marcou reuniões com a empresa de construção da referida obra, avaliaram a situação, tendo havido um melhor controlo do início e do término da obra diária, que ajudava um pouco nas horas de ponta, embora muitas das empresas funcionassem por turno, mas havia um horário da manhã e depois à tarde com o maior fluxo de tráfego. Disse ser de realçar o ajustamento feito por parte da empresa.

Referiu que reuniram com um grupo de empresas que acompanharam desde o início naquele processo, tendo tomado algumas iniciativas. Disse haver uma programação feita a cada 15 dias para as intervenções, não sendo todos os dias que havia pavimentação, no entanto, era possível saber os dias em que havia pavimentação. No dia da pavimentação era o dia mais dramático no funcionamento. Entenderam utilizar as redes sociais e a comunicação social, em geral, para chamar a atenção a quem utilizava aquela estrada, que os dias de pavimentação seria mais problemático, para que as pessoas e as empresas tivessem em conta, para que naqueles dias já estivessem preparados para a situação. Também as próprias empresas divulgavam internamente no sentido de minorar os impactos. Não haveria muito mais a fazer à questão da informação, de melhor controlo do início e do fim da obra nos dias de pavimentação. Conforme a evolução da situação, certamente reuniriam para tomar outras medidas.

Tratava-se de problemas resultantes de uma obra, sendo que por dia se fazia a pavimentação entre 200 e 250 metros, com horários do início e do fim da pavimentação, depois teria pelo menos uma hora em que não se poderia circular em cima daquilo que tinha sido pavimentado. Informou a senhora vereadora que tinha ficado combinado que quando fosse necessário voltariam a reunir para avaliar a situação.

Informou o senhor Vereador Fernando Negrão sobre a falta de limpeza dos sumidouros na baixa da cidade, disse ficar com aquele registo, porque acreditava que os serviços da câmara em conjunto com as juntas de freguesia tinham feito, antes das primeiras chuvas ou quando começaram as primeiras chuvas. Sendo visível os serviços da câmara em conjunto com os serviços das freguesias fazerem a intervenção na limpeza dos sumidouros.

No entanto, poderia haver situações que não tivesse o reporte daquela situação, mas seria possível, porque as folhas iam sempre caindo e quando chovia os sumidouros seriam afetados.

Disse ficar o registo e certamente os serviços seriam alertados para a situação em conjunto com a Junta de freguesia.

Relativamente à questão do IMT solicitava a intervenção do senhor Vereador Ricardo Oliveira.

Sobre as questões do Interface solicitou à senhora Vereadora Rita Carvalho, para falar sobre a situação, tendo em conta que estavam num processo de negociação com a Data Rede, no sentido de passar a gestão, em particular do estacionamento para aquela empresa, tendo em conta que era a empresa que tinha aquela vocação.

Relativamente ao parque de estacionamento da Várzea, disse avaliarem a situação no seu conjunto. O parque de estacionamento na Várzea era para terminar a partir do momento em que o Interface estivesse em condições de operar, até porque era uma zona sensível. Por manifestação dos utentes verificou que era necessário manter o parque de camionagem, conjugando a articulação dos autocarros entre o Interface e o parque de camionagem na Várzea, criando a necessidade de estacionamento para servir as pessoas que apanhavam os autocarros na Várzea.

Disse que definiram uma zona de estacionamento não pago, na Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, para os automobilistas poderem estacionar os seus carros, sendo um espaço com mais de 500 lugares de estacionamento em toda a área envolvente da Várzea que não eram pagos, para as pessoas poderem levar os seus carros e depois pudessem apanhar o transporte público. Fizeram aquele parque de estacionamento nas condições que havia, tendo sido feito uma intervenção ligeira, com a contratação de um empréstimo para intervir naquela rua e envolvendo toda aquela área do parque de estacionamento, criando as melhores condições para o estacionamento.

Disse que iria acontecer o mais breve possível, dentro dos procedimentos que seria necessário desenvolver.

Informou o senhor Vereador Fernando José que o mesmo disse e muito bem, que não poderia haver recuo naquilo que já tinha sido decidido e determinado. Disse que estariam de acordo naquilo que eram as medidas positivas da Câmara Municipal, porque até estiveram sempre à frente daquilo que o Governo ia propondo e apresentando.

A Câmara Municipal de Setúbal esteve sempre à frente naquelas medidas, no entanto, o senhor vereador é que andava distraído. Estava-se a referir ao contrato que tinha sido assumido com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo sobre a área da saúde. Andavam tanto à frente que lamentavam profundamente a situação criada no Centro de Saúde de Azeitão. Como era do conhecimento do senhor vereador, em 30 de novembro, a Câmara Municipal dono da obra entregou à ARS a chave para abrir o centro de saúde. Como todos sabiam e não era situação única em Setúbal, não havia meios humanos para colocar naquele centro de saúde.

O senhor Ministro bem lhe disse que iria fazer todos os esforços para que quando o centro de saúde tivesse concluído, colocasse o máximo de recursos, designadamente humanos, para poder dar resposta às expectativas das pessoas e ao interesse da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Infelizmente Setúbal estava também na situação de não ter recursos.

Na altura disse, que infelizmente, entregaram as chaves a 30 de novembro, mas o centro de saúde não abriu.

O senhor Vereador Fernando José na reunião seguinte, dissera haver condições para abrir um centro de saúde, o senhor Vereador lá se movimentou e conseguiu abrir o centro de saúde. Certamente que o deixou muito satisfeito, embora só tivesse sido avisado na sexta-feira, ao fim da tarde, de que o centro de saúde iria abrir na segunda-feira. Terá verificado que haveria uma precipitação, no entanto, acreditava que era possível fazer melhor. Na dita segunda-feira de manhã, deslocou-se ao local para cumprimentar os trabalhadores e a senhora coordenadora, mas terá verificado de imediato sobre o que se estaria a passar.

O senhor Vereador Fernando José terá dito que já funcionava o centro de saúde, tendo feito os seus comunicados e colocando um painel a dizer que era obra do Governo, o qual foi cumprida. O senhor Vereador Fernando José esquecia-se de que as pessoas observavam. As pessoas foram ao “engodo” e deslocaram-se ao centro de saúde, algumas ligaram para o

centro de saúde, sendo que a resposta era idêntica àquela que recebera quando o chamado centro de saúde funcionava numa vivenda em Azeitão.

Questionou o senhor Vereador se saberia das consequências que aquilo tivera, junto dos milhares de utentes que não tinham médico de família e que acreditaram que o assunto estaria resolvido. Tratava-se de consequências que o senhor vereador não poderia ignorar, no entanto, foi o senhor Vereador Fernando José que tivera a iniciativa de o ter acusado em reunião de câmara de andar a “enganar as pessoas” ou de fazer “um alerta social”.

Disse ser lamentável que o senhor Vereador Fernando José tivesse enganado mais uma vez as pessoas. O senhor vereador “mexeu os cordelinhos”, obrigou quem tomava aquelas decisões de abrir o centro de saúde, em fazer a transferência dos serviços que estavam na vivenda, abrindo o centro de saúde em véspera de eleições, que seria o mesmo de “apanhar moscas com mel” e o resultado estava à vista.

Disse que a Câmara Municipal estava sempre à frente do Governo. No âmbito do protocolo que a Câmara de Setúbal tinha com a ARS, disse existirem três centros de saúde para construir, Azeitão, Bela Vista e o chamado, há dezenas de anos, Centro de Saúde do Bairro do Liceu.

Conseguiram encontrar um terreno para a localização do Centro de Saúde da Bela Vista, tendo o senhor Ministro aberto o concurso e a câmara concorrera, elaborando o projeto que era dispendioso e quando o mesmo terminou abriram o concurso e adjudicaram a obra. Só na semana anterior é que receberam a informação de que a candidatura foi aprovada. Tanto à frente que andavam do Ministério da Saúde, que naquele caso seria do Governo do senhor Vereador Fernando José.

O senhor Vereador falava em não recuar e a Câmara Municipal andava sempre à frente do Governo. Como o senhor vereador muito bem sabia, ainda enquanto Presidente da Assembleia Municipal, reuniram naquele espaço 18 diretores do Hospital de São Bernardo, para lhes falar sobre a situação do Hospital de São Bernardo. Todos se demitiram tendo em conta a situação em que se encontrava cada um dos departamentos que dirigiam. Demitiram-se, mas continuaram a trabalhar, como tal nunca poderia deixar de afirmar a postura e responsabilidade daquilo que fora o comportamento dos 18 diretores de serviço do Hospital de São Bernardo. Naquela sequência o Governo ficara um pouco atrapalhado e o senhor vereador Fernando José andou a dizer que iria avançar a obra do hospital. Disse vir no compromisso do Governo que a obra do hospital iria avançar. No entanto, o senhor vereador sabia se não tivesse sido o PCP, a incluir uma verba na proposta do Orçamento de Estado, provavelmente a obra do hospital estaria por iniciar.

O senhor Vereador Fernando José disse que não poderiam recuar, no entanto, a câmara de Setúbal andava sempre à frente do Governo. A responsabilidade e a preocupação da câmara era andar sempre que possível à frente dos Governos, fossem eles quais fossem. O executivo CDU cumpria a sua responsabilidade em função dos compromissos e da responsabilidade que tinham para com as populações.

O senhor Vereador Fernando José quis levantar umas questões relativamente às escolas, dizendo que o Governo do Partido Socialista identificou o problema da educação e que anunciou centenas de milhões para fazer as escolas, tendo decidido que havia 450 ou 460 escolas transferidas para as autarquias, que das centenas de milhares de milhões de dinheiro do PRR que distribuído pelas escolas dava quatro milhões e meio para cada escola, no entanto, o assunto continuava por resolver.

Os meses decorreram, decorreram-se os anos, transferiram a responsabilidade para as autarquias e depois deixaram andar. Disse que foram transferidos para a Câmara Municipal de Setúbal sete escolas, sendo três da Parque Escolar, não ficando na gestão da Câmara Municipal, sendo quatro que ficavam na gestão da Câmara Municipal.

A câmara avaliara a situação das escolas e nas salas de aulas da escola de Aranguez, quando chovia, a água escorria pelas paredes, as salas tinham de ser arejadas de um dia para o outro para poder haver aulas, porque com tanta humidade não havia condições para ter aulas.

Antes do início do ano escolar a câmara fizera uma intervenção no refeitório da referida escola, porque já ninguém comia no refeitório e de acordo com a avaliação da câmara era necessário construir mais um bloco para ter capacidade em dar resposta à procura.

Os serviços da câmara foram à procura dos projetos daquelas edificações para poderem elaborar um projeto, mas passados alguns meses concluíram que o mesmo não existia e a Câmara Municipal se quisesse ter que elaborar projetos novos para tudo.

Também no antigo Liceu procuraram pelos projetos que não apareceram, sendo necessários fazer a sua requalificação. Os balneários do Liceu estavam fechados, falavam de uma escola secundária. Se havia atividade física, os jovens vinham e iam para casa com a roupa com que fizeram a atividade física. Disse haver salas de aulas que estavam fechadas, os professores recusavam-se a abrir as salas de aulas para darem as aulas. A câmara continuava a falar com a DGESTE no sentido de poder encontrar uma solução.

Em outubro/novembro de 2023 a Escola Barbosa do Bocage tivera de encerrar a área da secretaria e as aulas envolventes, porque não tinha condições para ter pessoas lá dentro, porque ficariam em risco. Após avaliação, a maioria dos pavilhões não estava em condições de poder ter aulas.

Na escola de 2/3 de Azeitão, a maioria dos pavilhões não tinha condições para ter aulas e havia 3 ou 4 pavilhões que já estavam fechados. Como não existiam projetos, a Câmara Municipal elaborara os projetos e questionara à Direção-Geral de Educação se estaria de acordo com as suas propostas, obrigando a entrar num processo de negociação.

Relativamente à Escola de Aranguez passava pela requalificação da escola e a construção de um novo bloco, relativamente à Escola Secundária do Bocage (antigo Liceu) passava pela requalificação e a construção de mais umas salas para dar resposta às necessidades conforme decisão da DGESTE.

No que se referia às escolas 2/3 Barbosa do Bocage e 2/3 de Azeitão, de acordo com a proposta da câmara, seria necessário construir duas escolas novas, porque era um desperdício gastar dinheiro numa escola que ao fim de dois ou três anos estaria na mesma. Foi necessário colocar aquelas questões à DGESTE para ver se a mesma concordaria. Ao mesmo tempo, tiveram que falar com a senhora Presidente da CCDR, no entanto, as competências da CCDR atrasaram-se na transferência do Ministério da Coesão relativamente aos fundos, tendo gerado alguma troca de correspondência e obrigando a algumas formalidades, sendo que coisas não avançaram.

Naquele momento, a Escola 2/3 Barbosa do Bocage e a Escola 2/3 de Azeitão iriam ser escolas novas, a DGESTE estava em sintonia com a proposta da Câmara Municipal.

Disse que fizeram os estudos prévios e era nisso que trabalhavam, não tendo havido condições para fazer os projetos. O Governo abriu um aviso sobre as candidaturas ao PPR, cujas candidaturas terminariam a 30 de março, depois decidiram prorrogar o prazo para 30 de abril, mas mesmo até 30 de abril não era possível fazer projetos daqueles durante um período de três meses.

Disse que não sabiam como iria ser financiado, no entanto, iriam trabalhar e avançar com o processo.

Quando se falou dos quatro milhões e meio por escola, poderiam verificar que a Escola de Aranguez, com base num estudo prévio feito pela câmara, andaria na ordem dos 10 a 14 milhões de euros, a Escola Secundária do Bocage andaria entre os 10 e os 12 milhões de euros, a Escola 2/3 Barbosa do Bocage e a Escola 2/3 de Azeitão andaria na ordem dos 20 a 24 milhões de euros.

Questionou o senhor Vereador onde haveria a seriedade de uma avaliação para uma situação transferido para os municípios, no caso concreto do município de Setúbal.

Quando o senhor Vereador Fernando José dizia que não poderiam recuar, o senhor vereador poderia ter a certeza que o executivo da CDU não recuava e andavam sempre à frente do Governo e faria todo o possível para andar sempre à frente daquele e de outros Governos, naquilo que fosse para servir as populações. Disse que foi público o quanto contestaram a transferência de competências e continuavam a contestar, porque elas eram injustas, no entanto, cumpriam a lei e se não cumprissem a lei estaria a colocar em causa aquilo que era

uma coisa sagrada, que era o Estado Democrático. Disse terem argumentos bastante fortes para continuar a contestar aquela transferência de competências.

Referiu aguardarem a resposta que o Governo iria dar, apesar de ser outro Governo, sobre financiamento, porque o PRR terminou. A Câmara Municipal, em casos concretos, estava sempre à frente do Governo naquilo que foram as propostas para Setúbal. Lamentava que o estado dos serviços de saúde estivesse daquela forma, assim como o estado da educação.

Relativamente às escolas, disse que iriam iniciar a elaboração dos projetos de arquitetura e da especialidade que levavam entre 6 a 8 meses.

Caso houvesse uma solução financeira, porque aquelas escolas não poderiam continuar naquela situação, quando terminasse o projeto lançariam um concurso público, sendo que cada um deles seriam internacionais e os concursos públicos internacionais levavam entre 8 a 10 meses, significava que estariam a falar de um processo que demoraria cerca de 2 anos, para além dos cerca de 2 a 4 anos que levaria cada obra a ser concluída.

Questionou como os professores e as crianças iriam ter aulas, uma vez que o estado das escolas já eram o que eram e como só ao fim de 6 anos aquelas escolas estariam requalificadas, qual seria a alternativa.

Disse que foi de uma grande irresponsabilidade dos vários Governos do país ter deixado chegar o Serviço Nacional de Saúde ao estado em que chegara e que ao longo de muitos anos não investiram no Serviço Nacional de Saúde, criando condições para o mesmo funcionar.

Questionou quanto anos seriam preciso para recuperar o estado em que chegara o Serviço Nacional de Saúde e de que valores estariam a falar.

Relativamente à educação, dezenas de anos que os estabelecimentos de ensino ficaram ao abandono. Sabiam da existência de escolas provisórias a seguir ao 25 de Abril, construída em pavilhões, porque a ideia era substituir por escolas definitivas do ponto de vista estrutural, que ao longo de quarenta anos se mantiveram.

Perguntou como iriam resolver o problema das crianças e de todos os trabalhadores daquelas escolas nos próximos 4 a 6 anos, que era o tempo da construção daquelas novas escolas.

Informou o senhor Vereador Fernando José, que poderia ter a certeza que da parte da Câmara Municipal de Setúbal não haveria recuos, porque andavam sempre à frente. Contestavam, mas estavam sempre com o objetivo e a determinação de servir as populações.

Referiu novamente que era lamentável que os sucessivos Governos não tivessem sabido avaliar a situação, procurando resolver aquilo que dificilmente não teriam consequências dramáticas, para aqueles que tinham direito a frequentar aquelas escolas e o Serviço Nacional de Saúde, não tendo o serviço garantido tal como a Constituição da República determinava.

Disse que foi suficientemente claro relativamente ao que foi o Governo do Partido Socialista, tendo um primeiro-ministro durante 8 anos, o qual terá dado uma conferência de imprensa a dizer tudo o que fez, mas não explicou aquilo que não fez e que era fundamental fazer, sendo que naqueles dois exemplos que referira era bem demonstrativo da situação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Relativamente à questão da intervenção que era necessário realizar nas bilheteiras do Interface, disse que se tratava das bilheteiras do Passe Navegante, sendo da responsabilidade do operador, a Alsa Todi.

A referida operadora já apresentara à câmara um projeto para aumentar o número de bilheteiras, passando de 2 para 3 e a câmara viabilizou, estando para breve prazo a introdução daquela alteração.

Disse que o Passe Navegante de Setúbal era um dos passes que tinha mais utilização em toda a Área Metropolitana, com uma utilização de cerca de 3500 utilizadores por mês, havendo picos do mês em que tinha uma grande utilização, pelo que se justificava a terceira bilheteira.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Sobre o processo da construção do Regulamento de Isenção do IMT, disse que se tratava de um procedimento obrigatório, o Código do IMT não previa a isenção aprovada e que estava previsto na possibilidade da Lei das Finanças Locais. Após aprovada na última reunião de câmara a constituição dos interessados, voltaria a reunião de Câmara Municipal para depois ir à sessão da Assembleia Municipal. Durante o mês de maio estariam em condições de apresentar à Assembleia Municipal a proposta de regulamento para ser aprovada.

Intervenção Inaudível.

Sr. Presidente – Disse que já tinha dito alguma coisa suficientemente significativa relativamente àquilo que era as responsabilidades do Partido Socialista ao nível do Governo Central, no entanto, o senhor Vereador continuava a insistir. O Senhor Vereador Fernando José veio falar da Rua da Jardía, Rua da Padaria e da Estrada de São Gonçalo. Disse que não percebeu, porque o senhor Vereador falava de uma inauguração da Estrada São Gonçalo.

Intervenção Inaudível.

Sr. Presidente – Disse que desconhecia qualquer tipo de inauguração sobre a Estrada de São Gonçalo.

Disse que o Governo do Partido Socialista tivera a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal durante 16 anos. A esmagadora maioria das urbanizações de Brejos eram da responsabilidade do Partido Socialista na Câmara Municipal. Os senhores do Partido Socialista que foram responsáveis pela gestão da câmara, licenciaram habitações que deixaram as estradas condicionadas à situação que lá se encontrava. Disse que há 10 anos todas as construções licenciadas pela Câmara Municipal de Setúbal, gerida pela CDU, foram recuadas nos termos do regulamento, nos termos daquilo que seria um arruamento. Todas as construções de há 10 ou 15 anos licenciadas pela CDU estavam todas nos termos regulamentares. A gestão CDU interveio nalguns daqueles arruamentos, procurando ver se as pessoas que tinham um quintal à frente, quando fizessem a intervenção poderiam desviar o muro do quintal, no entanto, não conseguiram atingir esse objetivo, porque as pessoas tinham uma licença passada no tempo da gestão do Partido Socialista. Numa determinada reunião com a população uma jovem ter-lhe-á questionado, a razão pela qual andavam a construir passeios que em determinados sítios eram mais estreitos e noutros sítios eram mais largos. Terá informado a jovem que seria aquilo que melhor poderiam fazer no quadro em que lhes fora entregue aquela situação.

Disse ser um território que tinha sido vendido em avos e quando a gestão passou para o Partido Socialista, naquela altura se o Partido Socialista tivesse uma boa gestão urbanística poderia ter resolvido muitos dos problemas da repartição em avos existentes e não o fizera, antes pelo contrário licenciou, mas arrecadara o dinheiro das licenças e deixaram as ruas em terra batida. Não fizeram saneamento, nem pluviais e o abastecimento de água às casas era feito através de um tubo preto em pvc.

A maioria daquelas casas funcionava com fossas. Com o início da gestão CDU fizeram o levantamento das ruas de Brejos de Azeitão, que seriam cerca de cem ruas que faltavam pavimentar, intervieram no sentido de ter as infraestruturas adequadas aos tempos atuais. Atualmente não chegariam a 20 ruas que faltavam intervieram.

Disse terem uma norma interna em que em Brejos investiam todos os anos, mais ou menos um milhão de euros, fazendo uma intervenção com aquela finalidade.

O senhor Vereador viera falar da Rua Nova da Jardía, da Rua da Padaria e da Rua de São Gonçalo, mas a gestão foi do Partido Socialista, a responsabilidade foi do Partido Socialista no estado em que deixaram as coisas.

Disse que a variante de Sesimbra terminava na EN 10, de acordo com o PDM de 1994 da responsabilidade da gestão do Partido Socialista, constava um corredor que daria

continuidade à variante de Sesimbra, atravessando a EN 10 indo sair a Vendas de Azeitão, na Estrada N.º 379/1.

O executivo CDU iria fazer a respetiva intervenção, estando uma amostra no troço em Casas de Azeitão, ponte que era uma via estruturante para fazer o escoamento da variante de Sesimbra, passando para Vendas e entrando na Estrada N.º 369/1, fazendo o escoamento de toda aquela zona.

O Partido Socialista licenciou todas aquelas urbanizações que eram confinantes com aquele traçado e não negociou nenhum componente daquele traçado para beneficiar o interesse público, para a Câmara Municipal poder fazer aquele tipo de intervenção. Se a Câmara Municipal quisesse fazer a intervenção teria de comprar os terrenos.

Quando foram licenciadas urbanizações que eram confinantes poderiam ter negociado a cedência daqueles terrenos ou uma melhor solução para passar para a gestão pública.

Disse que seria muito difícil em termos de negociação, porque os proprietários daqueles terrenos estariam à espera de ganhar algum valor pela expropriação dos seus terrenos.

Disse que a Rua Nova da Jardía, a Rua da Padaria e a Rua de São Gonçalo estavam equacionadas para se fazer as intervenções relativamente aos arruamentos, às infraestruturas e também aos espaços exteriores.

Mencionou que esteve na segunda-feira em Brejos de Azeitão para apresentar dois projetos de requalificação de espaços exteriores na ordem dos 400 mil euros.

A gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal licenciava as urbanizações e não obrigava os construtores a fazer os arranjos exteriores.

Atualmente a Câmara Municipal tinha de gastar dinheiro do seu orçamento para fazer os espaços exteriores que a Câmara Municipal do Partido Socialista deveria ter obrigado a fazer.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que após largos meses com a Rua de São Gonçalo fechada saiu uma publicação na página do município, com uma bonita fotografia, de que a obra estaria concluída e estaria reaberta ao serviço da população, no entanto, a estrada estava pior do que estava antes daquela fotografia.

Questionou para quando a resolução do problema.

Referiu que não se tratava de um problema do tempo de Mata Cáceres, nem do Partido Socialista, aquilo era um problema do atual Presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

O senhor Presidente escusava de dar "*voltas e voltas no carrossel*", porque isso não lhes interessava nada, o que lhes interessava era não continuar a "*arrastar os pés*", era resolver os problemas e era aquilo que o senhor Presidente enquanto dirigente máximo da autarquia tinha que pugnar. A Estrada de São Gonçalo estava outra vez numa vergonha, uma miséria, após os senhores terem publicado uma fotografia, após meses e meses daquela estrada cortada, no entanto, disseram estar pronta. Na realidade, não estava pronta e estava pior do que estava.

Questionou para quando a resolução daquele problema que nada tinha a ver com o Partido Socialista e nada tinha a ver com o problema de há 20 anos, sendo um problema atual. A Rua Nova da Jardía e a Rua da Padaria estavam numa vergonha, com buracos e mais buracos e quem por lá passava todos os dias pretendia a situação resolvida. Não era um problema de há 20 anos, era um problema que se colocava no presente.

Em nome dos vereadores do Partido Socialista e em nome daquela população, questionou para quando a resolução daquele problema. O senhor Presidente não deveria falar do Mata Cáceres, não deveria falar do Partido Socialista de há 20 anos, porque a responsabilidade era do senhor Presidente.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador Fernando José, mais uma vez ia introduzindo os temas e como tal teria que dar resposta. Como era do conhecimento do senhor Vereador Fernando José, a Câmara Municipal fizera o Plano de Pormenor da Salmoura em todos os arruamentos que não tinham "um pingó" de alcatrão, não tinham nenhum tipo de infraestruturas e as que existiam foram feitas pela câmara gerida pela CDU.

Os dirigentes socialistas deixaram aquela urbanização completamente ao abandono, licenciaram as casas, arrecadaram as receitas e não fizeram a obra pública. O senhor Vereador veio dizer que o atual executivo teria de fazer aquilo que os senhores do Partido Socialista não fizeram durante anos e anos, como sendo uma obrigação pública, porque a lei assim o obrigava e sendo o senhor vereador jurista deveria saber melhor.

Disse que no âmbito do Plano de Pormenor que a gestão CDU fez para a Salmoura, a empresa Coca-Cola fizera uma intervenção de ligação à ETAR, com a colocação de um coletor. Aquela obra foi da responsabilidade da referida empresa. A câmara assinalara que a obra terminou e que a mesma esteve interdita. O desvio que as pessoas tiveram de fazer, porque a obra funcionava na estrada, obrigava a circulação de trânsito a ser feita pelo interior da Salmoura, uma vez que aquela zona se encontrava degradada, ainda mais a situação piorou com o aumento de tráfego.

O problema da Rua de São Gonçalo datava de há muitos anos, não era desde o tempo da gestão da CDU. Se o senhor Vereador Fernando José tivesse dito que a gestão da CDU já podia ter tomado a iniciativa de resolver aquele problema, certamente que concordariam, mas a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal e as opções eram da atual gestão. Vir atirar a responsabilidade que lhe cabia em parte para cima da gestão da CDU, não poderia aceitar e teria que chamar a atenção para o estado em que tudo aquilo ficou.

A Câmara Municipal não tinha condições para fazer um investimento de requalificação da Rua de São Gonçalo. Certamente que estariam a falar em dezenas de milhões e a câmara não tinha essa capacidade, mas o Partido Socialista teria na altura, porque naquela altura havia fundos comunitários que podiam ter ajudado a resolver aquele problema e atualmente aqueles fundos não existiam.

O atual executivo decidira fazer a intervenção na Rua de São Gonçalo progressivamente, sendo público que estariam a trabalhar no estudo para a intervenção nos primeiros 2 quilómetros da Rua de São Gonçalo a partir da Estrada Nacional 10 até à Rua da Padaria.

Referiu que ficou o compromisso com as populações, estando a câmara a fazer estudos de requalificação de novas infraestruturas. Aquele seria dos poucos arruamentos que tinha condições para ser uma via estruturante em Brejos de Azeitão, porque aquela variante haveria de continuar a ser um arruamento normal.

Mencionou que até à Rua da Padaria existiam duas ou três intervenções que teriam de negociar, para que uma esplanada e um muro fossem recuados. A partir da Rua da Padaria, durante cerca de um quilómetro não saberiam como iriam resolver, mas cada coisa na sua vez. Aquela era naquele momento a única via com capacidade de escoamento de tráfego e de encaminhamento de tráfego vindo das laterais.

Disse que também fizeram o estudo da Rua do Simba, porque a Rua do Simba iria ter à Rua de São Gonçalo, vindo da urbanização Casas de Azeitão poente, sendo uma via com alguma capacidade para ser estruturante num outro sentido, perpendicular à Rua de São Gonçalo. Eram aqueles os dois compromissos que assumiram de estudar aquelas ruas, fazendo o levantamento das infraestruturas. Os orçamentos eram muito limitados, mas aquilo que vinham fazendo em Brejos era qualquer coisa de extraordinário, porque entendiam que era necessário fazer progressivamente a intervenção, para a requalificação poder um dia estar concluída.

Referiu que das cerca de cem ruas identificadas, naquele momento deveriam faltar umas 14 ou 15 ruas e algumas situações de arranjos que tinham de ser feitas. Tratava-se de um trabalho com muita dignidade e sempre para servir melhor aquelas populações.

Como já tinha sido anunciado foram assumidos os compromissos para construir alguns equipamentos de grande importância para os Brejos, como era o mercado municipal em Brejos, um polo cultural com possibilidades de várias atividades, podendo servir durante o dia para apoio às escolas e à noite e aos fins de semana para apoio ao movimento associativo ou a várias atividades culturais, descentralizando um pouco aquilo que era a centralidade em termos culturais que a cidade de Setúbal tinha.

Tratava-se de um dos territórios que continuava a ter crescimento populacional. Aquela perspetiva de construir aqueles equipamentos públicos, incluindo um polidesportivo com

dimensões significativas, para dar resposta à dinâmica das coletividades locais, sobretudo aquelas que tinham atividade desportiva. Aqueles eram os compromissos que tinham e que iriam ser concretizados.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que se atrasou porque tivera de procurar um lugar de estacionamento gratuito, sendo que o mais próximo que encontrou da câmara foi o estacionamento que o senhor Presidente fizera na Várzea, mas logo que colocara o primeiro pé no chão ficara na lama, e sem condições.

Esperou que surgisse um vaivém que levasse as pessoas gratuitamente para o centro da cidade, mas como esperou muito tempo ficara encharcado e como o nível da água subira ficou com medo que surgisse um catamarã, mas certamente que iria de catamarã para o centro da cidade, no entanto, era preciso ter cuidado com os catamarãs, pelo que não iria arriscar em andar de catamarã.

Congratulou o PSD pela vitória, apesar de não terem nenhum deputado, mas não interessava, porque representavam a coligação vencedora. Desejou votos de um bom trabalho e que pudessem dar continuidade no próximo mandato ao excelente trabalho que também o Partido Socialista fizera na cidade e no distrito.

Referiu-se à velocidade com que o senhor Presidente utilizou para falar sobre as escolas e sobre as questões relacionadas com o Governo, bem como as voltas com que o senhor Presidente dava.

Questionou o senhor Presidente se teria aproveitado para dar uma volta pelo Terminal 7 ou o antigo edifício da Sado Naval, assim como se tivera a oportunidade de passar por uma obra que era da responsabilidade da CDU, que era a Imapark. Seria interessante o senhor Presidente explicar aos vereadores da oposição em que estado estavam os equipamentos que estavam guardados no Imapark. Devido às más condições que o espaço tinha, questionou se o município tivera a perda de receitas dos materiais colocados no Imapark.

Disse desconhecer se foi concluída a Casa das Artes, o grande projeto da CDU.

Questionou se o senhor Presidente passou pelo Campo do Forte, Campo das Praias do Sado e pelas pedreiras e se os mesmos já tinham relva.

Certamente o senhor Presidente terá passado por algumas estradas com alguns buracos, com passadeiras por pintar. O António Costa não teria responsabilidades sobre aquela situação.

O senhor Presidente disse uma coisa com a qual concordava, por vezes o PCP e os Verdes, andavam muito à frente do Governo, andavam muito à frente dos outros partidos, tão rápido, tão rápido, que o Município de Setúbal deixou dois vereadores para trás, eram sete e passaram a cinco vereadores, não tiveram pedalada para acompanhar.

Na última eleição, também, deixaram um deputado para trás. Era melhor que o senhor Presidente dissesse aos seus camaradas para acalmar um pouco a sua velocidade, porque com tanta velocidade qualquer dia estariam sozinhos.

Sr. Presidente – Agradeceu os conselhos do senhor Vereador.

Sra. Vereador Patrícia Paz – Agradeceu a resposta detalhada fornecida pelo senhor Presidente sobre a estrada da Mitrena, no entanto, faltava responder a uma questão que preocupava os utilizadores.

Em termos de avaliação da Câmara Municipal, questionou se a execução da obra iria terminar no prazo previsto, se conseguia ter alguma perceção sobre a sua conclusão nos 400 dias.

Sr. Presidente – Disse haver um prazo estabelecido de 400 dias, no entanto, uma obra daquelas tinha um grau de imprevisibilidade, inclusivamente com a meteorologia. Esperavam que não acontecesse nada de extraordinário que impedisse que a obra decorresse como estava previsto. Sabia que tinha havido algumas dificuldades e desconhecia se isso implicaria o atraso da obra, as mesmas estariam relacionadas com infraestruturas da EDP, que obrigou a parar a obra durante uma semana ou mais.

Referiu ser expectável que uma obra daquelas derrapasse alguma coisa. A empresa deu provas de que tinha capacidade para fazer a obra em tempo normal, no entanto, não estaria naquele momento em condições de poder dar mais informação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Relativamente às escolas era interessante precisar todas as candidaturas no PRR.

No caso da habitação as candidaturas poderiam apresentar-se com o projeto/contratado, significava que não era necessário ter o projeto pronto, desde que houvesse o contrato com o arquiteto que iria fazer o projeto poderiam candidatar-se.

No caso das escolas era diferente, o que seria estranho, uma vez que se tratava de dinheiros da mesma área do PRR. No caso das escolas não bastava estar contratado o projeto, teria que ter o projeto concluído e revisto. Tudo aquilo provocava uma entropia brutal na acessibilidade às candidaturas. A Câmara Municipal propusera candidatar-se com o estudo prévio e com a contratação do projetista, mas fora-lhes negado, sendo possível só com o projeto concluído e revisto. Significava que toda aquela pressa e toda a urgência fora transformado numa entropia que impedira centenas de candidaturas. Aquilo implicaria que um município qualquer já tivesse avançado muito antes sem haver a abertura do aviso. Alguns municípios, conhecedores que o aviso sairia numa determinada data, avançaram com as obras.

Os municípios que tiveram que aguardar pelo aviso ou com uma informação segura para decidir avançar, quando tinham essa informação, teriam que ter pronto o projeto. Aquilo não se fazia, contrariando toda a lógica das candidaturas do PRR, que era com o projeto contratado. Era bom esclarecer aquela situação para perceberem a razão pela qual não foram à plataforma.

Disse que a segunda questão estaria relacionada com toda a Jardía e não com a Rua Nova da Jardía. A zona da Jardía ficava entre a Rua do Simba e a Rua do Roseiral.

Mencionou que desenvolveu há uns anos de um plano de requalificação das ruas da Jardía. Disse que poderia levar na próxima reunião uma informação daquilo que tinha sido feito ao longo dos últimos anos e do que acontecia ainda naqueles dias. Terminaram recentemente a Rua da Tradição, bem como outras ruas.

Referiu existirem outros concursos que avançaram para outras ruas, não para as duas ruas que o senhor vereador referiu, no entanto, aquelas ruas também estariam no caminho.

Disse existir um plano, o qual poderia entregar junto dos vereadores para que pudessem perceber correrem a alguns anos atrás de um prejuízo urbanístico, como disse o senhor Presidente, que era a impossibilidade de um dia para o outro fazerem aquilo que deveria ter sido feito a cada momento em que eram feitas as urbanizações.

Quando falavam de ruas estariam a falar de infraestruturas de saneamento básico, de saneamento pluvial, de passeios e arruamentos.

Disse ser muito importante clarificar tudo aquilo para que se tivesse uma ideia do que estava em curso.

Disse haver muito tempo que era reivindicado pelos moradores do fundo da Jardía, uma ligação entre a Rua do Roseiral, Rua da Mata e a EN 10. A Rua da Mata era a rua que ligava a Carmona, pelo que decidiram fazer numa primeira fase o asfaltamento da Rua da Mata e era preparada a terceira fase da Rua da Mata para ligar toda aquela zona à EN 10.

Mencionou haver um grande trabalho que era preciso ser conhecido e provavelmente era mal conhecido, razão pela qual o senhor Vereador falava como falava. O senhor Vereador passava na Rua da Padaria e na Rua Jardía, mas também passava por todas as outras ruas. O senhor Vereador deveria perceber que não só foram reabilitadas muitas ruas, como algumas estavam naquele momento em obra.

Havia um plano de trabalho e esse plano haveria de chegar às ruas que o senhor vereador acabara de referir.

Mencionou que o senhor Presidente já tinha referido uma intervenção na Rua de São Gonçalo, mas também havia outra grande rua, a Rua do Simba, que iria ter uma intervenção resultante da necessidade de passar uma nova adutora de abastecimento de água.

Disse que haveria muitas intervenções corretivas.

Disse que a Rua de São Gonçalo em toda a sua dimensão cortava nas ribeiras. O urbanismo terceiro-mundista do Partido Socialista fizera as urbanizações a cortar as ribeiras em vez de as colocar paralelas às ribeiras.

Naquele momento teriam que fazer a drenagem integral de Azeitão, que exigia um plano de bacias de retenção, que naquele momento estava em desenvolvimento.

Disse que já existia um plano de execução para uma pequena zona, mas havia um plano global de bacias de retenção para impedir que em caso de cheias de grande violência houvesse problemas sérios com algumas urbanizações em Azeitão.

A Rua de São Gonçalo sofria da falta de drenagem das ribeiras e tinha uma situação de incapacidade de resposta à água toda que caia na Rua de São Gonçalo, o que implicava a montante da Rua de São Gonçalo criar bacias de retenção para a água chegar em condições de maior sustentabilidade.

Referiu haver um projeto que iria custar milhões na sua execução, para resolver problemas que o urbanismo ao longo de décadas não tinha sido resolvido, instalando soluções urbanas que eram de grande dificuldade de resposta do ponto de vista da qualidade da drenagem. A Rua de São Gonçalo teria dificilmente a sua vida resolvida sem a solução daquelas bacias de retenção.

Disse que numa próxima reunião traria uma informação sobre a Jardia, uma vez que seria importante que todos percebessem o que tinha sido feito e estaria a ser feito.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Leu as seguintes saudações e moção, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 a 17:

“Saudação

Aniversário da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense

A Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense tem desempenhado um papel fundamental na vida cultural e social da cidade ao longo dos seus 125 anos de história. Desde a sua fundação em 1899, esta instituição tem sido um ponto de encontro para os setubalenses de todas as idades, proporcionando momentos de convívio, lazer e entretenimento.

Ao longo dos anos, a União Setubalense tem organizado uma vasta gama de eventos, desde concertos e espetáculos musicais até festas e atividades recreativas. Através da sua programação diversificada, tem conseguido envolver não só os seus associados, mas também toda a comunidade local, promovendo assim a coesão social e o sentido de pertença.

Além disso, a União Setubalense tem sido uma importante promotora da cultura e das tradições locais, preservando e divulgando o património musical da região. Através das suas atividades culturais e educativas, tem contribuído para enriquecer o panorama cultural de Setúbal e para transmitir às gerações mais jovens o orgulho na sua identidade cultural.

Por tudo isso, a Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense merece ser reconhecida e celebrada neste momento especial em que completa 125 anos de existência. Que continue a ser um farol de cultura, convívio e solidariedade na cidade de Setúbal por muitos anos mais.”

“Saudação

Aniversário LATI

A LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade celebrou o seu 45.º aniversário no passado dia 22 de março. Fundada em 1979 e sediada em Setúbal, esta instituição tem sido um pilar fundamental na promoção do bem-estar e qualidade de vida dos mais carenciados da nossa comunidade.

Como uma das maiores e mais modernas instituições do país no seu setor, a LATI desenvolve diversas valências na área da ação social, prestando apoio prioritário aos mais

necessitados. Ao longo dos anos, tem-se destacado pelo seu empenho em promover a inclusão social e privilegiar aqueles que se encontram em situações de maior vulnerabilidade. A missão da LATI vai além de apenas conceder bens e prestar serviços. É também um compromisso constante com o respeito pela dignidade do ser humano e a solidariedade expressa na comunhão diária de atitudes e sentimentos em prol dos outros. Enquanto mantiverem as suas portas abertas, a LATI continuará a ser um farol de esperança e apoio para aqueles que mais precisam na nossa comunidade.

Que este aniversário seja não apenas uma celebração do passado, mas também um incentivo para continuar a trabalhar incansavelmente em prol do bem comum e da promoção da dignidade humana para todos os membros da nossa sociedade. Parabéns à LATI pelos seus 45 anos de dedicação e serviço à comunidade!”

“Saudação

Aniversário Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo

A Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA – Setúbal) celebrou o seu 19º aniversário no dia 23 de março de 2024. Fundada por um grupo de pais e técnicos dedicados, que reconheciam a necessidade premente de uma entidade que promovesse o desenvolvimento, a educação, a integração social e a participação ativa das pessoas com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA) no Distrito de Setúbal, a APPDA tem sido uma luz na vida de muitas famílias.

Agradecemos profundamente aos pais fundadores da associação, que se uniram com determinação na defesa dos direitos dos seus filhos e na busca por melhores condições de vida para eles. Aos colaboradores, que dedicam o seu tempo e esforço diário para prestar o melhor serviço e apoio às pessoas com PEA e suas famílias, reconhecemos o seu papel vital como pilares fundamentais da associação.

Acreditamos firmemente que a união e o compromisso de todos são essenciais para defender os direitos e promover a qualidade de vida e a plena inclusão das pessoas com PEA na nossa sociedade.

Que este 19º aniversário seja não apenas uma celebração do passado, mas também um impulso para continuar esta mui nobre missão com renovado vigor e determinação. Votos de parabéns à APPDA – Setúbal pelos seus 19 anos de dedicação e serviço à comunidade.”

“Moção

Dia Nacional do Estudante

No Dia Nacional do Estudante, celebrado anualmente a 24 de março, é importante reconhecer não apenas as conquistas do passado, mas também as lutas e desafios enfrentados pelos estudantes no presente.

Promulgado pela Assembleia da República Portuguesa em 1987, este dia é mais do que uma simples comemoração. É um momento de reflexão sobre as dificuldades e obstáculos que os estudantes enfrentaram, especialmente durante a crise académica das décadas de 60 em Portugal. É também uma oportunidade para homenagear o movimento estudantil nacional e o papel crucial que desempenha na defesa dos direitos dos estudantes.

Além disso, é importante destacar o papel histórico das manifestações estudantis na luta pela democracia em Portugal. Durante o período da ditadura, as manifestações de estudantes foram cruciais para o desgaste do regime autoritário, desafiando o status quo e exigindo liberdades democráticas. O movimento estudantil desempenhou um papel significativo na consciencialização da população sobre as injustiças do regime, inspirando outros setores da sociedade a unirem-se na luta pela liberdade e democracia. Portanto, ao celebrarmos o Dia Nacional do Estudante, é essencial lembrar e reconhecer o contributo histórico dos estudantes na construção e consolidação da democracia em Portugal, especialmente à medida que nos aproximamos do marco dos 50 anos de democracia.

Entendemos que o Dia Nacional do Estudante serve como um apelo à participação e mobilização dos estudantes em prol de uma educação mais inclusiva e acessível a todos e todas. O direito à educação é um pilar fundamental da nossa sociedade e requer o envolvimento de todos os setores, incluindo o poder local.

Neste sentido, é importante que o município reconheça e apoie as atuais lutas estudantis, que incluem questões como o alojamento estudantil, a valorização da ciência e investigação e o reforço dos serviços de ação social. O município deve estar alinhado com as necessidades e reivindicações dos estudantes, trabalhando em conjunto para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades igualitárias para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 18 a 23:

**“Saudação
Dia Mundial do Teatro**

Hoje, dia 27 de março, assinalamos o Dia Mundial do Teatro.

Assinalado pela primeira vez em 1962, por iniciativa do Instituto Internacional do Teatro (ITI), continua a ser, até aos dias de hoje, celebrado anualmente pela comunidade internacional do teatro.

Nesta efeméride, como em todos os dias do ano, importa reconhecer na arte do teatro um milenar e importante meio de divulgação da cultura de diferentes povos.

O valor cultural do teatro para a Humanidade é inegável.

Amplamente reconhecido como forma de entretenimento, o é muito mais do que isso. Cumpre uma função social, é elemento fundamental da construção da democracia, da formação para a cidadania e da transformação social.

O teatro é reflexo de uma sociedade, é expressão e ferramenta de intervenção cultural e social.

Em Setúbal, o teatro ocupa uma parte significativa do panorama artístico e cultural, com diversas companhias de teatro, tanto amadoras como profissionais, e com diversos profissionais, desde atores, dramaturgos, figurinistas, produtores, entre tantos outros, reconhecidos a nível nacional. O seu trabalho é um importante contributo para o desenvolvimento sociocultural do nosso território, bem como para a promoção do acesso à cultura e progressiva democratização da nossa sociedade.

Neste sentido, investir na cultura e na arte, apoiando as entidades culturais, em especial a nível local, democratizando o acesso às mesmas, é fundamental para o fortalecimento da nossa democracia, para a salvaguarda dos valores inerentes a esta e para a garantia dos Direitos Humanos.

Neste dia, uma das comemorações mais importantes é a divulgação da Mensagem Internacional do Dia Mundial do Teatro, através da qual, a convite do ITI, uma figura de reconhecimento mundial partilha as suas reflexões sobre o tema do Teatro, Cultura e Paz. Este ano, o convite foi realizado a Jon Fosse, Nobel da Literatura 2023, dramaturgo, poeta e escritor, que, num momento de instabilidade, guerra e conflito no mundo, evidenciou a universalidade da arte e a sua natureza inerentemente boa.

“A guerra e a arte são opostas, tal como a guerra e a paz são opostas – é tão simples quanto isto. Arte é paz.”

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam todos as entidades e intervenientes do teatro, em especial os do nosso concelho, lançado o desafio a todos de participar nas inúmeras iniciativas desenvolvidas um pouco por todo o país e também em Setúbal, num ano particularmente especial, em que se procura celebrar as diferenças e evocar Abril.”

“Saudação Dia Nacional do Estudante

Celebrámos, no dia 24 de março, o Dia Nacional do Estudante e, com ele, todo o movimento estudantil, suas reivindicações e direitos.

Assinalamos esta efeméride anualmente, não só enquanto um dia de evocação das primeiras lutas do movimento estudantil, em especial da crise estudantil de março de 1962, na qual estudantes universitários portugueses manifestaram-se contra o regime ditatorial do Estado Novo, o que levou a meses de protesto, greves às aulas, cargas policiais e detenções, mas também como um momento de promoção da participação cívica dos estudantes, enquanto agentes de transformação política e social.

A evolução das reivindicações dos estudantes portugueses tem acompanhado aquilo que tem sido também a evolução da própria sociedade e suas preocupações. Temas, como a justiça climática, a desigualdade de género, o racismo e xenofobia, a redução das propinas e a habitação são prioridades do movimento estudantil português, que procura ter a sua voz reconhecida pelo poder político, pelas suas instituições de ensino e pela sociedade em geral. Investir na escola pública e na educação, procurando reforçar e consolidar os direitos dos estudantes, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, etnia, religião ou incapacidade física ou cognitiva, é fundamental para a mudança estrutural da sociedade e para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e solidários.

Defender os direitos dos estudantes é salvaguardar os princípios e valores democráticos, que no ano em que celebremos o 50º aniversário do 25 de Abril, se encontram sob ameaça, com a proliferação de movimentos de extrema-direita, o extremar de posições ideológicas e políticas e a normalização do discurso de ódio.

É igualmente importante escutar as vozes dos estudantes, incluindo-os na conversa, e ter em conta aquilo que são as suas preocupações e inquietações, aquando da formulação e implementação de políticas públicas. Afirmar que os estudantes são o futuro sem reconhecer a sua voz, sem criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral e sem ter em consideração as suas preocupações, de nada vale para a construção de uma sociedade mais igual, livre e solidária.

As decisões de agora irão determinar o futuro e estabelecer as consequências com as quais os jovens de hoje terão de lidar amanhã.

Cabe, a todos nós, procurar salvaguardar os seus direitos, mas também todas as medidas implementadas nos últimos anos, que contribuíram para a promoção da igualdade e justiça social no ensino. Medidas como a gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos durante o ensino obrigatório, o investimento na transição digital na educação, o reforço do número de vagas em residências para estudantes, a redução e devolução das propinas, o fim dos estágios não remunerados de acesso às Ordens Profissionais, a criação da Bolsa+Superior para quem estuda no interior, a gratuidade dos passes 4_18 e sub23 para todos os jovens estudantes até aos 23 anos ou a criação de mais residências de estudantes, representam para os estudantes portugueses e suas famílias apoios indispensáveis, com impacto significativo nas suas vidas.

Para além destas e outras medidas, asseguradas pelo Estado Central, é também fundamental, que as autarquias locais desempenhem o seu papel junto da comunidade estudantil local, desenvolvendo o trabalho indispensável à criação de mais e melhores condições para os estudantes, tal como a criação de espaços dedicados ao estudo e a atividades relacionadas, o alargamento dos horários destes em altura de avaliações, a garantia do acesso a um serviço de transporte público de qualidade, à cultura e ao desporto e a promoção do desenvolvimento de uma economia local inovadora e dinâmica e de um mercado habitacional acessível, que permitam a fixação dos jovens durante e após a conclusão dos seus estudos.

Reconhecendo a relevância do movimento estudantil como motor de democratização, bem como o papel dos estudantes e jovens como agentes de transformação, mudança e inovação, indispensáveis ao desenvolvimento sustentável da nossa sociedade, os vereadores do

Partido Socialista saúdam todos os estudantes portugueses, em especial os estudantes do concelho do Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense

A centenária Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense assinalou o seu 125º aniversário no dia 22 de março.

Fundada em 1899, com uma primeira designação de Sociedade Philarmonica União Setubalense e sede no bairro do Troino, contribui para aquilo que foi o intensificar da vida associativa do concelho no final do século XIX.

No mesmo ano, é criada a filarmónica, sob direção do maestro Ariovisto José Valério, a qual acabaria por ser dissolvida na década de 70. A génese musical da União mudou com a dissolução da banda, tornando-se a dança, nomeadamente a dança desportiva, a principal atividade da coletividade a partir de 1989.

Em 2012, o projeto Ritmus chegou à União com a prática da dança em três vertentes: iniciação, competição, social e, posteriormente, com a vertente grupo através das “All Girls”.

Adaptando-se e acompanhando a evolução da cidade e das suas gentes, ao longo das suas muitas décadas em funcionamento, a Sociedade Musical Recreativa União Setubalense (S.M.R.U.S.) testemunha a História da cidade, enquanto símbolo de resiliência e dedicação, representando aquilo que de melhor tem o movimento associativo setubalense a oferecer.

Continua a ser, nos dias de hoje, um espaço de encontro e de celebração entre os seus associados, de partilha de experiências, de desenvolvimento de competências e capacidades, de participação cívica e de cultura.

Neste sentido, e reconhecendo a atividade desenvolvida pela coletividade, apesar dos muitos obstáculos enfrentados, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, órgãos sociais e associados por mais aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade

Fundada em 1979, a LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade celebrou o seu 45º aniversário no dia 22 de março.

Constitui-se oficial e juridicamente, passando a ser reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, em 1979, no seguimento do trabalho desenvolvido por iniciativa de um grupo de mulheres do bairro Humberto Delgado. Em 1974, este grupo de mulheres começou a desenvolver uma atividade de apoio domiciliário, solicitando bens de primeira necessidade a quem tinha, para dar a quem necessitava, sobretudo alimentação e vestuário, e ajudando na higiene pessoal e da habitação dos idosos. Após um ano, em 1975, passaram também a prestar apoio a 30 crianças em idade escolar, no A.T.L. do bairro Humberto Delgado, num pavilhão pré-fabricado em placas de betão, em terreno cedido pela Câmara Municipal de Setúbal, com o apoio jurídico da Junta de Freguesia de S. Sebastião.

Atualmente, a LATI é reconhecida como uma das maiores e mais modernas instituições do país. Desenvolve a sua atividade em diversas valências, trabalhando junto dos idosos, das crianças, dos jovens e das pessoas em situação de vulnerabilidade e carência.

Na Área dos Idosos da LATI é prestado um serviço único e de qualidade a cerca de 160 utentes, dividido em três tipos de apoio – Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Internamento. No âmbito dos Serviços Ocupacionais, os utentes podem usufruir de diversas atividades, que fomentam a participação dos idosos em várias tarefas e iniciativas e permitem fazê-los sentir-se integrados na comunidade. No Lar Residencial, é prestado um apoio que vai ao encontro de todos aqueles que, por motivos de saúde, habitacionais ou sociais necessitam de uma

assistência permanente ou de uma vigília noturna, impossível de obter no seu meio social ou na sua habitação, proporcionando aos idosos o conforto e a atenção que merecem.

No domínio da infância, a instituição tem como principal objetivo dar uma resposta adequada às necessidades educativas da população infantil, atendendo às características socioeconómicas das famílias. Neste sentido, oferece serviços de creche, jardim de infância e C.A.T.L.

Direcionado aos jovens entre os 10 e os 18 anos, tem disponível o serviço de C.A.T.L. Jovens da LATI. Neste espaço, com capacidade para 100 utentes, garante o fornecimento de refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche), Apoio Escolar e a participação em atividades lúdico-pedagógicas.

Tem ainda um complexo desportivo aberto a toda a comunidade, que conta com cerca de 2000 utilizadores, dos 4 meses aos 90 anos de idade, entre os quais os utentes da LATI, utentes de outras instituições e alunos de diversas escolas do concelho. Presta ainda, na área da saúde, um conjunto de serviços na Unidade de Cuidados Continuados Integrados (Média duração e reabilitação) e na Unidade de Medicina Física e Reabilitação (Fisioterapia).

Desempenha também um importante papel na área social com o projeto Loja Social – projeto que se destina a famílias carenciadas a nível económico, nomeadamente às beneficiárias do Rendimento Social de Inserção – e com o Gabinete de Inserção, composto por uma equipa multidisciplinar, que acompanha famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, residentes na Freguesia de S. Sebastião, tendo como objetivo combater a pobreza através de mecanismos que assegurem às famílias recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social.

Através do seu trabalho, a LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade constituiu-se enquanto um importante e indispensável parceiro do poder local, procurando criar mais e melhores respostas para as necessidades encontradas na comunidade, com a vista à inclusão e ao combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam a LATI por mais um aniversário, saudando todos os profissionais, que diariamente desenvolvem o seu trabalho, contribuindo de forma inestimável para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações do concelho de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Centro Ciclista Azeitonense

O Centro Ciclista Azeitonense assinalou, no dia 24 de março, o seu 30.º aniversário.

Fundado em 1994, tendo como objetivo a promoção e desenvolvimento da prática desportiva do ciclismo nas suas diversas vertentes, o Centro Ciclista Azeitonense tem desenvolvido uma importante atividade no domínio desportivo no concelho de Setúbal, em especial no âmbito da formação desportiva.

O movimento associativo desempenha, cada vez mais, um papel determinante e estratégico, afirmando-se como polo de desenvolvimento local, promovendo uma crescente oferta de atividades e fomentando hábitos de cidadania ativa.

Desta forma, o Centro Ciclista Azeitonense assume-se como um parceiro indispensável do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, desenvolvendo uma importante atividade junto da comunidade, a qual contribui não só para o desenvolvimento no domínio do desporto, mas também da juventude.

Reconhecendo todo o trabalho desenvolvido, em especial para a promoção da prática desportiva do ciclismo, através da formação de jovens atletas nas vertentes de Estrada e BTT, formação e competição em Ciclismo de Estrada e Pista na Categoria Feminina e competição em Ciclismo de Estrada na Categoria Masters Masculinos, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Ciclista Azeitonense, órgãos sociais, equipa técnica e atletas por mais um aniversário.”

**“Saudação
Aniversário da APPDA – Setúbal**

A APPDA Setúbal – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo assinalou o seu 19.º aniversário no passado dia 23 de março.

Criada em 2005 por um grupo de pais e técnicos, a Associação surgiu com o objetivo de promover o desenvolvimento, a educação, a integração social e a participação na vida ativa das pessoas com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA), no distrito de Setúbal.

Segundo dados da AIA – Associação de Apoio e Inclusão ao Autista, existem em Portugal cerca de 57 720 pessoas com PEA. A Perturbação do Espectro do Autismo é uma perturbação do foro neurológico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, quatro vezes mais comum no sexo masculino do que no feminino, que ocorre em todos os grupos raciais, étnicos e socioeconómicos.

Apesar do movimento crescente de consciencialização e sensibilização, a realidade é que existem ainda muitos mitos e equívocos associados a esta condição. Promover uma melhor compreensão sobre esta junto da população, é fundamental para a inclusão e integração de pessoas com PEA.

Neste sentido, entidades como a APPDA Setúbal desenvolvem um trabalho imprescindível junto da comunidade, em especial junto das pessoas com PEA e suas famílias. A Associação procura criar as condições necessárias para que as pessoas com perturbações no espectro do autismo possam atingir toda a sua potencialidade, de forma a promover o seu bem-estar e qualidade de vida, a sua integração social e desenvolvimento integral.

Assim, a APPDA Setúbal dinamiza diversas atividades, colocando à disposição da comunidade serviços e projetos, tais como:

Centro de Atendimento Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência; Atendimento e Acompanhamento psicossocial; Projeto “EntrePAIS”; Seminários; Workshops; Ações de sensibilização/sessões de esclarecimento sobre a PEA; Reabilitação; Ateliers Funcionais - Promoção de competências funcionais e para a vida; Projeto “Vida Ativa”; Acompanhamento Individual e parental; Centro de competências para o Autismo; Oficinas de Promoção de Competências; Musicoterapia-Projeto Musicar; Psicomotricidade em Meio Aquático/Natação adaptada.

Recentemente, contribuiu para a implementação da ‘Hora Silenciosa’ no Alegro Setúbal, com o objetivo de “promover a inclusão social e contribuir para uma maior consciencialização da população sobre esta condição, enquanto proporciona um ambiente inclusivo a todos e permite uma maior integração das pessoas com PEA na vida quotidiana.”

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam a APPDA Setúbal por mais um aniversário, saudando todos aqueles e aquelas que, através da atividade da Associação, contribuem para a inclusão das pessoas com PEA no concelho e distrito de Setúbal.

Aniversário da APP de a Setúbal Associação Portuguesa para a perturbação do desenvolvimento e autismo. Assinalou o 10º 9º aniversário, no passado dia 23 de Março, para além de muitas e diversas atividades serviços e projetos colocados à disposição da comunidade recentemente contribuiu para a implementação da hora silenciosa na no Alegro Setúbal com o objetivo de promover a inclusão social e contribuir para uma maior consciencialização da população sobre esta condição enquanto proporciona um ambiente inclusivo a todos e permite uma maior integração das pessoas com perturbação do espectro do autismo na vida quotidiana mais uma vez, os vereadores do Partido Socialista felicitou a PT e a Setúbal por mais universal, saudando todos aqueles e aquelas que, através da atividade da associação contribuem para a inclusão das pessoas com perturbação do espectro do concelho no distrito de Setúbal.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte Moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 24.

“Moção Dia Mundial do Teatro

Reconhecer a importância das Artes Cênicas no desenvolvimento Cultural, Social, Educativo e Económico dos Territórios.

Neste ano, durante o Dia Mundial do Teatro, recebemos a inspiradora mensagem de Jone Fosse, laureado com o Nobel da Literatura em 2023. Sob a égide desta mensagem, reforçamos o poder transformador da arte em toda a sua diversidade, a capacidade de ultrapassar fronteiras e unir as diversas expressões culturais em prol do bem comum. A arte é um instrumento que nos conduz à exploração do desconhecido, à celebração das nossas diferenças e à compreensão mútua entre os povos, erguendo pontes para a paz.

Enquanto a guerra se empenha em destruir as diferenças, a arte convoca-nos a valorizar a diversidade e a reconhecer a beleza na pluralidade, constituindo uma poderosa arma na luta pela paz e na prevenção de conflitos.

Neste Dia Mundial do Teatro, é imperativo reconhecer e valorizar o papel preponderante das artes cênicas no desenvolvimento cultural, social, educativo e económico dos territórios. No palco do teatro, seja através da dramaturgia, da encenação, da interpretação, da cenografia, da poesia, da música, da dança ou das técnicas, cada manifestação artística é uma ode à vida, merecendo ser acolhida e fomentada com fervor e respeito.

Continuaremos a investir em programas culturais e educativos que exaltem a arte como uma força revolucionária, garantindo um investimento claro e justo por parte daqueles que tutelam a Cultura. Devemos capacitar as companhias e artistas profissionais que, com dedicação, trabalham em prol das comunidades, promovendo a compreensão mútua e construindo um mundo mais justo e solidário. Unidos, celebramos a arte e comprometemo-nos a forjar um futuro promissor para a criação artística, acessível a todos os cidadãos.”

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 162/2024 – Proposta n.º 19/2024 – GAP – Aquisição de serviços de manutenção, operação e hosting da suite aplicacional AQUAmatrix, pelo período de 36 meses” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que a contratação era vital para o funcionamento normal do serviço municipalizado, uma vez que se tratava de um sistema que geria toda a área comercial. Aquela contratação era por 36 meses para estabilizar a situação. Disse que receberam da Águas do Sado uma situação muito curta, posteriormente fizeram vários contratos curtos para manter o funcionamento do serviço comercial. Finalmente tinham condições para adquirir, para estabilizar em definitivo e equilibrar a gestão comercial dos serviços.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 163/2024 – Proposta n.º 20/2024 – GAP – “Prolongamento das Redes de Água e Drenagem às Ruas Baía do Sado, Montinho da Cotovia e Adjacentes – II Fase” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Sugeriu uma discussão mais ampla, para ver a possibilidade de entrega de relatórios de execução das empreitadas em causa dos diversos grupos municipais, para a análise em reuniões de câmara.

Sr. Presidente – Questionou se existia mais algum documento para além daqueles que estavam junto à proposta.

Intervenção inaudível.

Sr. Presidente – Os relatórios das empreitadas, poderiam fazer conforme iriam sendo aprovados os autos, ficando com uma informação sobre o andamento da empreitada até à sua conclusão. Os autos, as informações e relatórios que eram feitos pelos serviços do andamento da obra poderia ser apresentado em reunião de câmara com a regularidade que entendessem.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Sugeriu que a informação passasse a constar no Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para que pudessem ter um acesso direto à mesma, para depois poderem fazer a discussão nas reuniões de câmara.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que aquela empreitada tinha três fases, sendo que a primeira fase estaria em curso. A lógica era encadear a segunda fase no final da primeira, conforme compromisso assumido com os moradores daquela zona. No final da terceira fase teriam eliminado cerca de 300 fossas e feito a ligação em cerca de 300 novos utilizadores à rede pública de saneamento.

Disse serem obras muito importantes que acabavam por corresponder a uma resposta ambiental mais consistente, sendo uma aspiração muito antiga das populações daquela zona. Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que cada empreitada tinha um dossiê no DOM consultável, os quais tinham todo o processo da empreitada desde o programa da empreitada até ao pós-obra, tendo pelo meio o acompanhamento de execução da obra com os respetivos relatórios. Enviar para a reunião de câmara toda aquela documentação seria altamente fastidioso, uma vez que seriam uma série de pastas.

Havendo interesse em se conhecer a execução das obras, sugeriu que os vereadores solicitassem para os serviços poderem fornecer o acesso à respetiva informação.

Disse que enviar para a reunião de câmara não faria muito sentido, uma vez que se tratava de toneladas de documentos e ninguém teria condições para ler essas toneladas de documentos. Havendo interesse em ver a documentação de uma determinada empreitada, bastaria solicitar, pois não haveria nenhuma dificuldade em ter acesso à documentação, uma vez que a mesma era pública e encontrava-se no DOM – Departamento de Obras Municipais.

Intervenção inaudível.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que relativamente às empreitadas dos Serviços Municipalizados era o mesmo. As empreitadas tinham um procedimento sendo a mesma

lógica da Câmara, os processos eram rigorosamente iguais e cada empreitada tinha um processo que se encontrava no Departamento de Obras dos Serviços Municipalizados, o chamado Departamento de Engenharia, que era consultável e havendo necessidade de qualquer informação, bastaria solicitar, o qual seria entregue. Não faria muito sentido enviar toda aquela informação, porque era muito “pesada”, e havia no meio dessa informação coisas que não teriam nenhum interesse, nem política, nem técnica, seriam coisas básicas e burocráticas.

A informação que o senhor Vereador pedia era completamente acessível, não haveria nenhuma dificuldade em cedê-la e os serviços teriam todas as condições de o fazer, desde que fosse solicitado.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinha sido a primeira pessoa a falar sobre o Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados, no final da sua intervenção. Uma vez que o senhor Vereador Carlos Rabaçal confirmava que toda a informação constaria no referido relatório, a resposta satisfazia-o e quando entendessem poderiam acordar uma discussão das respetivas empreitadas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que no relatório dos Serviços Municipalizados estava em síntese as empreitadas todas, com os valores, no entanto, os dossiers das empreitadas estavam no Departamento de Engenharia e seriam consultáveis caso surgissem dúvidas ou pretendessem aprofundar a informação.

Sr. Presidente – Disse que a referência ao andamento das obras como evoluiu, vinha no relatório anual dos Serviços Municipalizados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o senhor Vereador estava a colocar uma questão que seria acompanhar a evolução das obras, tudo aquilo constava nos autos e nos relatórios de fiscalização. A título de exemplo, referiu que o relatório da fiscalização do Convento de Jesus era uma peça imensa. As obras de maior dimensão eram constituídas por imensas peças, enquanto que nas obras pequenas eram constituídas por quatro a cinco folhas. Os relatórios de fiscalização eram produzidos às dezenas, resultantes de execução da fiscalização que estava a acompanhar a execução da obra, referindo o nível de execução, o cumprimento do calendário, os atrasos que existiam. Existiam obras com relatórios semanais e outras com relatórios mensais, conforme o tipo de obra.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 164/2024 – Proposta n.º 21/2024 – GAP – “Aquisição de serviços aluguer operacional de viaturas, pelo período de 36 meses” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta visava fazer a substituição das viaturas alugadas, que lhes foram transmitidas pela Águas do Sado. Tratava-se de viaturas que tiveram três renovações de aluguer, já estavam muito envelhecidas, estando na altura de as devolver, uma vez que a partir de uma determinada idade começavam por ser mais caras do que as novas.

Mencionou que decidiu fazer a substituição integral das viaturas e também a substituição integral através de aluguer de viaturas próprias mais antigas, as quais também iriam ser renovadas. Sendo 13 viaturas ligeiras de 5 lugares, 31 furgões de 3 lugares para as equipas operacionais e 2 furgões de 5 lugares, num total de 46 viaturas.

Disse que estavam a fazer numa altura em que o mercado estava a complicar e era preciso ter em conta aquela realidade, havendo um grande atraso na entrega das viaturas e um aumento de custos muito pesado na renovação daqueles processos. Disse que as mesmas eram essenciais para o funcionamento, sobretudo as 33 viaturas operacionais destinadas para as equipas de trabalho poderem manter a sua atividade. Aquela intervenção iria permitir que durante 36 meses teriam estabilizada a situação, fazendo a renovação semestral e anual dos contratos que lhes foram cedidos pela Águas do Sado. Disse que se trava de estabilizar em definitivo aquela matéria durante 36 meses. Aquela proposta e o andamento daquela aquisição era essencial para o bom funcionamento dos Serviços Municipalizados.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 165/2024 – Proposta n.º 22/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de limpeza/desobstrução de coletores e órgãos de recolha da rede de drenagem pluvial do Concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se falou naquela reunião dos sumidouros e da sua obstrução. Quem fazia a limpeza dos sumidouros era as juntas de freguesia. Valia sempre a pena limpar os sumidouros. Aquela aquisição era para manter uma intervenção consistente na limpeza dos órgãos pluviais. O objetivo seria num prazo de 2 anos poderem adquirir o equipamento para fazer aquele trabalho e deixar de fazer por aquisição de serviços. Naquele momento não tinham outra forma, a não ser recorrer à aquisição de serviços.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 166/2024 – Proposta n.º 23/2024 – GAP – Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal para aquisição de nova ambulância

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 167/2024 – Proposta n.º 04/2024 – GADSEA – Estratégia de Educação e Sensibilização Ambiental do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 168/2024 – Proposta n.º 05/2024 – GADSEA – Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição do Selo Verde - Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

8. Deliberação n.º 169/2024 – Proposta n.º 06/2024 – GADSEA – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 170/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipal e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 44.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Por questões profissionais, éticas e de interesse pessoal, solicitou a escusa da votação da proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 5 da CDU e 3 do PS e 2 abstenções do PP/PSD.

10. Deliberação n.º 171/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de setúbal, Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Incumprimento de contrato de concessão - Intenção de aplicação de sanções

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46.

Sr. Presidente – Referiu que se tratava de um contrato de uma concessão por 40 anos e ainda não passaram 3 anos sobre o mesmo. Disse ser um contrato pesado do ponto de vista financeiro, sendo que seria importante acautelar nas iniciativas que a Câmara Municipal pudesse desenvolver, eventuais penalizações, se não tivesse em conta aquilo que a legislação estabelecia sobre aquela matéria. Consideraram ser tempo suficiente, depois da chamada de atenção à concessionária das situações que ali foram descritas, avançarem para as penalizações e era aquilo que se propunha naquela proposta, que a partir daquele momento todo aquele processo de penalizações pudesse evoluir se a empresa não cumprisse nos termos em que estava ali identificado.

Aquela proposta pretendia que o contrato fosse cumprido pela concessionária e caso não fosse estaria sujeita a penalizações que nos termos da lei iriam ser progressivamente agravadas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que durante várias reuniões de câmara tinha questionado sobre aquela temática e o senhor Presidente alegara que estaria em negociações e em conversações com a empresa, conforme constava em ata.

Na ata da reunião de 4 de janeiro de 2023, o senhor Presidente disse: “*No bom entendimento que existe entre a Câmara Municipal de Setúbal e a empresa há um leque de questões que estão identificadas e que em breve iria trazer aos senhores Vereadores os entendimentos dessas mesmas conversações*”.

Sr. Presidente – “Conversações”, o senhor Vereador tinha dito muito bem.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente umas vezes falava em negociações outras em conversações, isso era público estava escrito na comunicação social e em atas, o senhor Presidente tinha evoluído em negociações.

Sr. Presidente – O senhor Vereador tinha a ata e deveria ler o que estava escrito. Não deveria inventar coisas, nem criar factos. O senhor Vereador era um criativo, mas quando se tratava de ser rigoroso e tendo em seu poder a ata, deveria ler o que estava escrito, para não estar a inventar.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente tinha falado em conversações, depois evoluiu para negociações e aquilo que constava nas várias atas e, também, era aquilo que estava expresso na comunicação social.

Sobre a questão das invenções e daquilo que estava na cabeça de cada um, teriam a oportunidade de numa próxima proposta de falar sobre isso, porque também sobre isso o senhor Presidente tinha dito que eram “*coisas das suas cabeças*”, quando falaram em muros. O senhor Presidente disse: “*os muros e as paredes eram invenções da nossa cabeça*”. Mais à frente iriam ver sobre a alteração do anexo 9 daquele contrato, se sobre muros e paredes seria da cabeça dos Vereadores do Partido Socialista, se seria da cabeça do senhor Presidente.

Disse falarem de uma situação que poderia ser evitada, no sentido da discussão que ali iriam ter. Aquela questão era de tal forma sensível que o senhor Presidente poderia perfeitamente, tal como já tinha acontecido em outras situações, ter convocado uma reunião privada de câmara para falar com os vereadores da oposição, nomeadamente os vereadores do Partido Socialista, para explicar aquela matéria.

Aquilo que lhes era apresentado era uma proposta sobre a qual tinham muitas dúvidas, não tendo a documentação exigida para acompanhar uma proposta daquela dimensão. Com um enorme esforço por parte dos vereadores do Partido Socialista, que não estavam a tempo

inteiro na Câmara Municipal, foi analisada sem ter documentação que era fundamental para uma decisão devidamente fundamentada.

Disse que aquele contrato tinha sido assinado no dia 7 de maio de 2021 e sobre o qual a Câmara Municipal de Setúbal, em maio de 2021, recebera mais de 4 milhões de euros à cabeça. Tratava-se de um contrato que não era da responsabilidade de Mata Cáceres, não era da responsabilidade do Partido Socialista que há 20 anos deixara a câmara, mas que estaria prestes a voltar a assumir a gestão da Câmara Municipal de Setúbal, não foi da responsabilidade do Partido Socialista que deixara a câmara em 2001, não foi da responsabilidade do Governo.

A responsabilidade daquele contrato que tinha sido desenhado, assinado pela CDU, não era da responsabilidade do Governo nem de António Costa. O senhor Presidente não poderia sacudir a “*água do capote*” nem “*chutar*” para cima de outros. O senhor Presidente poderia dizer que foi do anterior executivo do qual não fazia parte, no entanto, o restante executivo não poderia dizer o mesmo. Também não ficava bem ao senhor Presidente dizer tudo aquilo e acreditava que não o iria dizer, porque tinha sido presidente da Assembleia Municipal e quando se candidatara à Câmara Municipal de Setúbal dissera: “*Nós vamos continuar Setúbal*”, continuar para o bom e para o mal.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador estava a especular, porque ainda não tinha dito nada de concreto. Especulação pura era o que o senhor Vereador estava a fazer.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquele contrato de concessão por quarenta anos e com o aumento do estacionamento tarifado em 500%, tinha um pai que se chamava André Martins e tinha uma mãe que se chamava Maria das Dores Meira, pelo que teriam que assumir aquela responsabilidade.

Na análise da proposta leu a cláusula 14.^a daquele contrato de concessão, que se referia à resolução do contrato pelo primeiro outorgante: “*Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do presente contrato previstos na lei, o primeiro outorgante pode resolver o mesmo a título sancionatório, no caso de o segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: A) Incumprimento dos deveres legais da concessionária. C) Oposição reiterada ao exercício da fiscalização da execução do contrato ou repetida desobediência às determinações do concedente, ou ainda reiterada inobservância das leis e regulamentos aplicáveis. G) Falta de cumprimento das disposições do contrato de concessão, incluindo a dos cadernos de encargo e programa de concurso. H) Prestação de indicações ou informações falsas ao concedente. K) Não cumprimento reiterado de obrigações que originem a aplicação de sanções pecuniárias prevista neste caderno de encargos ou no contrato de concessão*”.

Disseram que decorrido aquele período verificavam-se vários incumprimentos das obrigações cometidas ao concessionário que era urgente ultrapassar. O contrato tinha sido feito pelo executivo CDU, tinha sido fiscalizado pelo executivo CDU durante aqueles três anos. Face à complexidade do início da operação se justificavam alguns incumprimentos. Tendo aquele contrato iniciado em maio de 2021, face à entrega mais de 4 milhões de euros à Câmara Municipal de Setúbal por parte da empresa, questionou o senhor Presidente se a fase 1, das várias fases, estando em vésperas de eleições autárquicas, foi implementada ou se tinha sido dada alguma indicação à empresa, para antes das eleições autárquicas de 2021 não se avançar com a fase 1.

Questionou se aquilo se enquadrava na justificação que estava ali dada, que seriam os problemas no arranque da operação.

Tinha sido dito que durante mais de 2 anos, comprovada em várias reuniões de câmara, que a concessionária não tinha uma linha telefónica. Questionou se aquela situação estava resolvida. Referiu que os parcómetros não tinham a identificação do respetivo número de telefone. Questionou se a empresa já tinha sido notificada para regularizar aquela situação.

A sua bancada requeria a notificação feita à empresa. Perceberam que existiram várias reuniões com a empresa, da qual desconhecia se foram feitas atas das mesmas, no entanto, solicitaram a notificação feita à empresa, que não constava naquele processo.

Na proposta referia que a concessionária procedera à cobrança de estacionamento a utilizadores detentores de dístico de mobilidade reduzida. Disse terem conhecimento pelos vários relatos feitos em reunião de câmara daquela situação de irregularidade, onde o senhor Presidente se comprometera agir junto da empresa, no sentido de não voltar a acontecer. Questionou se o mesmo tinha sido feito junto da empresa. Solicitaram prova das comunicações feitas à empresa para regularizar. Gostariam de saber se após comunicação feita por parte da Câmara Municipal de Setúbal, se a situação de incumprimento voltara a repetir-se, uma vez que elas foram relatadas em reunião de câmara mais do que uma vez, tendo ficado assumido por parte da Câmara Municipal de Setúbal que iria agir junto da empresa para que o mesmo não se repetisse. Questionou quando é que tinha sido feito pela câmara a notificação à empresa para não voltar a proceder irregularmente e se posteriormente a empresa voltara a cometer aquela irregularidade.

Na proposta referia que a concessionária procedera à remoção de sinalização vertical de trânsito, disse que gostariam de ter mais detalhes daquela informação, porque era uma informação que lhes era dada, mas não era comprovada. A sua bancada desconhecia onde aquilo aconteceu, em que bairro aconteceu. A concessionária procedera à remoção de sinalização vertical de trânsito, o que era muito grave, porque se tratava de mobiliário da Câmara Municipal que tinha sido retirado.

Questionou onde o mesmo tinha sido colocado e se tinha desaparecido. Questionou se tinha sido colocado à guarda da empresa ou à guarda da câmara e qual o tipo de sinalização.

Referia na proposta que a concessionária procedera à publicação do regulamento do parque de estacionamento subterrâneo do Interface, o que seria grave, porque não tinha sido aprovado nem em reunião de Câmara Municipal, nem em sessão da Assembleia Municipal.

Questionou se a câmara deu ordens para abrir aquele parque de estacionamento. A sua bancada não tinha informação, a única coisa que tinham era uma alínea, com três linhas, na qual referia que a concessionária procedera à publicação do regulamento. A sua bancada sabia que o parque tinha aberto e se o parque abriu alguém terá dado ordens para o parque abrir, supunham os Vereadores do Partido Socialista que foi o senhor Presidente da Câmara Municipal que dera a autorização.

Questionou se deu a instrução para o parque abrir sem o regulamento. Questionou se deu, ou não, aquela instrução e se a deu, como deu sem existir um regulamento.

Disse haver uma questão de fiscalização das bolsas de estacionamento exclusivas a residentes, verificaram existirem dúvidas relativamente àquele ponto, porque se não existissem dúvidas, não estariam a propor uma alteração ao regulamento, da qual a sua bancada iria votar favoravelmente, no sentido de clarificar que era à empresa que cabia fazer aquela fiscalização.

Havia uma alteração ao regulamento que iria precisamente naquele sentido, no sentido de clarificar que era à empresa que cabia aquela tarefa. Disse existir uma divergência de interpretação, por aquilo que ali estava escrito, à luz do regulamento em vigor entre a empresa e a Câmara Municipal. Sendo referido que a concessionária remetera ao município parecer jurídico que advogava não integrar o objeto do contrato a fiscalização de lugares de estacionamento. A sua bancada pretendia ter conhecimento daquele parecer jurídico, para poderem decidir fundamentadamente, bem como o parecer jurídico da câmara. Disse haver o parecer jurídico da empresa que não concordava com a posição da Câmara Municipal de Setúbal. Perceberam que na dúvida iriam alterar naquele dia o regulamento, que iria à consulta pública, posteriormente à Assembleia Municipal.

Na verdade, existia uma fundamentação por parte da empresa que os Vereadores do Partido Socialista desconheciam, no entanto, o senhor Presidente pretendia que os Vereadores do Partido Socialista votassem aquela proposta sem mais nenhuma informação, o que não poderia ser, porque precisavam de mais informação e documentos de suporte.

A proposta referia a determinada altura: “*Destaque para o email com o assunto*”. Questionou onde estava o respetivo email. O senhor Presidente pretendia que os vereadores do Partido Socialista imaginassem o email. Os vereadores do Partido Socialista não tinham o email, pelo que exigiam que o email ficasse anexo à proposta. A proposta não ia devidamente fundamentada, não tinha documentos de suporte. Requeriam que aquele email lhes fosse entregue para poderem suportar a decisão fundamentadamente.

Disse que tinha sido dito que advogava não integrar o objeto do contrato de fiscalização de lugares de estacionamento que não fossem pagos à concessionária através de parcometros coletivos.

A empresa não estava de acordo com a posição da Câmara Municipal de Setúbal, mas na proposta também referia que a concessionária tinha consciência do seu incumprimento e ainda assim persistia naquela conduta ilícita. Mas, mais atrás na proposta referia que a concessionária não concordava, pelo que questionou se a concessionária não concordava como poderia ter consciência.

O senhor Presidente levava-lhes uma proposta daquelas sem conhecimento da posição da concessionária, sem um parecer jurídico da Câmara Municipal de Setúbal e pretendia que os Vereadores do Partido Socialista em reunião de câmara não colocassem nenhuma questão, porque o senhor Presidente leu o documento, fizera a sua intervenção e os vereadores do Partido Socialista votavam sem documentação de suporte, sem fundamentações e nem sequer questionavam o senhor Presidente. Não era daquela forma que funcionaria, porque aquilo não batia certo.

Os Vereadores do Partido Socialista até poderiam concordar que existia incumprimento por parte da empresa, no entanto, aquilo não batia certo, porque a concessionária tinha consciência do seu incumprimento, no entanto, no início da proposta referia que não concordava, pelo que questionou como teria consciência do seu incumprimento. O senhor Presidente teria que explicar.

No ponto 2 referia: “*Retenção indevida de pagamentos devidos ao município*”. Disse que já sabiam que a câmara em 2021 recebera 4 milhões de euros, em 2022 terá recebido cerca de 569 ou 570 mil euros, em 2023 terá recebido cerca de 507 ou 510 mil euros por parte da empresa, cálculos feitos pelas contas que fizeram.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador estava a tratar os restantes Vereadores como incapazes. Aquilo que estava a dizer publicamente tornava os restantes Vereadores como que incompetentes. O senhor Vereador tinha o documento em seu poder.

Sr. Vereador Fernando José – Disse perceber que o senhor Presidente estivesse nervoso, caso estivesse no lugar do senhor Presidente com um documento daquele tipo. No ponto 2 referia: “*Retenção indevida de pagamento devidos ao município no valor de 486 mil euros*”. Ficaram a saber que não era de janeiro de 2024, mas de 28 de fevereiro de 2024, o que pouca diferença fazia. Questionou o senhor Presidente a que se referiam aqueles valores.

Questionou se as matrículas que a Câmara Municipal de Setúbal solicitava à empresa eram cobradas na ocupação do espaço público, aquando de um evento desportivo ou num evento cultural em que a câmara ocupava lugares de estacionamento.

Perguntou sobre a que se referia aquele valor. Requereu ao senhor Presidente que lhes fosse entregue um relatório de todas as matrículas solicitadas àquela empresa para serem incluídas como de não pagamento.

Disse que o ponto 3 estaria relacionado com o incumprimento da obrigação de fornecer, de forma completa, desagregada e em tempo real, os dados referenciados no artigo 10.º, do número 2, do código de exploração. Referia que, não obstante, das sucessivas notificações da Câmara Municipal para a concessionária cumprir também naquela matéria não existiu cumprimento, pelo que requeriam que lhes fosse entregue aquelas sucessivas notificações.

Relativamente à questão da emissão de autos de notícia, exercício exorbitante das competências em matéria de fiscalização, a sua bancada tinha muitas dúvidas, porque lhes era falado em mil e cem autos de notícia, depois era-lhes dito que seriam apenas cerca de 70

autos que diziam respeito a eventuais infrações cometidas, em zonas concessionadas, dando-lhes 3 exemplos. Solicitou que lhes fosse entregue aqueles autos para poderem fundamentar a sua posição, porque os autos não estavam anexos à proposta. Tratava-se de infrações cometidas em zonas não concessionadas e depois referiam a existência de autos, pelo que gostariam de ter acesso aos respetivos autos. Questionou se a empresa tinha mesmo enviado os autos à câmara. Disse pretenderem ter acesso aos mil e cem autos.

Disse que leu a cláusula 14.^a, que certamente o senhor Presidente conhecia, mas todo o texto da proposta estava precisamente fundamentado na referida cláusula. Aquilo que era dito em todas as cinco propostas tinham precisamente a ver com o facto de o segundo outorgante estar a violar de forma grave e reiterada as obrigações que lhe incumbiam. Questionou por que razão a Câmara Municipal de Setúbal, face àquela gravidade expressa, não avançou para outra decisão e não avançou para a cláusula 14.^a, face à gravidade das infrações que foram cometidas.

Face à impossibilidade de os Vereadores do Partido Socialista terem documentos de suporte para fundamentar a sua decisão de votação, porque faltava muita informação - a qual solicitaram -, sugeriu que a proposta fosse retirada e que fosse apreciada numa próxima reunião de câmara, já com a devida documentação, para que se pudesse fazer toda a sua análise.

Sr. Presidente – Depois de tudo aquilo que disseram sobre aquele contrato e da campanha pública que fizeram, disse estranhar muito como o senhor Vereador se posicionava quando o executivo CDU propusera aquelas intenções de penalização da empresa, por não cumprir nos aspetos identificados.

Disse que ficou com a dúvida se o senhor Vereador após fazer a campanha na rua há tanto tempo, se pretendia prolongar aquela situação ou se o senhor Vereador achava que era o caminho para se decidir definitivamente relativamente ao contrato.

Disse que o senhor Vereador era jurista enquanto ele não era jurista e por essa razão se interrogava se o senhor Vereador tratava aquilo enquanto jurista ou se tratava aquilo numa perspetiva político-partidário. Separar aquelas coisas era igualmente grave. Aquilo tinha sido tratado pelos juristas da Câmara Municipal que acompanhavam aquele contrato.

Mencionou que o que constava naquela reunião de câmara era o incumprimento de contrato de concessão e a intenção de aplicação de sanções. O *arrazoado* que o senhor Vereador colocou, tendo colocado questões, parecia que o senhor Vereador não tinha lido o texto. O senhor vereador fez perguntas que constavam no texto. Algumas não estariam, mas uma boa parte delas constavam no texto. O senhor Vereador fez um espetáculo naquela reunião.

Disse estranhar que o senhor Vereador, sendo jurista, tivesse tomado ali uma posição, mas que ainda faltava perceber qual era exatamente. Quando estavam conscientes da responsabilidade pública que tinham e ainda por cima tratando-se de um jurista.

Desafiou o senhor Vereador a colocar a questão. Questionou sobre qual seria a posição do senhor Vereador naquilo que afirmou, se seria enquanto jurista ou se seria numa perspetiva político-partidária.

Disse ser fundamental para poderem perceber se a intenção do senhor Vereador era de prolongar aquele processo. Disse que poderia existir documentação, por exemplo, os mil e tal autos e que o senhor Vereador pretendia ver todos, seria um bom trabalho de quem estava muito empenhado. O problema não seriam o facto de ser 1600 autos e que os serviços da câmara terem apenas considerado 70 que correspondiam àquilo que era as competências nos termos do contrato e da lei.

Para além dos serviços técnicos, aquele processo era acompanhado pelos juristas e pelos advogados da Câmara Municipal de Setúbal. Disse ser muito grave as questões que o senhor Vereador colocara.

Questionou novamente se seria enquanto jurista ou como responsável político e numa perspetiva partidária. Disse ficar a aguardar a posição do senhor Vereador.

Referiu que não iriam retirar a proposta. O senhor Vereador primeiro acusava-os de demorar tanto tempo em apresentar em reunião de câmara a proposta. O senhor Vereador disse que

fizeram várias perguntas e o executivo não dera resposta, que já sabiam que não tinham a linha telefónica, mas depois questionou se já estaria resolvido o assunto ou não. O senhor Vereador disse haver indicação de que a empresa cobrava aos carros que tinham dístico e depois questionou se já não cobrava.

Na realidade, tudo aquilo constava na proposta. Aquele tipo de intervenção e aquele tipo de posição por parte do senhor Vereador teria de ser esclarecida e teria de esclarecer sobre a população de Setúbal caso ficasse por ali e não dissesse mais nada relativamente àquela matéria.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o tema do estacionamento tarifado era, de facto, o tema daquele mandato, mas não era só daquele mandato.

Relembrou aquilo que foi a luta do PSD, ainda no ano 2017, que promoveu uma petição pública contra, exatamente, o estacionamento tarifado.

Não pelo estacionamento tarifado porque obviamente isso existia em todas as cidades do mundo, caso tenham alguma densidade populacional, mas o tipo de estacionamento tarifado que a CDU tem promovido para aquela cidade.

E, tanto que era assim que antes daquele procedimento que deu origem àquele contrato, que estava em vigor há quase 3 anos, houve um procedimento anterior que acabou por cair, porque houve tentativas anteriores de fazer algo similar àquilo, mas sempre disseram que pelo tempo de 40 anos, e pela área que abrangia que era de facto um contrato gravoso para os setubalenses e que, no fundo, também não tinha em conta aquilo que era - quanto a eles -, os próprios fluxos do trânsito em Setúbal, porque havia muitas deslocações dentro da própria cidade e, portanto, muitos dos visados, muitos daqueles que sofriam, ou que sofreriam, com o alargamento da mancha do estacionamento tarifado na nossa cidade eram exatamente os setubalenses, e não só as pessoas que nos visitavam.

O estacionamento tarifado servia para regular, obviamente, os excessos e também os excessos daqueles que utilizavam os lugares como se fossem seus, e não eram, eram propriedade pública.

Há muito que aguardavam e o senhor Presidente era testemunha disso, e as atas também o diziam. Tem questionado sistematicamente sobre aquela matéria, inclusivamente fossem negociações, ou conversações, tinha-lhes sempre sido dada informação muito genérica de que se tentava, sem que a CDU reconhecesse de forma explícita, remendar algo que de facto não correu bem.

Tinham de lembrar sempre que aquele procedimento decorreu e tinha sido aprovado, ou adjudicado, no mandato anterior onde a CDU tinha maioria absoluta, com a presidência de Maria das Dores Meira e da CDU, com o voto contra do PSD e, portanto, com a oposição sobre como o mesmo estava construído e, no fundo, tinham ali o reconhecimento, de alguma forma, de que as coisas não estavam bem. Mas as coisas não estavam bem, na prática da execução contratual.

Pensava que tem faltado, eventualmente, e isso era algo que nunca tinha ficado muito claro nas respostas que tinham tentado obter, que talvez houvesse ali uma falha, por parte da Câmara Municipal, ou por parte do município, na gestão da execução do contrato, no acompanhamento da execução do contrato, porque o que vinha ali descrito, os vários componentes que vinham descritos, no fundo, eram questões que não eram de há um mês, ou de há dois meses, eram práticas reiteradas, como diziam no direito, ou seja, era algo que tem acontecido ao longo do tempo.

Como tal, consideravam que deviam ser aplicadas penalidades ao concessionário, obviamente. Havia aspetos que também não deixavam de querer realçar, que demonstravam que o acompanhamento por parte da Câmara não foi, de facto, o melhor, porque havia algo que de alguma forma já presumiam até do contacto e dos testemunhos que iam tendo por parte dos munícipes, que era aquele ponto que tem que ver com os 1100 autos de notícia, e não faziam questão de os ver, não era essa a questão, a questão era que dos cerca de 1100 autos, como constava no texto de notícia emitido pela concessionária até 28 de fevereiro do corrente ano, apenas 70 diziam respeito a eventuais infrações cometidas em zonas

concessionadas, nem sequer chegava a 10% do valor dos autos levantados e, portanto, julgava que esses 1100 autos seriam durante os cerca de 3 anos de execução contratual.

Inclusivamente podia haver, para além de uma usurpação de funções, ou seja, estarem emitidos autos de notícia, por exemplo, de carros em segunda fila, de coisas que não estavam no âmbito, não estavam no poder de uma empresa concessionária, podia até haver ali eventual, e tinha cuidado com as palavras, crime de abuso de poder, porque, no fundo, com aquelas práticas, mesmo que elas não tivessem sido completamente intencionais por parte da empresa, fossem obra dos seus funcionários, podia haver ali abuso de poder, no sentido em que se prejudicava alguém, naquele caso os munícipes, ou até a própria Câmara, e a beneficiar a empresa com a receita que se arrecadava com esses processos. Portanto, tinham de ter muito cuidado.

Não indo ao detalhe, porque o senhor Vereador Fernando José quis ir muito ao detalhe, e entendia, pensava deverem comunicar ao Ministério Público, obviamente. A conclusão daquilo que dizia era que pensava que aquele relatório na sua integralidade, e não só aquele ponto devia ser dado conhecimento ao Ministério Público, porque podia estar em causa, naquele caso concreto, pelo menos, de um crime que deveria ser investigado, mas algo que talvez tenha sido por “*copy paste*”, que estava em todos os 5 pontos, na proposta de deliberação que dizia o seguinte, e só ia ler a parte que estava repetida, nas propostas todas: “*propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a intenção de aplicação de uma sanção contratual*”, ora, ou deliberavam aprovar uma sanção, ou não deliberavam, não estavam ali a aprovar intenções de, porque isso dava ideia de que não era algo definitivo e, portanto, ou deliberavam aplicar uma sanção contratual, ou seja, uma penalidade, ou não estavam.

Portanto, naquela parte do texto, se forem a votação, tinham de ver se fazia sentido, ou não, a proposta do Partido Socialista de retirar a proposta, mas se fosse para aprovar a proposta, como estava, tinha que ser alterada, tinha que ser corrigida naquela parte em todos os 5 pontos.

Pensava que já tinha dito o essencial, até porque a proposta foi lida praticamente duas vezes. Chegaram várias vezes a questionarem-se e a questionar o senhor Presidente, se atendendo àquilo que lhes parecia ser um incumprimento por parte da empresa concessionária, se a concessão devia ou não ser resgatada. Essa questão foi colocada, naquele dia, e bem, mas era importante, de facto, conhecer os pareceres jurídicos que a sustentavam também, e se essa análise tinha eventualmente sido feita.

Quanto a si, e era uma opinião, não via nenhum obstáculo a que se procedesse naquele dia à aprovação daquela proposta, com a alteração que sugeriu, porque quanto mais depressa a empresa fosse notificada, pensava que melhor seria todos, até para a própria empresa, curiosamente. Era uma questão que deixava em aberto, que poderiam ainda discutir.

Pensava que tinha sido mais ou menos claro na sua intervenção, mas havia ali situações que, de facto, eram gravosas e que não sabiam, não conseguiam perceber exatamente se a empresa foi, ou não, interpelada formalmente desses pontos, ou se só agora é que iria ser já com a penalidade, isso também era importante saber, mas, quanto a si, poderiam estar no fundo, capacitados para avançar, para pedir responsabilidades por aquilo já não era algo, contudo estava naquela bolha política, aquilo consequências na vida das pessoas, e já tinha visto, já tinha assistido a algumas daquelas situações, que algumas eram ali dadas como exemplo, de não haver ainda sinalização vertical, que era obrigatória, a assinalar que naquele espaço havia estacionamento tarifado e já andarem lá pessoas a fiscalizar, porque já lá estava a máquina, a levantar os autos e a aplicar coimas, ou a aplicar sanções sobre as pessoas que ali estacionavam.

Portanto, pensava que também era importante perceber isso para saber se deviam votar já naquele dia, ou não, aquela matéria.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que de facto, não deixava de ser estranho aquelas intervenções, em particular a intervenção do Vereador Fernando José, que se por um lado questionava o atraso da tomada de decisão relativamente aos incumprimentos e às sanções, e que alegava dever ser dado o passo para cumprimento da cláusula, 14.^a do contrato,

relativamente à resolução, tinha muitas dúvidas relativamente à aplicação de sanções e, portanto, havia uma contradição de base que era muito estranha. Depois, eram de facto tratados todos os técnicos, dirigentes e eleitos que acompanhavam aquele processo como incompetentes e incapazes de fazer o seu trabalho e de reunir e fazer propostas à Câmara para tomar a sua decisão.

Disse que naquela, tal como em todas as outras propostas que eram submetidas a deliberação daquele órgão, podia ser solicitada previamente àquela data toda a informação complementar para a tomada de decisão, o que não aconteceu, portanto, deliberadamente as questões foram colocadas naquele dia e não foram antecipadas, e, portanto, era estranha essa postura, ou essa posição relativamente àquela proposta que era submetida naquele dia à aprovação.

Relativamente à questão colocada pelo Vereador Paulo Calado do porquê da intenção de aplicação de sanções estava expresso no penúltimo parágrafo da proposta. Nos termos do artigo 308.º do Código de Contratação Pública será feita a notificação no âmbito da audiência prévia e, portanto, só depois da audiência prévia é que se poderia passar à não intenção, mas sim, à aplicação da sanção.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a resposta à senhora Vereadora Rita Carvalho era muito simples. A senhora Vereadora Rita Carvalho estava na Câmara Municipal, enquanto Vereadora a tempo inteiro, se levou vários meses para decidir, depois de várias reuniões, de várias análises, levou vários meses para lhes fazer chegar aquela proposta e, queria que os vereadores do Partido Socialista, que não estavam a tempo inteiro na Câmara Municipal de Setúbal, que tinham as suas atividades profissionais, que recebendo as propostas sexta-feira à noite, uma proposta com aquela complexidade, várias propostas não foi só aquela foram várias propostas, que de sexta-feira até ao presente dia tivessem a incapacidade de analisar com enorme detalhe toda aquela proposta e requerer, inclusivamente, essa informação.

A senhora Vereadora havia de compreender que não era assim tão fácil, era complicado, era complexo a análise daquela proposta, porque tinham que reunir com outras pessoas do partido, tiveram que fazer reuniões para fazer a análise, porque havia pessoas que, obviamente, tinham mais competência naquelas matérias e tinham que se rodear dessas pessoas, e, portanto, isso não era assim fácil, não era estalar os dedos e já estava a proposta analisada.

Quando falou da 14.ª clausula, não fez nenhuma proposta, deixou à discussão, e deixou à discussão porque era a proposta que lhes foi trazida, naquele dia, pelo senhor *Presidente* que falava: *“decorrido este período, verificam-se vários incumprimentos.”* Não foram eles, era a Câmara através do senhor Presidente que vinha dizer em vários momentos: *“o não cumprimento, reiterado, da obrigação de pagamento do preço integral da concessão apresenta gravidade muito elevada, privando o Município de receitas relevantes. O exposto demonstra a falta de legitimidade da concessionária para, unilateralmente, reter quaisquer valores. A concessionária incumpriu, pelo menos parcialmente, desde o início da execução do contrato. O incumprimento das instruções prestadas à concessionária pelo Município reveste uma elevada gravidade, podendo mesmo configurar uma situação de usurpação de função”.*

Não eram eles que faziam aquelas afirmações, aquelas afirmações estavam na proposta, e, portanto, apenas começou por ler a cláusula 14.ª que encaixava na perfeição naquilo que era alegado pela Câmara Municipal de Setúbal, através do senhor Presidente, não foram eles que o fizeram.

As várias questões que os Vereadores do Partido Socialista levantaram e que não obtiveram resposta, e perceberam que para algumas delas não existia resposta imediata, porque ela decorria de documentos, a verdade é que existiam documentos de suporte que ali eram identificados e que não lhes foram entregues, falavam na proposta de vários pareceres, porque existia divergência, havia uma divergência de interpretação entre a Câmara Municipal e a empresa.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse voltar a dizer que não era estranho, a senhora Vereadora trabalhava a 100% na Câmara Municipal de Setúbal, era paga para isso, era Vereadora desempenhava as suas funções, não ia fazer a avaliação de como as desempenhava, mas desempenha, era Vereadora, desempenhava as suas funções, ele não era pago pela Câmara para estar ali a tempo inteiro, nem os vereadores do Partido Socialista. Faziam o trabalho de oposição e faziam mesmo esse trabalho, com enorme rigor.

Na complexidade daquela proposta, e de outras, não era só aquela proposta que vinha a reunião de Câmara, vinham outras que tinham que ser analisadas e, portanto, não quisesse que de sexta-feira à noite até àquele momento, que existisse a capacidade, em tempo útil, de fazer uma análise profunda, ainda mais sem a documentação que ali deveria constar.

Portanto, aquilo que diziam, não era que os Vereadores do Partido Socialista estivessem contra aquelas sanções que eram propostas pela Câmara Municipal de Setúbal, não era isso que estava em causa, como disse no início, muitas dessas situações foram levantadas em reunião de Câmara por munícipes que foram ali falar, que foi ali fazer intervenção no período destinado à intervenção do público, e por eles vereadores e, portanto, as questões levantadas muitas delas o senhor Presidente disse que iria instar junto da empresa para as situações serem resolvidas.

A questão do número de telefone, a questão da cobrança, ou do pagamento da taxa indevida dos lugares para pessoas com mobilidade reduzida, e, portanto, questionou se a Câmara fez esse trabalho, acreditava que sim. O senhor Presidente ou a senhora Vereadora, teriam indo através de um email, através de um contacto, em reunião, não sabia se eram feitas atas, mas se tivessem sido feitas atas teria ficado em ata, a dizer à empresa que aquelas situações eram irregulares, que teriam de ser corrigidas. Questionou se isso tinha sido feito, queriam essa documentação, não pediam nada do outro mundo, não tinham essa informação, e depois desse requerimento que tinha sido feito junto da empresa, questionou se a empresa voltou a incumprir, ou já cumpria, era isso que queriam saber. E, depois, havia documentação que era importante, havia pareceres que eram referidos, emails que eram referidos, e que não tinham: *como o email, remetem para o email* e, não tinham esse email, remetiam para o parecer da empresa e não o tinham. Havia de haver pareceres da Câmara Municipal de Setúbal, não sabia, se calhar havia pareceres que poderiam ter ido um bocadinho mais longe, se calhar até poderiam mesmo defender a resolução, ou perto da resolução do contrato, não tinham esses pareceres, não tinham essa informação. E era isso que queriam, enquanto Vereadores na oposição, faziam mais do que requerer que essa informação lhes fosse entregue para terem tempo para analisar melhor aquilo que lhes tinha sido proposto, e numa próxima reunião, obviamente, decidirem, mas decidirem fundamentadamente. Quando pedia a questão dos autos, não pedia para lhe tirarem fotocópias dos autos: *“Não, digam-me qual é o dia, qual é a hora e o vou consultar os autos, digam qual é o dia, a hora, amanhã? A que horas? De manhã? À tarde? E, eu vou lá ver os autos, eu quero é ver os autos, e tinha direito a isso. Ou não tenho senhora Vereadora? Não tenho direito, enquanto Vereador, de ver os autos? Pronto, quero ir ver os autos, é isso, percebe?”*.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não colocou em causa o acesso à informação, achava estranho, a mesma não ter sido solicitada previamente. Parecia que, de facto, não havia intenção de tomar aquela decisão, porque havia mais que tempo, nem que fosse no dia anterior, na segunda-feira, no fim do dia, daquela informação ter sido solicitada previamente, era só isso que estava em causa. Não estava em causa o querer ter informação adicional, isso era perceptível, e já tinha acontecido inúmeras vezes antes da tomada de decisão de outras deliberações em reunião de Câmara.

Alertou só para duas questões, era a questão do RGPD, que o senhor Vereador era sempre tão cauteloso, e tão alerta para essa questão, até em situações em reunião de Câmara, sobre a mobilidade reduzida para não ficar esse mal-entendido. Não havia ali uma proposta de aplicação de sanção relativamente à atuação indevida sobre a mobilidade reduzida, foi uma das situações que se verificou.

(intervenção inaudível)

Sra. Vereadora Rita Carvalho - Disse que insistiu tanto nesse assunto, parecia haver, de facto, um incumprimento, uma proposta de intenção de aplicação de sanção nessa questão, e não havia. Era só para que ficasse claro.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que sobre o ponto que a senhora Vereadora tinha-lhe respondido, tinha o defeito de ser jurista, percebia o que queria dizer, quando se tomava uma decisão tinha que ser notificada à contraparte e que, naquela situação e noutras, havia um prazo, ou seja, aquilo que ia ser notificado à concessionária era uma proposta de decisão que, se não respondessem, ou se aquilo que respondessem não alterasse significativamente o que era a fundamentação da decisão, era essa decisão final tomada, mas isso era o procedimento, o que tinham que deliberar era aquilo que queriam decidir, não era uma intenção de. Por isso voltou a reiterar que isso deveria ser alterado na proposta, bastava ficar em ata, e depois poderia ser alterado.

Esteve a conferenciar com o Dr. Fernando Negrão, que também era jurista e entendiam que aquilo deveria ser votado o quanto antes.

Ao fim de 3 anos, depois do que se verificava ali e das várias componentes que ali estavam, que não foram coisas que aconteceram na semana anterior, ou há 1 ou 2 meses, mas que se percebia ser algo contínuo, tinham que, para já, partir do princípio que os documentos que ali eram apresentados era de boa-fé, e que os serviços que apresentavam também estavam de boa-fé e, portanto, nesse pressuposto, obviamente, se alguma coisa ali não correspondesse à verdade era responsabilidade de quem a apresentou, e isso era claro ali como era no outro lado do mundo.

Portanto, partindo desse pressuposto, e partindo de um pressuposto que aquele era um tema que dizia muito aos setubalenses e que era algo que em termos de lesão do interesse público, caso nada se fizesse, era também ele próprio grave, e reiterando que devia ser dado conhecimento, daquela proposta e da deliberação aos serviços no Ministério Público, nomeadamente, quanto ao ponto relativo aos autos e àquilo que era a discrepância entre os autos emitidos e aqueles que estavam no âmbito da atividade concessionada, continuavam a considerar deverem votar naquele dia aquele ponto.

Deixou também a informação que tinha a ver com outros pontos, não com aquele, mas que era conexo, relativamente ao contrato e em relação ao regulamento, iam pedir o adiamento, se fosse possível, para analisar com mais cuidado essa matéria, porque, de facto, não ia dizer estarem assustados com esse tema, mas aquelas matérias eram pesadas, eram graves, e não era só financeiramente, era também em termos de responsabilidade deles e das partes envolvidas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que perante a declaração do senhor Vereador Paulo Calado tinha ficado surpreendido, porque os Vereadores do Partido Social Democrata iam pedir adiamento de votação, sobre outras propostas, foi isso que percebeu, nomeadamente da questão do regulamento, porque já tinha acontecido em reuniões de Câmara, nomeadamente por parte dos Vereadores do PSD dizer que não estavam preparados, que não tinham documentação suficiente para poderem decidir.

O que pediram era que fosse entregue aos Vereadores do Partido Socialista a documentação requerida, o pedido de consulta daquela informação e aquilo que fizeram era retirar a proposta para vir no dia 3 de abril, portanto, falavam de 4 ou 5 dias, não falavam de um adiamento de 1 ano, nem de 5 anos, aquilo que falavam era de um adiamento por dias.

Portanto, aquilo que queriam e resumindo para não haver dúvidas era que relativamente àqueles pareceres que ali eram indicados, na proposta, relativamente ao email que era referido e que não tinham tido acesso, e que lhes fosse disponibilizado um dia e uma hora, para poderem consultar os autos. Com base nisso, na próxima reunião de Câmara estariam obviamente em condições, fundamentadamente, de votar aquela proposta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse querer dar um pequeno contributo, pensava ser importante avançar com a proposta, porque a proposta abria um processo.

Iam voltar muitas vezes àquela discussão, iam acompanhar de perto a evolução daquele processo, não estavam a abrir e a fechar um processo, estavam a abrir um processo, e pensava que era bom que o abrissem rapidamente.

Haveria de surgir dúvidas, haveria mais informações que iriam avançar, etc., portanto, entendia que deveriam avançar mesmo com esse pressuposto, estavam mesmo a abrir um processo para resolver um problema que iam levar algum tempo a ser resolvido e que iria ter várias etapas, naquela Câmara, portanto, não havia grande dificuldade em perceber o que estavam ali a fazer. A abertura daquele processo tem sido tão exigida, tão insistentemente colocada que, naquele momento, o que tinham que fazer era abri-lo mesmo e depois continuariam a tratá-lo, portanto, era disso que se tratava naquele momento, e achava que deviam avançar.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que sem qualquer apreciação jurídica, porque jurista não era e, portanto, era apenas uma apreciação política que fazia, reforçou aquela indicação que o senhor Vereador Carlos Rabaçal fez.

Estavam num processo, não sabia se do procedimento aprovado e das ações que eram decididas, não sabia se não teriam de voltar a reunião de Câmara, relativamente a algumas delas, face ao eventual contraditório existente - colocou as questões nesses termos -, mas pensava que era importante que de forma coesa, a Câmara decidisse avançar no sentido que estava proposto.

Isso não impedia que os senhores Vereadores do Partido Socialista aprofundassem o conhecimento e acedessem à documentação solicitada, pensava que, naturalmente, teria todo o valor para o seguimento do processo que estava em curso, tal como os senhores Vereadores do Partido Social Democrata, naturalmente, não poderia ser de outra forma, mas quis chamar à atenção para que do ponto de vista dos pedidos e dos requerimentos que eram feitos, fossem feitos apenas aqueles que eram os necessários para aquele processo, e que não se pusessem à boleia com requerimentos de outras questões, que já tinham sido solicitadas e respondidas, sobre nomeadamente as matrículas que estavam previstas e, que naturalmente, no cumprimento do RGPD tinha sido dito o número de matrículas que estavam indicadas ao concessionário com exceção das dos serviços municipais, das viaturas municipais, que essas estavam todas, e que correspondiam no fundamental aos eleitos. Alguns eleitos até tinham mais do que uma matrícula: “*sabe-se lá o porquê*”, e que utilização faziam dessas viaturas.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse ser bom que houvesse algum sentido de responsabilidade, na presença e na forma de intervenção naquele fórum, ali na reunião de Câmara e, portanto, foram disponibilizadas essas informações, para além de que essas informações, que foram disponibilizadas porque foram requeridas, eram do interesse da informação que os Vereadores Partido Socialista pretendiam, para avaliação política que faziam do momento, em nada interferiam na questão que estava ali em causa e, que estava para deliberação naquele momento, salvo se houvesse ali alguma outra coisa que estivesse em preparação, por exemplo, a defesa do concessionário, alguma coisa assim do género, porque a dada altura, pedia desculpa, não era jurista, tinha formação económica, era economista, e tinha alguma experiência política, e a dada altura ficava muito confuso com o tipo de questionamento que o Partido Socialista fazia naquela reunião de Câmara e, sobre a postura relativamente àquela matéria, e até face a intervenções anteriores e a alguns elementos de propaganda de grande desonestidade intelectual que existiam no nosso concelho.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que começou precisamente a sua intervenção, para que não restassem dúvidas, por falar na cláusula 14.^a resolução do contrato, foi por aí que começou a sua intervenção, e, portanto, a única defesa que os Vereadores do Partido Socialista faziam era de Setúbal e dos setubalenses e, havia uma coisa que era clara, e que nem o senhor Vereador Ricardo Oliveira, nem o senhor Presidente, nem nenhum Vereador do Partido Comunista, da CDU, ali naquela Câmara Municipal de Setúbal, podia afirmar, era que aquela responsabilidade, pelo contrato de concessão por 40 anos e, com um aumento de 500% era deles, totalmente deles.

Não havia ali outra responsabilidade que não fosse de Maria das Dores Meira, de André Martins, e dos vereadores e dos deputados municipais que votaram favoravelmente aquela vergonhosa concessão do estacionamento tarifado de 40 anos e com alargamento de 500%. Portanto, quanto a isso estavam conversados, porque não foram eles que desenharam aquele contrato, que lançaram o concurso, que o assinaram e não foram eles que estabeleceram os termos, eles foram estabelecidos pela CDU. Naquele caso não podiam atirar para o governo do Partido Socialista, não podiam atirar para António Costa, não podiam atirar para o PS, nem para a Mata Cáceres, naquele caso, tinham que assumir a responsabilidade: “*assumam-nas, assumam a responsabilidade*”, e se existiam problemas esses problemas foram criados pelos senhores, e tinham de assumir essa responsabilidade. Aquilo que os Vereadores do Partido Socialista fizeram no início, foi requerer, com a legitimidade que achava que era reconhecida, um adiamento por 4 dias, a próxima reunião era dia 3, falavam de um adiamento por 4 dias, mas já tinham percebido que era impossível adiar por 4 dias.

Iam, obviamente, votar aquela proposta fazendo a declaração que tivessem que fazer, mas havia uma coisa que era certa, aquela posição daquele dia, marcava uma intransigência por parte do Presidente da Câmara, e por parte dos vereadores da CDU e, relativamente a essa intransigência, que marcava aquele dia, não se iriam esquecer.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que já estavam habituados, já há uns anos que andavam por ali. Sabiam que algumas pessoas a única forma que sabiam intervir era muito característica, já era conhecida há muito tempo.

O que estava ali em causa era que era necessário cumprir os procedimentos legais. Começou por dizer isso, quando apresentou aquela proposta e era preciso, em 1.º lugar, salvaguardar a Câmara Municipal, enquanto um dos contraentes, o senhor Vereador, nunca se referiu à Câmara Municipal, referiu-se a outros, à Câmara Municipal nunca se referia. Concordando, ou não estando de acordo com o contrato, mas uma vez que o contrato tinha sido assumido pela Câmara Municipal, era necessário defender os interesses da Câmara Municipal.

Quando houvesse eleitos na Câmara Municipal que não soubessem ou não quisessem defender os interesses da Câmara Municipal, era bom que o dissessem claramente. Achava que era isso que estava ali em causa.

Começou por dizer isso, é que era um contrato pesado, e que por isso quem atualmente tinha que tomar decisões tinha de ponderar muito bem, no sentido de que também os interesses da Câmara Municipal, como uma das partes contraentes do contrato, fossem salvaguardados, que, no fundo, era o interesse público.

Era isso que estava em causa, e, portanto, fazer “*show-off*” a propósito disso, naturalmente, haveria sempre quem o fizesse por isso é que também os portugueses ao longo daqueles anos em que havia tanta gente a fazer “*show-off*”, tomavam decisões que depois ficavam alarmados, e achava com razão, mas nunca conseguiam corrigir as posições e a forma de atuar populista, como o faziam na sociedade portuguesa, em cada momento e em cada oportunidade, sempre pondo acima de tudo o interesse político-partidário. Isso era grave, no seu entendimento, como cidadão e como Presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

O que estava ali em causa, estava escrito, havia procedimentos, eram legais. O que disse era que havia uma coisa que eram os serviços técnicos da Câmara Municipal, e eleitos com

responsabilidade que acompanhavam o contrato, havia atas de todas as reuniões que eram feitas com a empresa, o que estava escrito naquela proposta, era sempre, relativamente a cada um dos pontos que reiteradamente, a empresa foi informada, e diziam que, mesmo assim, era necessário ver os 1200 autos, tudo bem, poderiam ver os 1200 autos.

Aquela proposta dizia haver uma intenção da aplicação de sanções, era no sentido, como a senhora Vereadora já se referiu e como dizia na deliberação: “a *concessionária seja notificada da presente deliberação, conferindo-lhe um prazo de 10 dias úteis para, querendo, sobre ela se pronunciar*”, ou seja, era necessário que a Câmara Municipal tomasse uma deliberação, que era uma deliberação que tinha em conta aquela avaliação que os serviços vinham fazendo e que, como disse, que estava expresso nas atas ao longo do tempo como os serviços têm uma relação com a empresa, dizia: “*foi reiteradamente comunicado à empresa*”, estava nas atas, se os senhores quisessem ler as atas todas estavam disponíveis, mas achava que não podiam protelar mais aquilo, e por isso diziam: “*nós deliberamos neste sentido, estes pontos e a empresa tem 10 dias úteis para se pronunciar, se o quiser fazer*”, se não o quisesse fazer, ou se não se pronunciasse, as sanções seriam aplicadas. O que estava ali em causa era se a empresa iria reagir às medidas que estavam ali propostas, ou não iria reagir.

Era muito simples a empresa tinha essa possibilidade, e nos termos legais: “*eu é que não sou jurista*”, e, portanto, o que estava em causa era isso, eram identificadas aquelas questões que eram contra os termos do contrato e a lei, já tinha dito, nas atas estava a transcrição de todas aquelas questões, tinha sido feito o acumulado da situação, a avaliação e, portanto, tinha-se chegado à conclusão de que, naquele momento era o tempo. Uns diriam que já deveria ter sido há mais tempo, outros diriam: “*espere lá mais um bocado*”, eles consideravam que aquele era o tempo de tomar aquela decisão na Câmara Municipal, dando sempre, nos termos da lei, a possibilidade à empresa de se poder defender. Se a empresa não se defendesse, naturalmente, que seriam aplicadas as decisões que ali foram deliberadas, era muito simples, não tinha nada de complicado. Se a empresa não se defendesse eram aplicadas as sanções, se empresa se defendesse, naturalmente, que seriam avaliadas e a Câmara Municipal voltaria a apreciar aquilo que fosse a argumentação da empresa.

Era um processo, mas era um processo que cabia à Câmara Municipal decidir, não era ao Presidente da Câmara, ou ao Vereador, cabia à Câmara Municipal decidir, era a informação jurídica que tinham e, portanto, era por isso que dizia que não era jurista, cumpria e seguia as orientações de quem era jurista, que tinha orientações muito claras de defender também os interesses da Câmara Municipal e o interesse público. Isso era referido várias vezes ao longo daquele texto.

Naturalmente que aquilo era um processo, que já tinha sido dito, era um processo e os processos faziam um caminho, e em determinada altura, chegaria o tempo também, de se for caso disso, tomar outras decisões, mas, para isso, contava com o conhecimento a experiência dos nossos juristas, dos nossos advogados. Era isso que estava ali em causa.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não tendo informação suporte, informação solicitada e que voltavam a requerer que lhes fosse entregue, informou que estaria na segunda-feira seguinte às 11 horas no local onde lhe indicassem para poder consultar essa documentação e também os autos.

Portanto, às 11 horas que lhe dissessem o local onde pudesse estar, enquanto Vereador da Câmara Municipal de Setúbal, para consultar aqueles autos e também a outra informação que foi solicitada.

Sem essa informação, e referiu uma vez mais que começaram por falar na intervenção inicial da cláusula 14.^a, relativamente à resolução do contrato, partindo do pressuposto que existia um parecer jurídico da Câmara Municipal de Setúbal que desconheciam, relativamente à fiscalização das bolsas de estacionamento exclusivas a residentes, e que essa era uma responsabilidade por parte da empresa, tendo como boa a informação de que existia aquela dívida de 486 mil euros, portanto, que existia uma retenção indevida desse valor, tendo como boa essa informação, tendo também, embora não conhecendo, não tendo consultado os

autos, mas tendo como boa a informação dos exemplos que eram dados e constituíam infrações cometidas em zonas não concessionadas, e que isso constituía efetivamente um exercício exorbitante das competências em matéria de fiscalização por parte da empresa, tendo essa informação toda, embora não tendo documento de suporte e reiterando que estaria na Câmara Municipal de Setúbal no local onde lhe indicassem na próxima segunda-feira para consultar esses autos, os vereadores do Partido Socialista, obviamente, que iriam votar favoravelmente aquelas 5 propostas, sendo que colocava uma dúvida à senhora Vereadora Rita Carvalho, ou ao senhor Presidente se soubessem responder, que tinha a ver com os custos, falavam de que tipo de custos?

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estava escrito na proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou que custos eram esses. Tinham de ir à Câmara? Tinha de ser pedida autorização à Câmara Municipal? Tinha de ir à Assembleia Municipal? Era mesmo ignorância, não conseguia perceber. Aquele tipo de custas, tinha que ser pedida autorização à Câmara, a empresa tinha custas, tem que ser pedida autorização à Câmara? Tinha de ser incluído na tabela de taxas? Tinha de ser aprovado em Câmara e ir à Assembleia Municipal essas custas? Era isso? Não tinha percebido.

Sr. Presidente – Pediu ao Dr. Rui Ferreira que lhes pudesse explicitar aquele ponto.

Sr. Dr. Rui Ferreira – Disse que estava a ouvir com atenção, mas sinceramente não tinha percebido exatamente qual era a questão. Presumia que respeitasse a custos que a concessionária estaria a aplicar em determinadas situações.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquilo que era dito era que: *“A concessionária foi oportunamente notificada, por e-mail de 06 de novembro passado, de que não deveria proceder à cobrança de valores, e especificamente, valores denominados custos administrativos sem aprovação do concedente, devendo a referência a tais despesas administrativas deve deixar, de imediato, de constar das notificações”* ou seja, em relação aquelas custas, tinha que haver uma autorização da Câmara? Aquilo tinha que estar na tabela de taxas? Tinha que ser aprovado pela Câmara as custas?

Sr. Dr. Rui Ferreira – Disse que o seu entendimento era de que esses valores, se fossem aprovados, ou se fossem concretizados, não eram taxas municipais, eram custos da concessionária, que ela não seria, se a Câmara assim o entendesse, autorizada a aplicar nas relações com os utilizadores da concessão, e nesse contexto teriam que merecer uma deliberação de Câmara, de aprovação, na sua opinião, como, aliás, era a Câmara que na generalidade e salvo naquilo que era a gestão corrente do contrato, a gestão quotidiana do contrato, a Câmara que foi a entidade que adjudicou a concessão, era a entidade, era o órgão municipal que geria naquilo que extravasava a gestão corrente do contrato, geria o contrato de concessão e a aprovação de um custo a aplicar pela concessionária aos utilizadores era, obviamente, na sua opinião, uma matéria que carecia de deliberação de Câmara.

Sr. Presidente – Disse que percebeu que o senhor Vereador Paulo Calado tinha uma dúvida sobre a alteração daquela designação. Questionou se já tinha ficado mais bem esclarecido com o último ponto da deliberação.

No fundo, a Câmara Municipal deliberava, mas era uma intenção que poderia ser contrariada pela empresa, se o demonstrar, era nesse sentido, tinha aquela intenção, se a empresa não contestasse, ou se a contestação, de facto, não correspondesse aos factos, ou à situação, naturalmente que a decisão era aplicada, mas tendo em conta que havia 10 dias em que a empresa se podia pronunciar, naturalmente, que era uma intenção, a partir dos 10 dias se não houvesse nenhuma posição da empresa, naturalmente, que passava a ser uma determinação.

Sr. Vereador Paulo Calado – Agradeceu ao Dr. Rui Ferreira, tinha-o em muito boa consideração, até por processos anteriores da Câmara.

Para si a questão estava esclarecida, achava que não era necessário que estivesse escrito daquela forma, mas não ia fazer disso um “*cavalo de batalha*”, portanto, pensava que não era necessário porque isso decorria do procedimento a que estavam vinculados pelo Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente, mas por si “*tudo bem*”, como estava podia ser votado, com esse esclarecimento, obviamente.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 172/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de setúbal, Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP - Proposta de modificação ao contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 a 51.

Sr. Presidente – Disse que aquela proposta também era referente ao contrato do estacionamento tarifado, mas tinha a ver com outras duas questões, colocadas por diversas vezes na Câmara Municipal. A avaliação feita de que a proposta de localização do primeiro parque de estacionamento identificado para construir, na avaliação que fizeram, devia haver uma deslocalização dessa localização, por razões que eram explicadas na proposta e que achava serem suficientemente claras.

Mas, de uma forma mais clara ainda, isso significaria que um parque de estacionamento, seria localizado numa zona que complicaria o acesso ao Mercado do Livramento, ao Pingo Doce, a toda uma área comercial na ligação à Praça do Bocage, isso era uma das questões mais objetivas, mais diretas, por outro lado, para além das considerações técnicas que estavam na proposta, havia o entendimento de que em vez de ser localizado onde estava proposto no contrato se fosse localizado a poente da rotunda, também na área central da Avenida Luísa Todi, facilitaria a circulação do tráfego e mantinha as condições de acesso ao Mercado Livramento.

O parque de estacionamento enterrado na Avenida Luísa Todi, do seu ponto de vista, até se justificava de alguma forma pelo apoio que poderia dar ao Mercado do Livramento.

O Mercado do Livramento era uma referência para todos, e era um mercado de referência a nível nacional, e até internacional, e criando melhores condições na possibilidade do acesso ao Mercado, do seu ponto de vista, essa era a razão principal, porque se justificava a localização de um parque de estacionamento enterrado naquela zona.

De outra forma, do seu ponto de vista pessoal, não se justificava. Portanto, dei algumas razões, para além das razões técnicas que estavam no documento, que fazia todo o sentido alterar aquela proposta que estava no contrato e terem a localização do parque de estacionamento a poente da rotunda.

Nas conversações que foram sempre tidas com a empresa, desde há mais de um ano que lhe foi colocada essa possibilidade, era aquele o seu entendimento.

Como se podia ver e, na consulta das atas, que os senhores poderiam consultar, a empresa sempre considerou que isso seria uma possibilidade, mas o que era um facto é que o tempo passou e não houve nenhuma iniciativa, e o próprio contrato tinha prazos para o início dessas

obras e isso não aconteceu. Passado aquele tempo entenderam avançar com um processo jurídico administrativo.

Notificaram a empresa, por escrito, naturalmente, daquela pretensão que já tinha sido comunicada há mais de um ano, e que vinha sido sempre colocada a questão ao longo das várias reuniões e, portanto, não havia iniciativa por parte da empresa e, portanto, notificaram a empresa e até deram 5 dias úteis para se pronunciarem.

Tinham-no feito por email, e como não houve resposta, fizeram-no por carta registada e deram mais 5 dias e a empresa não respondeu. Portanto, não havendo resposta da empresa, o que traziam à Câmara Municipal era a proposta de alteração do contrato por iniciativa do interesse público.

Isso relativamente à localização do parque de estacionamento e à iniciativa dos processos que levassem à construção do parque, que também não tinham conhecimento de nenhuma iniciativa por parte da empresa nesse sentido.

A outra questão que estava naquela proposta tinha a ver com aquilo que estava no contrato que era a construção de uma sebe junto auditório do Largo José Afonso. Era uma das questões que a empresa se obrigava a construir, de acordo com um projeto que lhe foi entregue.

Numa avaliação que fizeram consideraram que essa sebe no sítio onde estava proposta, embora de facto, os argumentos para essa iniciativa serem válidos, mas entenderam que a construção daquela sebe tinha impactos negativos do ponto de vista urbanístico e, do ponto de vista até da imagem urbana e, portanto, entenderam que não era adequada aquela construção.

Fizeram uma proposta no sentido da empresa em vez de construir aquela sebe construir outra obra pública de valor idêntico/inferior, àquela que era proposta e era uma obra pública de interesse municipal. Consideraram que seria uma forma de se cumprir o contrato e de estar defendido o interesse público.

Colocaram ao mesmo tempo, que colocaram a questão do parque de estacionamento à empresa, e passado mais de um ano, a empresa também aceitou essa alteração, mas o que era facto é que não teve iniciativa no sentido da concretização daquela medida, e por isso, também, da mesma forma que fizeram relativamente ao parque também fizeram relativamente aquela alteração daquele compromisso.

A empresa não respondeu, nos prazos que a lei estabelecia e que propuseram, e tomaram a iniciativa, e era isso que estava ali naquele dia, de impor a alteração do contrato, no cumprimento do interesse público e da Câmara Municipal, por razões que estavam ali explícitas e por razões transmitidas à empresa há mais de um ano.

No fundamental, era isso que ali estava. A alteração ao contrato tinha a ver com aquelas duas situações. Eram situações que já noutras vezes falaram na Câmara Municipal e que consideravam que não estavam adequadamente consideradas no contrato, eram entendimentos diferentes, e, portanto, estavam sempre a tempo de melhorar os contratos e sobretudo de manter ou garantir a defesa do interesse público.

Eram aquelas as questões que ali estavam e eram coisas muito concretas relativamente à proposta de alteração do contrato.

Sr. Vereador Fernando José – Dirigiu-se ao senhor Presidente e disse que quando começavam a discutir as propostas, algumas propostas que lhe eram complicadas de defender, utilizava expressões como: *“os Vereadores do Partido Socialista não sabem o que andam a fazer, andam a mentir, usam a mentira, metem expressões na minha boca, e por aí fora”*, o que valia é que para além das reuniões de Câmara serem visionadas, elas eram transmitidas para quem as quisessem ver e tinham também as atas das reuniões, e, portanto, chegavam àquele momento, num contrato que foi todo ele desenhado pelo executivo CDU, portanto, a responsabilidade era da anterior Presidente Maria das Dores Meira, e também a sua, porque essa questão do estacionamento do subsolo era uma questão que não vinha daquele momento, vinha de trás de quando senhor Presidente era Vereador do Urbanismo.

Portanto, essa localização não vinha daquele momento, já vinha de trás, era uma situação recorrente, portanto, o senhor já tinha essa responsabilidade no currículo.

O senhor Presidente disse, na reunião de 4 de janeiro que havia a possibilidade de alargar um pouco mais as negociações: *“não é da minha cabeça é da sua, a minha tem um pouco mais de cabelo”*, no âmbito de várias questões do contrato, foi o senhor que disse, voltou a referir a questão das negociações, estava nas atas, falou várias vezes: *“negociações, conversações, negociações, negociações”*, foi o senhor que disse, estava em ata, e, a verdade era que estava ali outra vez: *“que estavam em conversações e em negociações, estavam com as duas coisas em conversações e em negociações. Foi dito por si, não é por mim, não são coisas da minha cabeça, uma vez mais”*, mas a verdade era que aquilo foi tudo desenhado pela CDU, portanto, havia um contrato e chegaram à conclusão da localização.

Lançaram um concurso, com a localização do estacionamento do subsolo, e havia quem tivesse concorrido, e quem não tivesse concorrido, e até quem não tivesse concorrido, porventura, porque entendeu que para fazer o estacionamento no subsolo não valia a pena concorrer, mas havia quem tivesse concorrido no pressuposto que era mesmo ali, e agora a Câmara decidia alterar, não dizia estarem contra essa alteração de localização. Questionou se essa alteração, que o senhor Presidente disse, várias vezes, que teria de ser por acordo, e estava em ata também, que eram questões pesadas, financeiramente pesadas para a Câmara Municipal e que aquilo teria que ser feito por acordo com entendimento com a empresa. Estava dito, se não ia fazê-lo ver as atas.

Sr. Presidente – Disse para o senhor Vereador não fazer isso porque só estava a incorrer nos mesmos erros que já lhe tinha chamado à atenção. O senhor Vereador dizia aquilo que lhe convinha dizer e não tinha em atenção o respeito que devia aos outros, não tinha o respeito aos outros, portanto, inventava.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia inventar aquilo que estava na ata dito por si: *“em concreto os entendimentos, certamente que falaria com os senhores vereadores e levaria a reunião de Câmara e a sessão da Assembleia”*, os entendimentos, esses entendimentos que seriam ali trazidos, tinha sido dito pelo senhor Presidente, bastava recorrer às atas, 4 de janeiro de 2023, e entenderam que sendo aquela situação uma situação pesada, ou uma alteração substancial ao contrato, o senhor Presidente conseguia dizer se o valor de construir num local ou no outro era igual? Era maior ou menor? Conseguia, tinha esses dados? Não tinha. Mas a verdade era que existia uma alteração substancial, e perguntou porque certamente lhe conseguiria responder, aquela decisão que poderiam acompanhar não tinha problema nenhum em dizer, se não poderia ter consequências para a Câmara Municipal? Se aquilo não deveria ser mesmo como disse, e como defendeu e bem, por entendimento.

A segunda questão tinha a ver com o tal muro no Largo José Afonso, que o senhor Presidente também em ata tinha dito: *“um muro, isto não é um muro, isso é da vossa cabeça, isto não é nenhum muro”*....

Sr. Presidente – Disse que a sua cabeça é que não batia mesmo bem, essa coisa de um muro, isso era a sua cabeça que não batia mesmo bem, que lesse a ata onde isso estava escrito.

Sr. Vereador Fernando José – O senhor disse que não era um muro, o senhor tinha negado, que não era nenhum muro, que eram coisas da nossa cabeça. Perguntou se queria que lhe lesse a ata? Então ia ler a ata, fazia-lhe o favor: *“O senhor utilizava aquelas expressões na Câmara Municipal, um muro, uma parede, não se trata nada disso”*, dito por si, reunião de 20 de julho de 2022.

Sr. Presidente – Disse que tinha de ler o resto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia ler a memória descritiva para ver o que ali dizia: *“materialmente optou-se pelo aço corten vidro por vezes agrafado e muros em betão”* afinal estavam a falar de muros, que era aquilo que se estava para fazer: *“senhor Presidente sabe o que é? É que nós temos o projeto, mas vamos ao que interessa...”*.

O senhor Presidente e o executivo da CDU, andaram durante aqueles 3 anos, durante aquele tempo do contrato a arrastar os pés, não tinham feito nada relativamente àquilo, não tinham feito nada.

Sr. Presidente – Questionou porque é que não ia ao essencial

Sr. Vereador Fernando José – Disse que quando aquilo tinha sido assinado, dizia a cláusula 5.ª: *“iniciar a obra definida no anexo 9.º no caderno de encargos no prazo de 30 dias após a outorga do contrato de concessão, como retribuição contratual devendo estar concluído no prazo de um ano”, ou seja*, falavam de junho de 2021, chegavam a abril de 2024. Sabia o que tinha sido feito? Nada, absolutamente nada. Passaram 3 anos e os setubalenses ficaram privados de uma infraestrutura que poderia estar já construída.

Os Vereadores do Partido Socialista durante aquele tempo alertaram para o facto de ser um erro, aquilo que estava previsto no anexo 9, que aquela situação tinha de ser alterada, os senhores levaram tempo, mas concordaram com a posição dos Vereadores do Partido Socialista, e tanto concordaram que naquele dia estavam ali a fazer uma proposta diferente daquilo que desenharam. Não foram eles que a desenharam, foram os senhores, e que naquele momento alteravam a posição. Aquilo que queria dizer ao senhor Presidente e poderia haver ali uma vez mais intransigência, era que naquela proposta os pontos fossem votados separadamente, ou seja, a questão do estacionamento, a alteração da localização votação e outra votação a do anexo 9.

Sr. Presidente – Disse que já estava farto daquele tipo de intervenções e de considerações, não havia o mínimo de respeito nem seriedade na forma de intervenção e tratar as coisas. Não era capaz, era uma forma de ser. Havia algumas questões que deixava passar, mas havia outras questões que não podiam passar, porque o senhor Vereador tinha responsabilidades, tinha responsabilidades públicas, e tinha responsabilidades na Câmara Municipal e, portanto, havia determinadas questões que o senhor não podia dizer.

O senhor Vereador, dizia ler uma ata, mas só lia umas partes, e aquilo que lhe interessava para justificar os argumentos que dizia e a utilização das expressões que utilizava, mais nada, era só isso, era uma forma manipuladora, era a sua forma estar, já todos se habituaram a isso. Mas mesmo assim ia-lhe responder a uma questão concreta que fez, para que não houvesse dúvidas nenhuma, porque a seriedade, a honestidade era uma coisa que prezava muito. O senhor perguntou se sabia se a localização inicial, ou a localização que naquele momento era proposta, se podia pôr em causa o contrato, porque teria custos.

Disse que a empresa tinha de fazer um estudo geotécnico, porque havia coisas naquele contrato que não estavam bem-feitas, era verdade, não tinha nenhum receio em dizer, apesar da sua especulação e do aproveitamento que o senhor fazia das coisas, para si a seriedade e a responsabilidade não havia nada que se sobrepusesse, já tinha percebido que para o senhor não, mas para si era e, portanto, tenho de dizer que tinha sido feito um contrato que não salvaguardou questões fundamentais, como se dizia que a empresa ia construir um parque de estacionamento, quando sabiam que, naquela zona havia dificuldades, pela sua localização.

No tempo do Polis, houve um parque de estacionamento, ao fundo da Avenida, que não tinha sido construído, porque era impossível construir um parque daqueles tendo em conta os orçamentos que estavam disponíveis, sabiam isso, e, portanto, quando se avançava para um contrato daqueles e se dizia que a localização era ali e quando não havia estudos geotécnicos sobre aquilo *“era um tiro no escuro”*, era nesse sentido que dizia que aquele contrato, nessa perspetiva não estava bem conseguido.

A empresa que concorreu aceitou esse desafio, de construir nos termos que estava no contrato ali um parque de estacionamento. O senhor perguntou: “mas *será que, do outro lado, é mais barato? É mais caro?*”. Como não era especialista na matéria até poderia dizer que como aquela proposta ficava mais a norte até poderia ter melhores condições de estabilidade do que tanto a sul, ainda eram uns metros de diferença, 150 a 200 metros, e, portanto, era nessa perspetiva que podia responder, só fazendo um estudo geotécnico, mas isso era à empresa que competia fazer, eles faziam uma proposta, se a empresa lhes vier dizer, perante aquela proposta, e de uma forma séria e transparente que: “*fez um estudo geotécnico para aqui, e fez um estudo geotécnico para ali, e que a construção do parque aqui fica muito mais barata, até pode ter um valor da diferença de um lado para o outro, nós temos de avaliar, agora essa questão não está no contrato*”, o que propunham era a localização do parque por razões várias, técnicas, e outras de observação e daquilo que eram os conhecimentos do funcionamento da cidade, e daquilo que, do seu ponto de vista era fundamental, que era o apoio ao funcionamento do Mercado do Livramento.

Não sabia se o senhor sabia, mas não era favorável à construção de parques de estacionamento da Avenida Luísa Todi e em toda a zona ribeirinha, não era, nunca foi, era a posição que tinha.

Se lhe dissessem: “*mas o senhor é que assinou o contrato*”. Se lhe perguntassem onde é que considerava deverem ser os parques de estacionamento achava que deveriam ser todos a montante, e poderia desenvolver uma teoria, que era uma teoria, mas poderia ser demonstrada em estudos de mobilidade para justificar isso e até do ponto de vista ambiental, mas não era por aí, mas ia-se centrar na questão do contrato.

O que era um facto era que aquela proposta estava no contrato, e o avaliavam era que a localização do parque de estacionamento ali e, uma obra durante aquele tempo que era preciso para construir aquele parque vinha criar problemas graves ao funcionamento da cidade, a ligação entre a Praça do Bocage e a zona comercial.

Pensavam que a localização do outro lado, portanto a poente da rotunda das Ninfas, que ficava numa zona menos grave, do ponto de vista da construção, ou menos penalizadora, após fazer o estudo geotécnico até poderiam chegar à conclusão que para a empresa aquela localização era preferível porque era a empresa que iria pagar o parque de estacionamento, até poderiam chegar a essa conclusão, mas a empresa é que tinha de demonstrar isso.

Se a empresa vier demonstrar que a localização, que estava prevista atualmente no contrato, era benéfica ou tinha custos menores do que aquela que propunham, teriam de avaliar se a Câmara Municipal pagava a diferença ou se ficava a parque no mesmo sítio, mas isso era a empresa que teria que demonstrar não era ele, embora que aquilo que lhe dizia era uma avaliação que fazia, também do conhecimento que tinha daquele espaço, daquele território.

Portanto, era isso que tinha para lhe dizer, fez essa pergunta e considerava que essa era uma pergunta séria e, portanto, tinha uma resposta também séria, que era uma avaliação que fazia, era uma opinião, tinha naturalmente também considerações técnicas, que estavam na proposta, que os serviços fizeram, e, portanto, achava que se justificava fazer essa alteração: “*agora, isto põe em causa o contrato? Não me parece, aliás, volto a dizer, os juristas que participaram neste processo, não consideraram que isto poderia pôr em causa o concurso, nada disso*”, assim como o outro da sebe de proteção de ventos no auditório do Largo José Afonso.

O que se propunha, daquilo que foram aconselhados, era que em vez de fazer aquela obra pública propunham outra obra pública, de valor idêntico, era isso, não tinha mais do que aquilo, e, portanto, aquilo não alterava o contrato, voltou a dizer que não era jurista aquilo era na avaliação jurídica.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o valor que estava previsto fazer no Largo José Afonso, era o mesmo valor, em termos da avaliação que tinha sido feita, para a requalificação...

Sr. Presidente – Disse que era até inferior.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não conheciam o projeto, não sabia se já existia ou não o projeto para aquela requalificação.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando José – Questionou se o campo iria ter as medidas necessárias para todas as competições oficiais.

Sr. Presidente – Disse que sim. Os serviços fizeram a sua avaliação financeira dos custos, e o que se verificava era que era inferior àquilo que era a obra orçamentada para a construção da vedação. E, de acordo com a orientação jurídica, aquilo não alterava o contrato, agora, para eles era fundamental que aquelas alterações fossem feitas.

Propuseram à empresa, formalizaram, deram os prazos legais, a empresa não respondeu, em nome do interesse público traziam ali aquela proposta. Era uma situação diferente daquela que tinham anteriormente, aquilo era uma coisa que tinha procedimento, tinha notificação, a notificação nos termos legais, e, portanto, não houve resposta da empresa, estavam um passo avançado relativamente à anterior proposta.

A anterior proposta tinha uma notificação, por parte da Câmara Municipal, aquela proposta era uma proposta que já tinha tido notificação, e que naquele momento vinha à Câmara Municipal e a proposta era de alteração do contrato. Era unilateral porque a empresa não respondeu àquilo que lhe tinha sido solicitado, era muito claro e, portanto, aquilo que traziam ali naturalmente, que era sempre na defesa e na promoção do interesse público, não podia ser de outra maneira e, portanto, era isso que estava ali em causa.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era para obter um esclarecimento que tinha que ver com a questão de a empresa concessionária ter, ou não, conhecimento daquelas propostas. Pelo que percebeu foram notificados, mas não responderam, era isso não era? Mas naqueles termos exatos do que vinha ali proposto agora, ou não?

Sr. Presidente – Questionou se não tinha os documentos das notificações.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que estavam anexos à proposta.

Sr. Presidente – Disse que estavam no processo.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era só para confirmar isso.

Sr. Presidente – Disse que sim, que referiu, que foram notificadas primeiro por email, sendo dados 5 dias úteis para responderem, e depois não responderam e fizeram por carta registada mais 5 dias e não houve resposta. Portanto, nesse quadro naturalmente a defesa do interesse público justificava-se e era isso que traziam à Câmara para haver essa apreciação daquelas propostas, no que dizia respeito à alteração do contrato.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação ponto a ponto:

Votação – Ponto 1: aprovado por maioria com 7 votos, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS;

Votação – Ponto 2: aprovado por maioria com 9 votos, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD;

Votação – Ponto 3: aprovado por unanimidade;

12. Deliberação n.º 173/2024 – Proposta n.º 17/2024 – DOM – CP 13/2024/DOM - Empreitada “BNAUT – Quebedo”- Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público - Candidatura n.º 60378 “Centro de acolhimento e alteração de percursos Setúbal - Palácio Quebedo

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que estavam a falar de 16 apartamentos, 12 T0 e 4 T1. Disse que aquela proposta visava na estratégia local de habitação encontrar uma solução de suporte ao acolhimento de sem-abrigo no quadro do NPISA e no quadro da relação interinstitucional na matéria dos sem-abrigo.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os Vereadores do PS foram sempre questionando sobre aquela tão desejada criação de resposta de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo, e cujo desenvolvimento muito os satisfazia, e cuja concretização iria permitir aumentar e criar recursos de inserção, bem como garantir respostas, alojamento de emergência.

A última vez, em 04/10/2023, que ali solicitaram um ponto de situação sobre aquela proposta do Palácio do Quebedo e a Rua do Eito, a proposta que iam avaliar a seguir, sobre o alojamento de transição para vítimas de violência doméstica, o senhor Vereador referiu existirem à data problemas em discussão com o IHRU decorrentes dos edifícios se situarem no centro histórico e que o financiamento PRR a 100% não contemplava os arranjos exteriores, e à data referiu estar a desenvolver negociações para que o IHRU comparticipasse. Disse pretenderem saber se as negociações foram profícuas uma vez que naquele dia avançavam para a abertura do procedimento de contratação pública.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha havido, de facto, um ajustamento dos valores. Na altura, esse valor que ali estava 2.172.551,18 € eram cerca de 800 mil, tinha havido um ajustamento dos valores e havia pela parte do IHRU um esforço também de cobrir aquela situação específica daquela intervenção. No caso, por exemplo, do Palácio do Quebedo tinha que ver com escavações arqueológicas também, tinha uma série de coisas a desenvolver e tinham considerado que havia condições para avançar.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 174/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DOM – CP 14/2024/DOM - empreitada “BNAUT – Arronches Junqueiro” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público - Candidatura n.º 60379 – “Alojamentos de transição para vítimas de violência doméstica” sites na Rua do Eito, Rua Arronches Junqueiro e Travessa Francisco Pereira

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta integrava 21 unidades de alojamento, 1 T0, 2 T0+1, 10 T1 e 8 T2, num conjunto global de 21 alojamentos, além de todas as estruturas de apoio, de suporte e de enquadramento das pessoas que ficariam ali integradas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 175/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DOM/DIHAB – Proposta de Regulamento Lojas de Bairro – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” / Pólo de desenvolvimento das atividades económicas da Bela Vista e zona envolvente

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tiveram oportunidade de ver as questões colocadas pela Assembleia Municipal, que estava no relatório anexo com as respetivas respostas, de qualquer modo, chamou à atenção para o seguinte, em matérias controversas ou que foram comprometidas na reunião da Assembleia Municipal e que levou à retirada da proposta e remessa novamente à reunião de Câmara tinha que ver com a definição dos destinatários daquele processo, que estava no artigo 3.º identificado como pessoas singulares ou coletivas com prioridade aos residentes do território do programa “Nosso Bairro”, mas no artigo 7.º, quando se definia a apreciação das candidaturas havia um critério que dizia que era exclusivo para moradores do bairro. Essa alínea teve de ser retirada, visto que essa alínea era contraditória com a definição mais ampla dos critérios de associados às pessoas que se podiam candidatar.

Também foi levantada a questão do prazo das obras de benfeitoria, por estar estabelecido que havia um prazo de 5 anos máximo para poder haver uma isenção de pagamento de renda para quem fizesse obras de benfeitoria, mas não estava explicitado como esse valor era definido e, então o que tinha ficado clarificado era que o período de isenção era apurado pela divisão do valor da obra, pelo valor da renda, até ao limite máximo de 5 anos, essa matéria resolvia um dos problemas, o 2.º problema tinha sido colocado pela Assembleia Municipal.

O 3.º problema tinha que ver com a extensão daquele projeto a mais bairros da cidade, visto que ele era exclusivo para o espaço da Bela Vista. O artigo 14.º vinha clarificar esse projeto, como um projeto-piloto que poderia ser ampliado a outras zonas do concelho, desde que houvesse o ajustamento regulamento e houvesse vontade de o aplicar noutras zonas do concelho.

Portanto, as questões que a Assembleia Municipal tinha colocado no essencial eram aquelas três, a extensão a outras zonas do concelho. A questão da clarificação começou por um valor para estabelecer os 5 anos de carência no pagamento da renda e, ainda a questão da definição dos destinatários daquela candidatura. Portanto, resolvidas aquelas 3 questões, consideravam que havia condições para aprovação daquele regulamento na reunião de Câmara e sua posterior remessa para a Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 176/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolo de cooperação com o Clube Naval Setubalense

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 a 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 177/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 178/2024 – Proposta n.º 30/2024 – DCDJ/DICUL – Renovação de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Festróia – Programação Cinema Charlot 2024

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 a 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 179/2024 – Proposta n.º 31/2024 – DCDJ/DICUL – Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão - Apoio ao 35.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão e Intercâmbios

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 e 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 180/2024 – Proposta n.º 32/2024 – DCDJ/DICUL – Isenção temporária de pagamento de taxa para entrada no Museu de Setúbal/Convento de Jesus e na Galeria Municipal do Banco de Portugal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Vereador Pedro Pina – Propôs sumariar os conteúdos das propostas de deliberação 181/2024 à 189/2024, tratava-se de propostas de apoio financeiro para obras de beneficiação nas respetivas sedes sociais das instituições.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que estavam de acordo com o proposto pelo senhor Vereador Pedro Pina.

Sr. Presidente – Questionou se havia algum inconveniente por parte do Partido Socialista. Disse que aquelas propostas de deliberação da 181/2024 à 189/2024, eram os compromissos que tinham sido estabelecidos para apoio às sedes daquelas associações, havia ainda mais 3 ou 4 associações que estavam em avaliação dos projetos e, portanto, viriam numa próxima

reunião de Câmara, e como sabiam também já tinha havido um conjunto de entidades a quem tinham sido oferecidas as instalações para a sua atividade.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 181/2024 até à proposta de deliberação 189/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 181/2024 – Proposta n.º 33/2024 – DCDJ – Sociedade Musical Capricho Setubalense - Apoio financeiro para obras na sede social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 68 e 69 (ver ponto 19).

21. Deliberação n.º 182/2024 – Proposta n.º 34/2024 – DCDJ – Coral Luísa Todi - Apoio financeiro para obras de beneficiação da sede social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 70 a 72 (ver ponto 19).

22. Deliberação n.º 183/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DCDJ – Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça – Apoio financeiro

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 73 a 75 (ver ponto 19).

23. Deliberação n.º 184/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DCDJ – Clube Desportivo “Os Pelezinhos” - Apoio financeiro para aquisição de módulos de apoio à atividade

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 76 a 79 (ver ponto 19).

24. Deliberação n.º 185/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DCDJ – Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense - Apoio financeiro para a realização de obras de beneficiação do edifício-sede

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 80 a 82 (ver ponto 19).

25. Deliberação n.º 186/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DCDJ – Rancho Folclórico das Praias do Sado - Apoio financeiro para a realização de obras de beneficiação do edifício-sede

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 83 a 85 (ver ponto 19).

26. Deliberação n.º 187/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DCDJ – Grupo Musical e Desportivo União e Progresso – Apoio financeiro para as obras de requalificação da sede social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 86 a 88 (ver ponto 19).

27. Deliberação n.º 188/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DCDJ – Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense – Apoio financeiro para obras de reabilitação da sede social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 89 a 91 (ver ponto 19).

28. Deliberação n.º 189/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DCDJ – Associação de Moradores da Aldeia Grande – Apoio financeiro

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 92 a 94 (ver ponto 19).

Sr. Vereador Pedro Pina – Propôs a apresentação conjunta das propostas de deliberação n.º 190/2024 à 196/2024.

Disse que as propostas que se pretendiam apresentar renovavam os protocolos anteriores após experiência positiva do trabalho.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que pedia escusa de votação do bloco de propostas, da proposta de deliberação 190/2024 à 196/2024.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 190/2024 até à proposta de deliberação 196/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 190/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE – Setúbal, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social

O senhor Vereador Pedro Pina fez a seguinte apresentação:

“Este processo evidencia um profundo compromisso e rigor técnico na relação com as instituições defendemos que a responsabilidade do Estado não pode nem deve rejeitar ou passar para um 2.º plano, a responsabilidade que tem sido delegado nas IPSS bem como outras instituições. Elas têm sido a garantia há mais de duas décadas de grande parte daquilo que é a resposta do Estado Social, foi por isso que conduzimos um processo desta forma, dando as melhores condições para que as instituições que mantêm uma responsabilidade na resposta social há mais de uma década e meia o possam fazer melhor. Reiteramos que a transferência de competências continua a ter um conjunto de equívocos que seria importante retificar e considerar, considerando ainda que, por exemplo, ainda aguardamos com expectativa que no que diz respeito a este diploma não temos ainda considerações no que diz respeito, nomeadamente à componente das cartas sociais bem como dos CLDS. Continuamos a assumir que os recursos transferidos para os municípios não são suficientes e

não acautelam questões como os custos indiretos nem o necessário investimento para responder melhor, mantendo erradamente o princípio que mudamos a vida das pessoas e as suas trajetórias com poucos recursos. Sabemos que os apoios eventuais e os critérios para esses apoios ficam aquém do necessário para garantir a dignidade da vida das pessoas, as dificuldades crescentes em fazer face às despesas diárias ao custo de vida e à dificuldade crescente de romper com o ciclo de pobreza são exemplos disso. Não é sustentável continuar a responder à pobreza com a pobreza. Foi a Câmara Municipal após a transferência de competências que concretizou os acordos com as verbas e os encargos obrigatórios com os recursos humanos e, podemos confirmar que, de facto, as instituições que ao longo dos anos, deram sentido a estas mesmas respostas foram penalizadas ao longo deste mesmo período no que aos encargos com os recursos humanos diz respeito. Assim como ficou claro a falta de investimento na qualidade das respostas e conseqüentemente no combate à vulnerabilidade que não sendo somente através destas medidas, rendimento social de Inserção e ação social é certamente também com estas medidas que o mesmo deve ser feito. Defendemos a intervenção articulada e integrada garantido um bom relacionamento e o respeito pela autonomia e identidade de cada um. Estamos hoje com um município mais capaz de assumir as funções porque conduzimos este processo de forma participada com todos, parceiros diretos e os que indiretamente estão envolvidos como é o caso de outros serviços públicos. Assim e, após um balanço feito com cada uma das instituições individual, mas também conjunto, em novembro de 2023 e depois em fevereiro de 2024 e ainda com os técnicos municipais e os técnicos das instituições, analisando obrigações concretizadas, foi unânime a avaliação positiva do processo que o Município tem coordenado.

Assumimos a continuidade dos protocolos e por cada medida e por cada instituição, são 7 instituições num total de 11 protocolos, 5 para a aplicação do Rendimento Social de Inserção e 6 da Ação Social. Mantivemos o clausulado dos protocolos tornando mais preciso alguns aspetos da cooperação, como seja a participação em diferentes redes de trabalho e atualização de valores com encargos com os recursos humanos sempre que justificado recordando que o clausulado está genericamente de acordo com a minuta que integrou o dossier de transição.

Assim sendo, ao longo deste 1.º ano de intervenção não foi transmitida à Câmara Municipal qualquer reserva por parte do Centro Distrital de Segurança Social à atuação destas IPSS, as verbas consideradas nos protocolos correspondem ao valor que está inscrito na plataforma da DGAL afeta a acordos de protocolos com IPSS para o Município de Setúbal. Após a vigência inicial deste 1.º ano, propõe-se que estes protocolos possam estar em vigor desde abril de 2024 a dezembro de 2026 assegurando assim o acordo com o ano civil e facilitando os cálculos e os acordos sempre que haja lugar a valor retroativo, estando as estimativas da despesa anuais inscritas na proposta, tal como até aqui, e uma vez mais que se prevê a continuidade do trabalho de proximidade, considera ser também um sinal de confiança interinstitucional e administrativamente relevante prolongar o tempo de vigência do acordo. O processo que hoje se formaliza, também em reunião de Câmara Municipal, foi construído com cada uma das instituições e sendo do conhecimento Centro Distrital de Segurança Social e reconhecido por todas as entidades como um processo adequado e bem conduzido pela Câmara Municipal e apresentado em Conselho local de Ação Social considerando também as preocupações e anseios de cada uma das instituições, nomeadamente ao nível técnico e de apoio financeiro. Assim, importa identificar que não propomos corrigir ou regular os protocolos pelos rácios identificados no acordo com a Associação Nacional de Municípios, sendo possível para já continuar a garantir 2 técnicos superiores para cada 250 processos familiares da Ação Social, para além de manter os recursos humanos que, atualmente já atuam. Os territórios de intervenção que constam do anexo a cada protocolo resultam dos territórios que cada instituição já acompanhava e ainda a proximidade de intervenção, tendo sido os mesmos alvo de análise e de acordos definidos conjuntamente, mantendo-se o pressuposto da continuidade dos acordos caso se identifique.

A Câmara Municipal continua a assegurar o atendimento de acompanhamento social diretamente na freguesia de Azeitão nas medidas de RSI ação social, e ainda na medida da

ação social nas freguesias de Gâmbia Pontes e Alto da Guerra e do Sado. Os atendimentos decorrerão nas instalações das respetivas freguesias que tem valorizado esse recurso, sendo esta uma das exigências, ou das expectativas destes mesmos territórios. O número de processos considerados nos respetivos protocolos e com cada uma das IPSS é o máximo em alta dos processos familiares de IRS atualmente identificados, e em ação social propomos manter o definido de 250 processos familiares, uma vez que não existia o número de processos familiares definidos ou registados com rigor em acompanhamento para as diferentes IPS.

Assim sendo, propõe-se a aprovação dos respetivos protocolos com a Associação Cristã da Mocidade, Cáritas Diocesana de Setúbal, Centro Social e Paroquial de São Sebastião, Associação Jardim de Infância, o sonho, Associação Batista Shalom, Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras”.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu ao senhor Vereador Pedro Pina, a exposição, a apresentação das várias propostas. Os Vereadores do Partido Socialista fariam, relativamente àquelas propostas a análise, protocolos de cooperação com as várias entidades, na sua generalidade para as medidas do Rendimento Social e Inserção e Acompanhamento Social, portanto, uma análise global.

Disse que antes daquela renovação dos protocolos esperavam uma avaliação do acompanhamento, monitorização por parte dos vários intervenientes dos processos e impactos, documento que na opinião deles deveria vir anexo às propostas, para uma análise mais cuidada e transparente do trabalho desenvolvido, uma vez que se tratou de uma transferência de competências em suma, deveria ter um documento enquadrador da avaliação daquele 1.º ano, com os pontos fortes, aspetos a melhorar, assim como a taxa de execução do trabalho desenvolvido, ou seja, como corria o acompanhamento e principais constrangimentos identificados pela Câmara Municipal de Setúbal e pelas instituições.

No âmbito dos contratos de inserção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, qual o volume processual em Setúbal e, a taxa de execução dos contratos de inserção assinados? No âmbito da atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, artigo 3.º, pretenderam saber se o valor do fundo de maneiio aprovado era suficiente para fazer face às necessidades? Pretenderam a avaliação, não apenas para as entidades protocoladas, mas ao nível do trabalho que ficou a ser desenvolvido pelo Município, na medida da RSI na freguesia de Azeitão, e na medida de ação social nas freguesias do Sado e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra? Assim como plantão que decorria no Edifício Sado, disse ser importante perceber se os recursos humanos afetos ao serviço eram ou não suficientes para fazer face às necessidades identificadas? Tinham conhecimento que foi retirada uma técnica que se encontrava a tempo inteiro para fazer meio tempo no plantão.

Face às necessidades identificadas no terreno, queriam igualmente perceber se o Município trabalhou no sentido de implementar medidas sociais inovadoras, isso porque, independentemente de existir uma legislação específica com atribuições concretas de competências havia o princípio geral do bem-estar da população, do qual podiam partilhar o exemplo de Almada, que relativamente aos apoios económicos atribuídos a partir das competências assumidas pelo Município eram divididos em 2 tipos de apoios eventuais, que tinham origem na transferência de competências e decorriam da ação social e apoios complementares, o que advinha do Plano Almada Solidária que eram reforçados com novas linhas de apoio integradas no regulamento aprovado para o novo programa Almada Solidária. Disse esperar que não houvesse nenhum constrangimento na reunião de Câmara por ir buscar o exemplo de Almada.

Outra questão que os preocupava, até porque era recorrente até ali nas reuniões de Câmara, e tinha a ver com o encaminhamento dos munícipes para o Centro Distrital de Segurança Social. Sabiam para que é que servia o Centro Distrital de Segurança Social, sabiam a importância da Segurança Social, defendiam a Segurança Social como um dos pilares do Estado de Direito e, portanto, sabiam bem o que era a Segurança Social, não tinham dúvidas

sobre o seu desempenho, mas era importante a divulgação de informação sobre a medida de RSI e atendimento e acompanhamento social, assim como do plantão, de modo a chegar aos vários intervenientes, nomeadamente aos próprios cidadãos, uma vez que as pessoas ainda não sabiam, não tinham percebido onde se deviam dirigir, com aquela transferência, só na página do Município entendiam que seria insuficiente, era preciso densificar essa informação. Referiu que permaneciam a responsabilidade da Segurança Social, o estatuto do cuidador informal, os requerentes e beneficiários de proteção internacional, a integração e o pagamento em respostas lucrativas, sempre que não houvesse vagas na rede solidária, a matéria do HIV Sida e comportamentos aditivos, o Fundo de Garantia de Alimentos a Menores, e a gestão da Linha Nacional de Emergência Social, alguns exemplos daquilo que a Segurança Social fazia.

Relativamente aos vários protocolos apresentados, para além da sugestão que já tinha feito em termos de ratificação, sugeriram também a retificação da cláusula 14.ª vigência. O documento referia que o protocolo tinha a vigência de um ano, mas nos termos do documento, o protocolo era válido de 01/04 de 2024 a 31/12 de 2026. E, portanto, achavam que existia ali uma incongruência em termos de datas.

Depois na cláusula, 11.ª revisão do protocolo, referia que o protocolo seria revisto anualmente, o que iria colidir com a data de validade no fim do documento.

No que dizia respeito aos Recursos Humanos, na medida de RSI, pretendiam aferir quais os critérios na definição do número de técnicos pela equipa, a título de exemplo, a equipa técnica da APACCF que acompanhava 350 processos familiares relativamente ao protocolo anterior, tinha mais um técnico e mantinha os ajudantes de ação direta.

A Associação Jardim de infância “O Sonho” acompanhava 200 processos familiares, tinha 4 técnicos e 6 auxiliares, e naquela proposta aumentava um técnico passando a ter 5, e reduzia 1 ajudante de ação direta, ficando com 5/5, não se verificando mais nenhuma alteração em termos de recursos humanos.

Na medida da ação social verificaram que mantendo os recursos humanos mensalmente o valor financiado reduzia, exemplo do protocolo da ACM, menos mil novecentos e oitenta e oito euros e noventa e sete cêntimos, os restantes sofriam um aumento, à exceção do Centro Paroquial de São Sebastião, que mantinha o valor.

Sr. Vereador Pedro Pina – Começou por dizer que aquele era o Dia Mundial do Teatro, e era para estar a acompanhar, nomeadamente o espetáculo a realizar-se na gráfica e, portanto, por aquilo que eram as responsabilidades que ali assumia não pode estar e, portanto, não deixou aquela reunião de Câmara. Mas achava que havia uma questão que o senhor Vereador Fernando José iria ter de clarificar, se havia ou não havia transparência naquele processo, é que com o grau de informação que lhes tinha trazido era estranho falar em transparência. O senhor Vereador utilizou tantas vezes o recurso à figura do rigor, então tinham de ser rigorosos.

Outra questão era, se aquela era a intenção do Partido Socialista, com a legitimidade que assistia na discussão das questões, então, se calhar, quando estiveram a discutir para aquela discussão conjunta, que se tivesse dito logo para discutir protocolo a protocolo, questão a questão, porque tinham um conjunto de questões que gostariam de clarificar, até porque queria fazer a defesa da honra dos seus serviços, o trabalho apresentado, era demasiadamente extenso e rigoroso para depois, se calhar, o tratarem daquela forma.

Disse que iria responder àquelas questões todas, perdendo o tempo necessário para clarificar o senhor Vereador Fernando José, porque 1.º ponto, não ouviu com a atenção devida algumas das questões que apresentou, porque respondeu a questões às quais fez perguntas.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse calcular que sim, que não teria percebido, mas ia voltar a colocar as mesmas questões e começou por dizer ao senhor Vereador que gostaria que ficasse aclarado das exigências do Município, relativamente àquela matéria, e os passos que

eram dados pelo Município relativamente àquela matéria na apresentação de esclarecimentos.

O senhor Vereador, certamente não ouviu, entre várias coisas, começou por referir que houve uma apresentação no âmbito do Conselho Local de Ação Social onde foram explicados detalhadamente todas essas questões onde os 88 parceiros, que faziam parte do Conselho de Estado da Ação Social, que têm direito a presença, e onde estavam representadas as respetivas instituições também para esclarecimentos, assim como entidades que faziam parte do respetivo.

1.ª questão, iam então aos indicadores, a Câmara Municipal de Setúbal celebrou acordos de cooperação com 7 instituições para o atendimento e acompanhamento social, rendimento social de inserção e ação social: Associação Cristã da Mocidade, rendimento social de inserção e ação social, Associação Batista Shalom, rendimento social de inserção e ação social, Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, rendimento social de inserção e ação social, Associação Jardim de Infância O Sonho, rendimento social de inserção, Liga dos Amigos da Terceira Idade, rendimento social de inserção e ação social, Cáritas Diocesana de Setúbal, ação social, Centro Social e Paroquial de São Sebastião, ação social.

A Câmara Municipal, como já tinha sido referido, ficou com a responsabilidade apenas de rendimento social de inserção e ação social, no que dizia respeito às freguesias de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra e do Sado, bem como a freguesia.

O atendimento e acompanhamento social e áreas que permaneciam na Segurança Social eram a emergência social, e como destacou porque estudou, mas não disse todas, iria complementar, para além dessas, tinham também ainda à responsabilidade da Segurança Social a atribuição de produtos de apoio, o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, também não referiu e, portanto, também era uma responsabilidade que ficou e que se mantinha na Segurança Social, a questão dos comportamentos aditivos era também uma matéria que ficou, e outra matéria que achava que era bastante importante os requerentes de benefício de proteção internacional, também não tinha referido e, portanto, ficava também essa nota.

No que dizia respeito ao serviço de atendimento e acompanhamento social, as respetivas medidas a saber pelo território e pelos respetivos técnicos, tinham um total das instituições 32 técnicos superiores e 31 ajudantes de ação direta, mais 5 técnicos superiores e 1 assistente técnico.

Associação Cristã da Mocidade que tinha as respostas de RSI e ação social com 7 técnicos superiores e 8 ajudantes de ação direta.

A Associação Batista Shalom com 5 técnicos superiores e 4 ajudantes de ação direta, e cuja intervenção dizia respeito à Freguesia de São Sebastião e também a União de Freguesias de Setúbal.

A Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, que quer na resposta da RSI e ação social, tinha 6 técnicos superiores e 7 ajudantes de ação direta no âmbito da sua intervenção no território da União de Freguesias de Setúbal.

A Associação Jardim de infância, O Sonho, que tinha apenas a medida de RSI, tinha 4 técnicos superiores e 4 ajudantes de ação direta e intervinha na Freguesia de São Sebastião.

A Liga dos Amigos da Terceira idade que a medida era rendimento social de Inserção e a ação social tinha 6 técnicos superiores e 6 ajudantes de ação direta, cuja intervenção no território era São Sebastião.

A Cáritas Diocesana de Setúbal, ação social com 2 técnicos superiores, que fazia a sua intervenção na Freguesia de São Sebastião e na União Freguesias de Setúbal.

O Centro Social e Paroquial de São Sebastião, ação social com 2 técnicos superiores na Freguesia de São Sebastião e a Câmara Municipal de Setúbal, como já tinha referido que tinha respetivamente intervenção nas medidas de RSI e ação social com 5 técnicos superiores e 1 assistente técnico na União de Freguesias de Azeitão, na Freguesia do Sado e na Freguesia de Gâmbia- Pontes e Alto da Guerra.

Números de processos e beneficiários: No que dizia respeito ao SAAS e Rendimento Social de Inserção, processos familiares tinham em abril 1236, 2837 beneficiários, em maio 1235 processos familiares, 2844 beneficiários, em junho 1241 processos familiares, 2847 beneficiários, em julho, 1246 processo familiares, 2859 beneficiários, em agosto 1244 processos familiares, 2834 beneficiários, em setembro 1270 processos familiares, 2895 beneficiários, em outubro 1255 processos familiares, 2885 beneficiários, em novembro 1255 processos familiares, 2885 beneficiários, mantinha-se e em dezembro, data da última avaliação, 1230 processos familiares, 2853 beneficiários e, portanto, mantinha-se de forma genérica no ano de 2023, tinham-se registado em média por mês 29 novos requerimentos de rendimento social de Inserção junto dos serviços.

Aqueles dados que deixou ali, não incluíam os dados referentes às problemáticas específicas acompanhadas, como anteriormente tinha referido, do Centro Distrital de Segurança Social.

Número de processos e beneficiários, em fevereiro de 2024, o número de processos registados era de 1218, 2278 beneficiários, desses 2278 beneficiários, 1318 homens e 1470 mulheres. A saber na distribuição pelas respetivas freguesias, 698 São Sebastião, União de Freguesias de Setúbal 411, União de Freguesias de Azeitão 69, Sado 23, Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra 17. Em termos de especificação das respetivas problemáticas, mais de metade dos casos dos agregados eram isolados, a maioria do sexo feminino, ainda que a diferença não fosse significativa face aos dados identificados, 60% estava entre as médias de idade dos 18 aos 66 anos, e 52% recebia RSI há mais de 2 anos.

No que dizia respeito à ação social, portanto, números de processos e beneficiários. Processos familiares, de abril a dezembro tinha-se registado uma média de 118 novos pedidos por mês, o aumento progressivo tendo começado em abril com 438 processos familiares e 1033 beneficiários e o registo em dezembro de 2023 de 1163 processo familiares, e 2732 beneficiários da resposta de ação social.

No que dizia respeito a essa medida em janeiro de 2024 identificaram 1236 processos, número de beneficiários eram de 2865, homens 1564, mulheres 1311, e a distribuição por freguesias respetivamente, 829 São Sebastião, União de Freguesias de Setúbal 291, União de Freguesia de Azeitão 62, Sado 20 e Gâmbia Pontes e Alto da Guerra 34.

Nessa medida, a maioria era do sexo feminino e 47% das pessoas em idade ativa estavam desempregadas, 56% a idade era dos 18 aos 66 anos, e 61% eram de nacionalidade portuguesa.

No que dizia respeito ao serviço de atendimento e acompanhamento social, e à pergunta que o senhor Vereador também tinha colocado de atendimento de plantão, linha Nacional de Emergência Social, tinha sido uma questão que também tinha colocado, e, portanto, a saber os respetivos dados, e, também para esclarecimentos dos senhores Vereadores, a informação que estava a apresentar tinha sido uma informação que tinha sido discutida coletivamente com todas as instituições, e no quadro do Conselho Local de Ação Social, na quinta-feira passada, e, portanto, atendimentos de plantão.

Abril de 2023: 14, maio; 20, junho:23, julho: 37, agosto: 40, setembro: 24, outubro: 48, novembro: 54, dezembro: 48.

De abril a dezembro de 2023 tinham-se registado 243 ocorrências no quadro da linha Nacional de Emergência Social, cerca de 70% tinham sido para pedidos de alojamento.

De abril a dezembro de 2023, tinham-se realizado 308 atendimentos de plantão, ou seja, atendimentos esses realizados nas instalações da Câmara Municipal de Setúbal, no edifício Sado, na zona respetiva de atendimento.

No ano de 2023 de maio a dezembro, portanto, os respetivos 9 meses, ação social e RSI, e, no que dizia respeito, também, aos subsídios eventuais, pensava que também tinha sido uma questão colocada.

Utilizou uma verba aproximada de 100 mil euros no apoio direto a famílias em situação de vulnerabilidade económica.

De referir que, no âmbito do processo de transferência de competências, o despacho 4637/2023 de 18 de abril de 2023, previa a transferência de mil cento e catorze trezentos e setenta e nove e quarenta e um euros, na rubrica dos subsídios eventuais para o ano 2023, o

que significava que até dezembro tinham sido utilizados cerca de 90% desse valor. Com referência à média dos valores eventuais utilizados estimava-se que até ao final de março, ou seja, após um ano dos processos de transferência de competências, o SAAS utilizasse aproximadamente cento e quarenta mil euros em subsídios eventuais a atribuir diretamente às famílias acompanhadas, ou seja, objetivamente, a verba que estava destinada para os respetivos apoios tornava-se insuficiente para aquilo que eram as necessidades daquela mesma resposta.

Importava destacar naquela matéria ainda, a concertação da intervenção social no concelho, e recordar que, no quadro daquilo que foi a reorganização da Segurança Social foram retirados os atendimentos descentralizados, nomeadamente nas freguesias de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra e do Sado, situação recuperada com o processo e com a gestão da Câmara Municipal. Uma questão que também importava referir, a multidisciplinaridade das equipas de RSI e da ação social e ainda o rácio do número de processos familiares por técnico de acompanhamento.

O senhor Vereador colocou uma questão no que dizia respeito aos acertos e à diferença de instituição. Esse processo era um processo que tinha sido negociado, no quadro também do dossiê de transferências, que estava enquadrado e, portanto, foi um entendimento que tinha sido discutido e abordado e que, portanto, que ia ao encontro daquilo que também as respetivas instituições solicitaram à Câmara Municipal, de acordo também que era a resposta e também de acordo daquilo que era a sua intervenção.

No que dizia respeito às verbas, importava ainda dar nota que as diferenças relacionadas principalmente com as diferenças salariais que a Câmara Municipal teve que ajustar, porque em função das tabelas que eram utilizadas pelas instituições e os respetivos aumentos e, portanto, os valores apurados em falta estavam relacionados com aumentos que foram decorrentes também dos próprios aumentos salariais do ano 2023 e no início de 2024 e, portanto, essa era uma proposta que teria de vir posteriormente a reunião de Câmara para os aumentos.

Relativamente a Almada estava completamente à vontade, não sabia se da parte do senhor Vereador.... Podiam falar de Almada, do Barreiro, do Seixal, do que quer que fosse, mas se calhar, valia a pena perceber o trabalho integrado, e o trabalho que a Câmara Municipal, a Divisão de Direitos Sociais, e um conjunto de outros serviços daquela a Câmara Municipal concorriam para a complementaridade daquela resposta, aliás, uma das questões que estava considerada na avaliação das instituições era a capacidade delas mesmas, presentemente, se sentirem mais capazes de fazer uma coisa simples que era a sua disponibilidade para conseguirem de outra forma articular.

Tinha depreendido das palavras do senhor Vereador, quando tinha referido aquilo que era matéria que ainda se mantinha da responsabilidade do Centro Distrital de Segurança Social, que efetivamente não se tinha pronunciado, e jamais tinha voltado a discutir e analisar aqueles processos, mas tal como tinha destacado na parte final da sua primeira intervenção, era absolutamente notável que o Governo que cessaria funções na próxima terça-feira, não tivesse publicado aquilo que dizia respeito ao decreto-lei da transferência de competências, essas, sim, eram matérias que objetivamente eram de relevância e que concorriam para a complementaridade, quer em matéria de rendimento social de inserção, quer em matéria de ação social, por exemplo, a carta social.

A carta social era uma matéria que estava inscrita no decreto-lei, no dossiê da transferência de competências, continuavam e desconheciam profundamente o que estava pensado. Não sabia se não teria havido tempo, se não teria havido possibilidade, se não tinha sido possível instruir o processo.

CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), eram no entendimento deles peças e instrumentos importantes na relação com o desenvolvimento dos territórios, no apetrechamento de respostas para os territórios. Continuavam a ter CLDS em vigor da anterior geração dos CLDS com as instituições, que continuavam sem saber, e com enormes dificuldades nos processos, nomeadamente, das verbas respeitantes ao seu funcionamento,

mas seria importante que nos processos que presentemente eram desenvolvidos, até para se articularem com essas medidas que tivessem novidades, mas não tinham.

Relativamente ao período de vigência dos contratos, era uma questão que se poderia verificar, mas o entendimento das instituições e o entendimento da Câmara era que o período de vigência deveria ser mais duradouro do que um ano.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Pedro Pina – E, portanto, essa tinha sido uma questão, era uma questão que se poderia verificar a sua determinante do ponto de vista da legalidade, mas acima de tudo, uma questão importante era o acerto, porque o Governo, não tinha sido a Câmara, tinha determinado que a passagem de transferência de competências acontecessem em abril, tinha sido uma determinação do Governo, não tinha sido a Câmara Municipal e, o que tinham proposto, era que esse acerto fosse bater com o ano civil, se o senhor Vereador, agora dizia que achava que isso podia ir contra aquilo que estava estabelecido no decreto-lei, não tinha a certeza disso, ia verificar.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não era isso, o que dizia era: *“vigência, o documento refere que o protocolo tem vigência de um ano, tem vigência de um ano”* e depois segundo o documento, o protocolo é válido de 01/04/2024...

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse era um acerto, uma retificação.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha a ver com uma retificação: *“não é preciso ir buscar o Governo outra vez para aqui”*.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que era preciso e iria explicar porque era preciso. Disse que quando o senhor Vereador se colocava naquela situação, um erro corrigia-se, quando eram outras questões....

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha sido um erro normal...

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o erro decorria de os protocolos terem sido iniciados em abril, e isso criava um grave problema que ainda hoje, a Câmara Municipal e todas as câmaras municipais que tinham as transferências de competências, que eram todas, corrigiam com as suas entidades a propósito do acerto que tinha a ver com as remunerações, porque se for em ano civil era mais fácil para acertar.

Portanto, pensava que tinha respondido às questões sobremaneira, pediu desculpa, mas se o senhor Vereador no início tivesse colocado aquilo não tinha havido questão absolutamente nenhuma, sobre a transparência, pensava que era uma palavra absolutamente inadequada para um processo cujas entidades diretamente envolvidas, e a afirmação era sua, e só a si o responsabilizava, nunca tinham tido um tratamento de transparência e um tratamento em que eram parte ativa na tomada de decisão e na construção de soluções que mais correspondia ao superior interesse daqueles que eram os destinatários e utentes dessas mesmas medidas, esse era o primeiro aspeto.

Segundo aspeto os instrumentos ao serviço da Câmara Municipal para a aclaração esclarecimento e informação, nomeadamente o instrumento Conselho Local de Ação Social onde havia um número alargadíssimo de instituições que concorria, pensava que também era um instrumento bastante importante e relevante.

Todas as informações complementares que qualquer um dos vereadores com funções naquela Câmara Municipal entendesse a Câmara Municipal, e o executivo municipal estaria, como sempre, à disposição para as fazer chegar.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu ao senhor Vereador Pedro Pina aquela exposição, que poderia ter sido evitada se lhes tivesse sido entregue o tal documento com essa análise, que entendiam que deveria vir anexo à proposta. Solicitou que lhes fizessem chegar aquela apresentação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que lhe oferecia, não estava assinado, mas estava ali.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu e disse que no final da reunião poderia assinar. Voltou a agradecer aquele esclarecimento, mas que em momento algum, ao dizer que estavam de acordo com a votação das propostas se iriam inibir de colocar as questões que entendessem que deveriam ser colocadas, e tinham sido colocadas, e tinham sido bem colocadas, e tinham sido muito bem respondidas. E, agradeceu uma vez mais ao Vereador Pedro Pina todos os esclarecimentos prestados e o documento, que lhes tinha sido entregue.

Sr. Presidente – Disse que era assim que gostavam, que tudo fosse clarificado.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 95 a 97 (ver ponto 28).

30. Deliberação n.º 191/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a CÁRITAS DIOCESANA DE SETÚBAL, para Atendimento e Acompanhamento Social da Medida de Ação Social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 98 e 99 (ver ponto 28).

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 192/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com o CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO, para Atendimento e Acompanhamento Social da Medida de Ação Social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 100 a 101 (ver ponto 28).

32. Deliberação n.º 193/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA O SONHO para a Medida de Rendimento Social de Inserção

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 102 e 103 (ver ponto 28).

33. Deliberação n.º 194/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO BATISTA SHALOM, para as Medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 104 a 106 (ver ponto 28).

34. Deliberação 195/2024 – Proposta n.º 47/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES E AMIGOS DAS CRIANÇAS DO CASAL DAS FIGUEIRAS – Setúbal, para as Medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 107 a 109 (ver ponto 28).

35. Deliberação n.º 196/2024 – Proposta n.º 48/2024 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a LIGA DOS AMIGOS DA TERCEIRA IDADE – Setúbal, para as Medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 110 a 112 (ver ponto 28).

Sr. Vereador Fernando Negrão – Fez a proposta, uma vez que iriam votar da mesma forma relativamente às propostas do Urbanismo, a votação em conjunto da proposta de deliberação n.º 197/2024 à proposta de deliberação 206/2024, ficando a proposta de deliberação n.º 207/2024 para discussão autónoma.

Sr. Presidente – Questionou as bancadas e à senhora Vereadora se havia algum inconveniente.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 197/2024 até à proposta de deliberação 206/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

36. Deliberação n.º 197/2024 – Proposta n.º 54/2024 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de ampliação e de alteração de edifício de apoio social para creche e estrutura residencial para pessoas idosas - Proc. n.º 82/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 35).

37. Deliberação n.º 198/2024 – Proposta n.º 55/2024 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de construção de edifício de restauração e bebidas e dois anexos técnicos, com obras de urbanização - Proc. n.º 455/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 35).

38. Deliberação n.º 199/2024 – Proposta n.º 56/2024 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações ao alvará de loteamento n.º 10/1983 - Proc. n.º 413/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 35).

39. Deliberação n.º 200/2024 – Proposta n.º 57/2024 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 15/76 - Proc. n.º 47/76

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 35).

40. Deliberação n.º 201/2024 – Proposta n.º 58/2024 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável, relativa a loteamento urbano - Proc. n.º 40/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 35).

41. Deliberação n.º 202/2024 – Proposta n.º 59/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura referente a obras de alteração e ampliação - Proc. n.º 242/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 35).

42. Deliberação n.º 203/2024 – Proposta n.º 60/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura (alterações introduzidas em obra) - Proc. n.º 56/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 35).

43. Deliberação n.º 204/2024 – Proposta n.º 61/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura – obras de alteração e ampliação de edifício e alteração de utilização – Proc. n.º 292/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 35).

44. Deliberação n.º 205/2024 – Proposta n.º 62/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “proibição de exceder a velocidade máxima de 30 km/h”, de “perigo” e outra, na Rua dos Pintassilgos

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 35).

45. Deliberação n.º 206/2024 – Proposta n.º 63/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “proibido exceder a velocidade máxima de 30 km/h”, na Rua do Alto da Guerra

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 122 e 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

46. Deliberação n.º 207/2024 – Proposta n.º 64/2024 – DURB/DIMOT – Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 124 a 126.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham feito a análise e agradeceram aquele trabalho, por parte da senhora Vereadora Rita Carvalho e dos serviços, no sentido de lhes facilitar a vida, com aquele quadro resumo das propostas em que era mais fácil identificar aquilo que tinha sido alterado.

Começaram pela primeira proposta de alteração do artigo 11.º em que “*vimos*”, como tinha dito a senhora Vereadora Rita Carvalho dizer que “*vamos*” clarificar, iam clarificar porque não estava expresso no regulamento, portanto, tinham que clarificar que as bolsas de estacionamento por integrarem as zonas de estacionamento de duração limitada, e zona de acesso automóvel condicionado ficavam sujeitos a fiscalização diária da entidade, portanto, da empresa, mas ainda há bem pouco tempo, no início da reunião, tinham avançado com a certeza e por isso é que tinham pedido esse parecer jurídico para estarem confortáveis, de que aquela fiscalização já era da responsabilidade da empresa, e, portanto, era preciso clarificar, se quando aplicaram e aplicaram, porque tinham decidido: “*vamos comunicar, a empresa poderia ou não contestar, como tinha dito o senhor Presidente e bem*”, mas aquilo que tinham dito, já tinham dado como dado adquirido há pouco, tinha sido aprovado por unanimidade: “*nos termos e com os fundamentos que antecedem, ao abrigo do disposto nos artigos, 307.º, n.º 2, alínea b), 308.º, n.º 3 e 325.º, n.º 4 do CCP, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a intenção de aplicação de uma sanção contratual, com o valor de €2.000 por cada mês completo de incumprimento da obrigação de fiscalização*”, ou seja, era aquilo que estavam naquele momento a clarificar, portanto, não havia tantas certezas como isso, porque se fosse certo, se não houvesse qualquer divergência de interpretação, e se fosse tudo claro não precisavam de estar a clarificar, não era preciso estar a fazer nenhuma uma alteração, mas ali tinham dado certo.

Certamente que existiria, e era isso que voltavam a pedir um documento que fundamentasse essa decisão que tinham tomado ali, porque quanto àquela alteração estavam de acordo.

Estavam de acordo que aquela alteração ali constasse porque assim ficava claro.

A partir daquele momento não havia dúvida que se a empresa não cumprisse, passava a entrar em incumprimento, lá atrás precisavam, efetivamente, desse esclarecimento. Portanto, quanto a isso estavam de acordo, mas era só para tentar fazer essa ligação que há pouco tinham dado tudo como certo e tudo muito claro, afinal parecia que não era assim tão claro porque era preciso esclarecer e tinha sido a senhora Vereadora Rita Carvalho que tinha dito que não estava expresso, portanto, era preciso clarificar: “*cá estamos nós a clarificar*”.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que: “*o facto de eu ser jurista, ou ser apanha bolas para aqui não é chamado. Eu sou Vereador na Câmara Municipal de Setúbal e estou aqui a exercer a minha função enquanto político, portanto, não pergunto qual é a sua função*”

académica, não tem que perguntar a minha, não tenho que lhe dizer, não tenho que falar sobre isso, e, portanto, é noutra condição que eu aqui estou, é na condição de Vereador da Câmara Municipal de Setúbal”, e, portanto, havia outra questão que lhe queria colocar, que tinha a ver com o artigo 13.º, no ponto 2, iam fazer aquela alteração: “Qualquer outro tipo de taxas ou preços de gestão aplicáveis no âmbito do presente regulamento carecem de comunicação e aprovação prévia da Câmara Municipal de Setúbal”, voltou uma vez mais a colocar a questão: “estamos a falar de quê? Preços de gestão, que tipo de preços? E taxa? Taxas? É que se for uma taxa, qualquer outro tipo de taxa, esse qualquer outro tipo de taxa, se não estiver previsto no regulamento de taxas do Município, não carece apenas de aprovação prévia da Câmara Municipal, tem que ser alvo de uma deliberação na Câmara Municipal e também da Assembleia Municipal. Correto?”, portanto, pensava que aquele n.º 2, ou teria de ser clarificado que tipo de taxas é que falavam, ou se calhar não seria taxa. Mas se for tipo de taxa não poderia ser aprovação prévia da Câmara Municipal. Disse que gostaria de ser esclarecido, por exemplo, quando falavam do preço de gestão se falavam de custas, nomeadamente custas judiciais, não sabia, era uma pergunta.

Depois, no artigo 15.º alínea e) faziam uma alteração, percebiam porque é que essa alteração era feita, porque o IMT deixou de emitir dísticos, relativamente à questão das viaturas elétricas ou híbridas, mas ao fazerem aquela alteração, porque o IMT deixou de emitir os dísticos, não penalizavam a população? Ou seja, até ali, até ali ainda continuava só depois da aprovação daquela alteração, mas até ali, não eram só os carros 100% elétricos, falavam dos carros 100% elétricos e também dos híbridos, e a partir daquele momento aquilo que lhes era dito era que: “os veículos 100% que comprovem através do documento único automóvel”, e, portanto, deixavam os híbridos de fora, correto? E, isso era uma penalização para a população, e não se percebia, porque um veículo 100% poderia ter um custo de 65 mil a 80 mil a 100 mil 200 mil, 300 mil euros, e, percebia pela questão ambiental, que quem comprava uma viatura daquelas tinha capacidade para pagar estacionamento, quem comprava um Opel em segunda mão, poderia não ter capacidade para pagar estacionamento tarifado, quem comprava uma viatura daquelas tinha obviamente, capacidade financeira para pagar o estacionamento, mas pela questão ambiental percebiam essa isenção. O que não percebiam era aquela alteração, deixando de fora, segundo o entendimento deles, e a análise que fizeram, a questão dos veículos híbridos.

Tinha também uma questão relacionada com o artigo 29.º, n.º 6, questionou se iriam eliminar? Se a proposta era de eliminação do n.º 6, estava no quadro comparativo, na página 5.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que iriam alterar a redação.

Sr. Vereador Fernando José – Alterar? O que verificava era que estava cortada.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que tinha razão.

Sr. Vereador Fernando José – Ou seja, o que eliminaram, segundo o que percebeu pela análise, um munícipe que fosse requerer o dístico de residente, se tivesse dívidas, não era emitido o dístico, certo? A partir do momento em que fosse aprovado, independentemente de ter ou não dívida, dívida de estacionamento, o dístico era emitido. Não entravam numa situação em que beneficiavam o infrator? Não dizia que concordava que o dístico não fosse emitido a quem tinha dívida, porque as dívidas do estacionamento poderiam ser de várias ordens, mas achava que aquilo merecia uma análise mais cuidada, apesar de ir para discussão pública e fariam chegar, mas de qualquer forma...

Terminou com o artigo 40.º, e questionou porque é que havia aquela alteração no n.º 2? Não conseguiam perceber, e, nalgumas conversas que conseguiram ter entre sexta-feira e o presente dia, tinha-se percebido que aqueles horários para as operações de carga e descarga poderiam trazer problemas, à operação, à atividade económica. Porque é que era aquele horário? Como justificavam aquela alteração no regulamento?

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Questionou se havia mais questões? Não havendo passaria a clarificar aquelas, mas, de facto, no fundamental, era que as propostas pudessem chegar de forma escrita para poderem ser ponderadas, no âmbito daquela consulta pública.

Relativamente à fiscalização das bolsas de estacionamento exclusivo a residentes, obviamente que se aplicava o regulamento, mas aplicava-se o que decorria do concurso que tinha sido aprovado, naquela Câmara e na Assembleia Municipal, em particular o código de exploração e o caderno de encargos e, portanto, a interpretação que resultava da aplicação do caderno de encargos já considerava que a fiscalização da bolsa de estacionamento exclusivo a residentes devia ser feita, pelo concessionário.

O que fizeram era deixar expresso, aquilo que já decorria do concurso, ou, naquele caso, da adjudicação e, portanto, conhecia esses elementos, decidiu sobre eles, portanto conhecia-os. A deliberação que tomaram anteriormente naquela reunião, não era alterada por aquela proposta de alteração ao regulamento, porque ela própria já decorria do caderno de encargos e do código de exploração, sendo vertida no contrato feito com a entidade concessionária.

Sobre o artigo 13.º se era taxa, receita ou tarifa, de facto tinha razão, se fosse taxa teria que ir à Assembleia Municipal, e, portanto, seria uma questão que depois seria ponderada no âmbito da Consulta Pública.

O artigo 15.º, de facto, o que era considerado eram os veículos 100% elétricos e decorria daquela alteração de deixar de haver o dístico colocado no próprio veículo, portanto, tinha que se criar essa clarificação.

(intervenção inaudível)

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Não tinha a certeza se não era assim.

(intervenção inaudível)

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que se fosse, ficavam de fora, o que ali estava era que ficavam esses de fora.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Relativamente ao artigo 29.º, havia uma previsão do regulamento sempre que havia dívidas, por contraordenação, ou outras, que estivessem em dívida, não podia ser feita a emissão do dístico, o que estava em causa era que eram dois processos que corriam autonomamente, era feita a emissão do dístico, obviamente que não anulava a dívida, isso seria outro processo.

Relativamente ao artigo 40.º, os horários de cargas e descargas eram os que estavam previstos no regulamento de cargas e descargas, que vigorava no município e, portanto, só era transcrito, também mais uma vez, para efeitos de clarificação. Aqueles lugares estavam sujeitos a receita, portanto, fora do período da carga e descarga, estavam sujeitos a receita, ou a potencial receita e, portanto, o que tinha sido considerado foi essa necessidade de clarificação que para aqueles lugares havia aquele horário de estacionamento, que já decorria do outro regulamento.

Sr. Presidente – Disse que como tinha sido expresso pela senhora Vereadora, tratava-se de uma proposta de alteração ao regulamento que ia para consulta pública e, portanto, até durante os 30 dias úteis poderia haver propostas de alteração que depois seriam avaliadas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que naquele dia tinham que aprovar aquele documento com aquela redação que ali estava, e era assim que ia depois para consulta pública. A questão era que concordavam com tudo o que ali estava, exceto com aquela alínea e) do 15.º, porque falava só em veículos 100% elétricos. Não queriam deixar de votar favoravelmente, mas ao estar ali veículos 100% elétricos iam estar a retirar direitos aos setubalenses, e achava que isso não era correto.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não eram retirados porque aquela proposta ia para discussão pública, quando vier para aprovação, aí sim é que haveria uma decisão, naquele momento só havia a decisão se sujeitar a discussão pública onde podem surgir vários contributos entre outros esse.

(intervenção inaudível)

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não estava a ser retirado nenhum direito havia uma proposta.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que sim poderia ser alterada, na votação final que fizessem ali se houvesse uma proposta de alteração ela teria de ser considerada na votação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que ela até poderia ser alterada naquele dia, poderiam decidir alterar aquela redação, o que estava a dizer era que não estavam a limitar para já porque não estavam a tomar decisão.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que iriam fazer sugestões de alteração no período de audição pública. E, como tinha dito a senhora Vereadora aquilo não era um regulamento era uma intenção de regulamento, portanto, nesse período, iriam pronunciar-se sobre isso.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que aquele ponto não fazia parte da agenda, mas achava que deveria de ser falado.

Estavam perto das 23 horas e estavam ali desde as 16 horas 30 minutos, ninguém tinha lanchado, ninguém tinha jantado, sabia que havia pessoas que gostavam de chegar tarde a casa para contar histórias que não correspondiam à verdade, com certeza. Ele gostava de chegar a horas a casa e jantar a horas decentes. Para além disso achava que a partir de 4, 5 horas não havia trabalho de qualidade feito, não havia. E havia pessoas que gostavam de se ouvir mais do que outras, e, portanto, tantas horas de reuniões não fazia sentido nenhum. Aquelas reuniões começavam às 16 horas e 30 minutos, e tinha sido acordado nesse sentido porque existiam 2 deputados da República, como vereadores. Esses 2 deputados já não o eram e não o sendo achava que podiam antecipar a hora de começo das reuniões para ver se acabavam a horas decentes e terem mais qualidade de trabalho e propôs às 15 horas.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que poderiam ponderar aquela proposta do senhor Vereador Fernando Negrão, até numa reunião privada poderiam avaliar aquela questão. Naturalmente todas as propostas poderiam ser avaliadas e poderiam ponderar isso.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que era uma questão para considerarem, portanto, achava que num dia daqueles marcariam uma reunião e avaliariam os prós e os contras daquela proposta.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Questionou se havia ali alguém que achasse decente estarem numa reunião das 16 horas e 30 minutos às 23 horas? Se havia ali alguém que

achava isso decente não tinha noção que vivia no século XXI. Aquilo não acontecia em lado nenhum, reuniões com horários daqueles.

Havia ali um problema de organização, havia ali um problema de gente que ia para ali para se ouvir e por isso acabavam às 23 horas. E se não houvesse resistência terminaria às 24 horas ou no dia seguinte.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse aos senhores vereadores que ainda tinham ali munícipes para intervir. Propôs que marcassem antes da próxima reunião uma conversa para poderem avaliar isso, se estivessem de acordo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José – Disse que também estava sem jantar e que se levantou às 7 horas da manhã e esteve a trabalhar até às 19 horas e 30 minutos, tinha ido a casa tomar banho e foi para ali.

Disse que esteve na reunião de 22 de novembro onde pediu um estacionamento de cargas e descargas junto à sua lavandaria, que estava a finalizar para abrir em breve. Decidiram que não lhe iria ser atribuído porque tinha um a 60 metros, mas tinha sido revisto e tinha-lhe sido atribuído esse pedido estacionamento por isso quis agradecer ao senhor Presidente.

Fez outro agradecimento, desta vez ao senhor Vereador Carlos Rabaçal. Tinha-lhe sido garantido no dia 22 de novembro que as obras na vala da Quinta da Amizade iriam ser realizadas durante o ano de 2024, felizmente já tinham começado e avançavam a bom ritmo. Agradeceu todo o empenho da Câmara que ia ao encontro das necessidades das populações que moravam e viviam naquela zona.

Enviou um email a uma funcionária municipal no dia 24 de dezembro, a pedir uma reunião, porque estava a organizar um evento em Setúbal, durante o presente ano, ainda não tinha uma data definida, fazia parte da Confraria Mesa e Território Litoral Alentejano – Saberes e Sabores, e gostaria de envolver a Câmara nesse evento, porque era de todo o interesse que a Câmara estivesse presente e que os auxilia-se na realização daquele evento, porque viriam pessoas de todo o país, grandes empresários, grandes investidores, poderia haver oportunidades de negócio e seria um evento de relevo para a cidade, tinha-lhe sido respondido, no dia 28 de dezembro às 9 horas e 36, a dizer que iria encaminha o seu email para apreciação superior e entraria em contacto assim que possível. E, às 14 horas e 19 minutos, recebeu outro email a informar que o seu email tinha sido encaminhado para o Gabinete de Projetos Enogastronómicos da Câmara Municipal de Setúbal, e até à data não teve resposta.

Disse que a BTL decorreu recentemente e, a Câmara Municipal não se fez representar. Achava que era uma feira de relevo nacional, e internacional, na aposta do turismo, vinha gente de todo o país e estrangeiros e Setúbal não ter estado presente.

Estiveram presentes uma ou duas empresas de Setúbal que promoviam observação de golfinhos. Por exemplo, estavam todos os concelhos do Alentejo representados na BTL, era de lamentar que Setúbal não precisasse de mais turistas, provavelmente porque não tinha hotéis para os alojar. Não sabia de quem era a responsabilidade.

Sobre a construção de habitação de rendas acessíveis que tinha sido proposto há mais de 2 anos, junto à Quinta da Amizade, que deu uma grande polémica com o senhor Vereador Carlos Rabaçal, que marcou uma reunião no Auditório do Bocage e chegou à conclusão que não era viável.

Tinham-se feito os projetos à pressa em “*cima do joelho*”, para se chegar à conclusão que não era viável, e tinha sido transferido para a zona das Manteigadas, na zona da Feira, tinha inclusivamente sido ele que sugeriu nessa reunião, que fosse transferida para as Manteigadas porque já tinham infraestruturas, e os terrenos da Quinta da Amizade nem eram da Câmara, achava serem do Ministério da Agricultura.

Não sabia como alguém fazia projetos numa propriedade que não é dele, não percebia, quando a Câmara tinha tantos terrenos urbanizados prontos a construir. Mas decorridos 2 anos não se via construção nenhuma nem sequer início dela. Era de lamentar, e achava que alguma coisa corria mal.

Os setubalenses precisavam de mais, os setubalenses exigiam mais daquela Câmara, e os setubalenses mereciam mais.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor José por ir ali e, ter estado aquele tempo a acompanhar aquela reunião.

O senhor José disse que a Câmara não esteve representada na BTL, mas a Câmara Municipal de Setúbal esteve representada na BTL com um “stand” no quadro da entidade Regional de Turismo de Lisboa. Têm estado sempre e continuavam a estar nesse âmbito. Portanto, relativamente à BTL a Câmara esteve presente, como as câmaras municipais da península e da Área Metropolitana de Lisboa.

Relativamente à questão da Quinta da Amizade, o senhor dizia que os nossos projetos deveriam ser para terrenos nossos, mas o que acontecia era que os terrenos do Ministério da Agricultura eram públicos e havia um acordo entre a Câmara Municipal e o Ministério da Agricultura em desenvolver aí esses projetos, não andavam a fazer projetos para instalar onde não era possível.

Deu aqueles esclarecimentos, as pessoas não sabiam, não tinham informação, e, ainda bem que o senhor José veio porque assim ficava esclarecido.

Relativamente ao evento que referiu, aquele Gabinete de Projetos Enogastronómicos, era um gabinete da Câmara Municipal, do Departamento do Turismo, desconhecia a existência do email, mas ia tentar averiguar.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e três horas e doze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de julho de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 72 folhas numeradas.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Vitor Marcos e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio